

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

HEITOR NASCIMENTO MENDES

**EXPRESSÕES TERRITORIAIS CAMPONESAS DA COMUNIDADE BOA
ESPERANÇA/FRUTAL (MG): os equilíbrios da unidade camponesa frente ao avanço do
agronegócio canavieiro**



UBERLÂNDIA (MG)

2018

HEITOR NASCIMENTO MENDES

**EXPRESSÕES TERRITORIAIS CAMPONESAS DA COMUNIDADE BOA
ESPERANÇA/FRUTAL (MG): os equilíbrios da unidade campesina frente ao avanço do
agronegócio canavieiro**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de **Mestre em Geografia**.

Orientação do Profº. Drº. Marcelo Cervo Chelotti.

UBERLÂNDIA (MG)

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

M538e Mendes, Heitor Nascimento, 1991-
2018 Expressões territoriais camponesas da comunidade Boa
Esperança/Frutal (MG) : os equilíbrios da unidade camponesa frente ao
avanço do agronegócio canavieiro / Heitor Nascimento Mendes. - 2018.
153 f. : il.

Orientador: Marcelo Cervo Chelotti.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Geografia.

Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2018.182>
Inclui bibliografia.

1. Geografia - Teses. 2. Cana-de-açúcar - Indústria - Teses. 3. Agroindústria canavieira - Frutal (MG) - Teses. 4. Economia agrícola - Teses. I. Chelotti, Marcelo Cervo, 1978-. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDU: 910.1

Glória Aparecida – CRB-6/2047

BANCA EXAMINADORA

**EXPRESSÕES TERRITORIAIS CAMPONESAS DA COMUNIDADE BOA
ESPERANÇA/FRUTAL (MG): os equilíbrios da unidade camponesa frente ao avanço do
agronegócio canavieiro**

Professor Dr. Marcelo Cervo Chelotti
Orientador
Universidade Federal de Uberlândia

Professor Dr. João Cleps Junior
Membro interno
Universidade Federal de Uberlândia

Professor Dr. Evandro Cesar Clemente
Membro externo
Universidade Federal de Goiás – Regional de Jataí

Data: 26/02/2018

Resultado: _____

A dona Maria, meu maior exemplo.

AGRADECIMENTOS

Não há nada mais importante do que compreendermos, após o término de um trabalho, como somos limitados sozinhos. Sem o companheirismo e as trocas estabelecidas no decorrer desses dois anos, seria impossível que qualquer uma dessas palavras que se seguem fossem escritas ou sequer pensadas.

Para tanto, agradeço. Quero que saibam que essa dissertação é fruto de um sentimento comum, de uma responsabilidade mútua e de um vislumbre oportuno do futuro para todos aqueles que me auxiliaram. Ao darmos as mãos seguiremos bem em tempos obscuros como esse de nossa Pátria.

Primeiramente, agradeço a todos os camponeses da comunidade Boa Esperança, e em especial ao Sr. Reginaldo, que esteve comigo em todas as entrevistas e me apresentou a Geografia da comunidade como ninguém! A academia ajudou, mas nada como as aulas que tive com todos eles.

Ao professor Marcelo Cervo Chelotti, orientador e amigo, pelo empenho e grandeza com que exerce suas atividades profissionais, e principalmente por não deixar a hipocrisia que paira sobre a universidade fazer parte de nossa trajetória. Nesses mais de seis anos de orientação e aprendizado, seus ensinamentos e seu caráter me admiraram.

A Lívia, minha maior companheira, que além de me aturar todos os dias, e prometer fazê-lo pelo restante de nossas vidas, foi crucial para que esse trabalho fosse realizado, fazendo todo o registro fotográfico e me auxiliando em diversas partes da pesquisa, emocional e tecnicamente. Obrigado pelo cuidado, pela afeição e pelo amor que compartilhamos.

A todos os meus amigos de Frutal e Uberlândia. A psicologia explica a importância de vocês em minha vida. Vocês são minha terapia, meu porto seguro, minha mais nobre conquista. “Somos verdade”. Estar perto de vocês me é necessário para todas as circunstâncias, boas ou ruins. Mantenham-se próximos, pela minha sanidade.

Aos meus e a todos os professores. A educação me trouxe algo belo, instigante, e sei que a partir dela podemos trilhar caminhos mais democráticos, com mais respeito e compaixão ao próximo. Em especial agradeço aos professores do Instituto de Geografia,

às disciplinas oferecidas no mestrado e aos encontros semanais com debates e discussões acerca do que propúnhamos nos debruçar nessa fase. Obrigado por fornecerem ensinamentos críticos e que levarei para toda minha vida, de uma conversa de bar a uma dissertação de mestrado.

Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES pela bolsa fornecida e pelo amparo à pesquisa, pois sem tais auxílios as dificuldades financeiras e de acesso ao conhecimento seriam inegavelmente mais difíceis.

Por fim, queria agradecer do fundo do meu coração à minha família, aos meus pais Marly e Eurípedes Balsanufo, a minha irmã Verônica, aos meus avós Maria, Longuinhos, Odice e José Pereira, aos meus primos e tios. Nenhum outro agradecimento seria possível sem a presença de vocês em minha vida, sem o alicerce que me sustenta, sem aqueles que mais acreditam em mim. Tudo começa e termina com vocês.

E ao Deus que me guia... As palavras não exprimem o quanto privilegiado sou em vida. Apenas obrigado pela saúde e a paz de espírito que concede a mim e a todos que me cercam. Que seus ensinamentos nos guiem para um futuro honroso, com sabedoria, equidade social e amor.

Nostalgia temporal¹

Falar sobre este lugar e principalmente sobre o Cerrado mineiro é falar da infância. É remeter-me ao lugar exato onde nasci e cresci. Aquela casinha modesta de taboca, cobertas com folhas de buriti tinha como moldura os ipês, jatobás, ingás, gabirobeiras... A ornamentação ficava a cargo da caliandra, dormideira, barbatimão, fedegoso, manacá, dama-da-noite e muitas outras espécies cujos perfumes se misturavam, exalando uma fragrância única, jamais encontrada nos jardins atuais. Ali era meu refúgio!

Lembro-me do meu avô com aquele cigarro de palha enorme na boca, voz rouca e já cansada contando histórias de terror e de grandes aventuras que me faziam enveredar por caminhos imaginários nunca antes galgados.

Minha mãe trabalhava muito. De manhã descia para lavar roupa no córrego, depois ia socar arroz para o almoço. Eu e meus irmãos buscávamos gravetos para acender o fogão à lenha. Mamãe, ao mesmo tempo, preparava o almoço e a massa para fazer pão de queijo e biscoito. Depois tecia fios de algodão do tear, formando tecidos que se transformariam em vestimentas. Ela passava boa parte do seu tempo cosendo para nós e para alguns vizinhos. A vida era tecida devagar, sem pressa. Descansar era uma palavra que não existia no vocabulário dela. Quando pensava que era o fim da labuta diária, ajudávamos na confecção de vassouras que posteriormente seriam vendidas ou trocadas por outras mercadorias no armazém da cidade.

Mas para chegar até lá, só no galope de um bom cavalo. A noite vinha caindo e não esperávamos para procurar nossas camas. Sabe onde eu dormia? Em cima do batedor de arroz. O sono chegava mansinho, sereno... Nem mesmo um batedor me dava uma noite mal dormida. O resto era apenas sonhos.

Presenciei belezas incalculáveis. Vi enormes e belos cerrados que emparedavam estreitas estradas e obrigavam todos que passavam por ali a observarem curiós, quero-queros, graúnas, rouxinóis, sabiás... Na iminência de descobrirem de qual deles vinha aquele som envolvente que nos convidava a cantar naquela melodia. Os córregos de águas puras, límpidas e cristalinas, verdadeiros berços de vida, que em todos os anos,

¹ Texto de autoria da aluna Karolyne Gomes Faria, estudante do 9º ano da Escola Municipal Odílio Fernandes – Comunidade Boa Esperança/Frutal(MG). Fonte. Pesquisa de campo (2017)

em razão de demoradas chuvas, engrandeciam-se e transbordavam-se, transmitindo muita paz, calma e tranquilidade, vitais para nossas vidas.

Com o passar do tempo, as coisas mudaram. Umas para melhor, outras, não. Alguns desbravadores do sertão vieram para nossa região em busca de nossas riquezas, entre elas, o Cerrado. Vegetação predominante nessa área, agora grande parte estava sendo devastada e destinada a criação de gado. Depois daquelas famílias tão numerosas, ficaram seus descendentes que trouxeram “desenvolvimento” para nossa região. As pessoas diziam que um tal de “progresso” estava chegando e que nossas vidas melhorariam. Sorrateiramente, nossos campos foram transformando-se em grandes terrenos canavieiros. Para que tanta cana? Pensei! A todo vapor, uma usina de açúcar, etanol e energia estava sendo construída. Mal podia acreditar no que ouvia. Em todos os lugares diziam: “Usina...! Usina...!”.

Não posso negar que ela mudou a vida de muitas pessoas, proporcionou emprego em várias áreas. Porém, há um desmatamento contínuo e um cheiro horrível vindo da vinhaça jogada nas terras a serem plantadas. Literalmente, são inúmeros os prejuízos: queimadas, agrotóxicos, animais mortos ou se refugiando em locais impróprios, árvores centenárias arrancadas, córregos com volume baixo de água e nossas vidas sendo destruídas.

Meu caminho mudou. Minha estrada agora é um carreador. O que era emparedada por árvores, agora é emparedada por cana. Um filme passa em minha memória e sinto as lembranças pousarem feito borboleta em meu pensamento. Sim, belezas ainda temos, mas não como as vistas por mim na infância.

Porventura há deserto em meio ao Cerrado? É o que vejo nesse exato momento por essas bandas.

RESUMO

Diante da expansão das lavouras de cana-de-açúcar e do agronegócio canavieiro no Triângulo Mineiro, principalmente a partir da década de 2000, observamos novas (re)organizações territoriais que incorporam elementos às estratégias de reprodução social dos camponeses dessa região, estabelecidas a partir da relação entre a lógica corporativa da produção sucroenergética e a agricultura camponesa. A comunidade Boa Esperança, localizada no município de Frutal (MG), tem em seu histórico uma produção camponesa diversificada, porém, o processo de avanço do *front* canavieiro vem limitando e impondo uma série de transformações e, consequentemente, adaptações no âmbito produtivo e sociocultural das famílias. Esse movimento se evidenciou a partir do ano de 2006, com a instalação de duas usinas do setor no município. Nesse sentido, a presente dissertação tem como objetivo analisar tais aspectos a partir da noção de equilíbrios camponeses proposta por Jan Douwe van der Ploeg, reavaliando a conjuntura que possibilitou a nova dinâmica observada na comunidade, as características das organizações camponesas no rural contemporâneo, e as estratégias estabelecidas a partir do embate entre o território do capital e o camponês, podendo, assim, traçarmos perspectivas de desenvolvimento rural para o município de Frutal (MG), e avançarmos na teoria de Ploeg, a partir de uma análise empírica dos equilíbrios. Apesar da sujeição e das dificuldades em se manterem como “homens do campo”, os camponeses se reinventam e buscam na impossibilidade de enfrentamento político com as usinas, elementos que os mantêm, criando estratégias que perpassam o trabalho, os laços de solidariedade, de reciprocidade, de autonomia e resistência.

Palavras-chave: Agricultura camponesa. Agronegócio canavieiro. Território. Equilíbrio da unidade camponesa. Frutal (MG).

ABSTRACT

Faced with the expansion of sugarcane and sugarcane plantations in the Triângulo Mineiro, especially since the 2000s, we observed new territorial (re)organizations that incorporate elements to the social reproduction strategies of the peasants of this region, established from the relationship between the corporate logic of sugar-energy production and peasant agriculture. The Boa Esperança community, located in the City of Frutal (MG), has in its history a diversified peasant production, but the process of advance of the sugarcane front has been limiting and imposing a series of transformations and, consequently, adaptations in the productive and sociocultural scope of families. This movement was evident from the year 2006, with the installation of two plants of the sector in the township. In this sense, this dissertation aims to analyze these aspects from the notion of peasant equilibria proposed by Jan Douwe van der Ploeg, re-evaluating the conjuncture that made possible the new dynamics observed in the community, the characteristics of peasant organizations in the contemporary rural, and the strategies established from the conflict between the territory of the capital and the peasant, and thus we can draw prospects for rural development for the municipality of Frutal (MG), and advance in Ploeg theory, based on an empirical analysis of the equilibria. In spite of the subjection and the difficulties in maintaining themselves as "countrymen", the peasants reinvent themselves and seek in the impossibility of political confrontation with the mills, elements that preserve them, creating strategies binds the work, the bonds of solidarity, reciprocity, autonomy and resistance.

Keywords: Peasant agriculture. Sugarcane Agribusiness. Territory. Peasant Unity Equilibrium. Frutal (MG).

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 – Frutal (MG) – Área de estudo -----	24
Mapa 02 – Comunidade Boa Esperança e Usina Cerradão Ltda – Área de estudo ---	27
Mapa 03 – Brasil – Áreas com aptidão para cultivo da cana-de-açúcar, 2009 -----	35
Mapa 04 – Frutal (MG) – Áreas ocupadas com lavoura de cana-de-açúcar, safra 2006/2007 -----	108
Mapa 05 – Frutal (MG) – Áreas ocupadas com lavoura de cana-de-açúcar, safra 2012/2013 -----	110

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Frutal (MG) – Produção agrícola, 1955 -----	25
Tabela 02 – Frutal (MG) – Produção agrícola, 1981 -----	28
Tabela 03 – Frutal (MG) – Produção agrícola, 2002 -----	32
Tabela 04 – Frutal (MG) – Produção agrícola, 2007 -----	107
Tabela 05 – Frutal (MG) – Cana-de-açúcar – Área colhida e quantidade produzida – 2010-2016 -----	111

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Equilíbrios e parâmetros de avaliação das unidades camponesas -----	51
Quadro 02 – Variáveis do roteiro estruturado abarcando diversos fatores acerca da propriedade, família e equilíbrios das unidades camponesas na Comunidade Boa Esperançam -----	58

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Brasil - Área colhida da cana-de-açúcar, em mil hectares, 2006/2007 a 2016/2017 -----	33
Gráfico 02 – Brasil Centro-sul – Produção da cana-de-açúcar, em pontos percentuais, 2016/2017 -----	40

LISTA DE FOTOS

- Foto 01** – Propriedade rural cercada pela cana-de-açúcar e Usina Cerradão ----- 113
- Foto 02** – Parte da área cultivada da cana-de-açúcar e área industrial Usina Cerradão ----- 114
- Foto 03** – Tráfego de veículos no acesso entre a comunidade Boa Esperança e a Usina Cerradão ----- 115
- Foto 04** – Pais e familiares dos alunos na festa de “São João” – Escola Municipal Odílio Fernandes ----- 116
- Foto 05** – Propriedade camponesa – Lavouras de abacaxi, milho e banana ----- 117
- Foto 06** – Propriedade camponesa – Lavoura de mandioca ----- 119

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO -----	14
2 – CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA: dos materiais, metodologia e caracterização da área de estudo -----	18
2.1 – A escolha do tema e o problema da pesquisa -----	18
2.2 – A comunidade Boa Esperança como <i>lócus</i> da pesquisa -----	23
2.3 – O agronegócio e setor sucroenergético em Frutal (MG) -----	30
2.4 – Os grupos Queiroz de Queiros e JP Andrade Agropecuária em Frutal (MG) -	37
2.5 – A pesquisa qualitativa: caminhos metodológicos e técnicas de pesquisa -----	42
2.6 – Parâmetros de análise das unidades camponesas -----	49
2.7 – A pesquisa de campo: técnicas e procedimentos, processos e sujeitos -----	52
3 – A TRAJETÓRIA DO AGRONEGÓCIO NO BRASIL -----	63
3.1 – Da modernização agrícola ao meio técnico-científico-informacional -----	63
3.2 – A formação do Complexo Agroindustrial do Centro-sul e o Programa Nacional do Álcool – PROÁLCOOL -----	67
3.3 – O avanço do <i>front</i> canavieiro: o caso do Triângulo Mineiro -----	71
3.4 – <i>A chegada do estranho:</i> desterritorialização e multiterritorialidade na comunidade Boa Esperança/Frutal (MG) -----	73
4 – TERRITÓRIO E OS EQUILÍBRIOS DA AGRICULTURA CAMPONESA- 80	
4.1 – Produção do território pelo campesinato -----	80
4.1.1 – O equilíbrio entre pessoas e natureza -----	87
4.1.2 – O equilíbrio entre produção e reprodução -----	89
4.1.3 – O equilíbrio entre recursos internos e externos -----	90
4.1.4 – O equilíbrio entre autonomia e dependência -----	91
4.1.5 – O equilíbrio entre escala e intensidade -----	92
4.1.6 – O papel da reciprocidade nas sociedades camponesas -----	93
4.2 – As ruralidades do mundo contemporâneo -----	95
4.3 – A resistência camponesa e suas ruralidades -----	100

5 – EQUILÍBRIOS DA UNIDADE CAMPONESA ENQUANTO ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL NA COMUNIDADE BOA ESPERANÇA ----- 107

5.1 – Contextualizando a comunidade Boa Esperança -----	107
5.2 – Os equilíbrios camponeses na comunidade Boa Esperança -----	120
5.2.1 – Equilíbrios estritos -----	120
5.2.1.1 – O equilíbrio trabalho-consumo nas unidades camponesas -----	121
5.2.1.2 – O equilíbrio utilidade-penosidade nas unidades camponesas -----	123
5.2.2 – Equilíbrios relacionais -----	125
5.2.2.1 – O equilíbrio entre pessoas e natureza nas unidades camponesas --	125
5.2.2.2 – O equilíbrio entre produção e reprodução nas unidades camponesas -----	127
5.2.2.3 – O equilíbrio entre recursos internos e externos nas unidades camponesas -----	129
5.2.2.4 – O equilíbrio entre autonomia e dependência nas unidades camponesas -----	130
5.2.2.5 – O equilíbrio entre escala e intensidade nas unidades camponesas -	132
5.3 – Aspectos simbólico-culturais e a reinvenção da comunidade Boa Esperança -----	133
CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	136
REFERÊNCIAS -----	138
APÊNDICES -----	145
Apêndice A – Roteiro de entrevista Escola Municipal Odílio Fernandes -----	146
Apêndice B – Roteiro de entrevista Usina Cerradão Ltda -----	147
Apêndice C – Roteiro de entrevista informantes-chave -----	149
Apêndice D – Roteiro de entrevista camponeses -----	151

1 – INTRODUÇÃO

Pensar o campesinato à luz do desenvolvimento e reprodução do capitalismo no campo é algo a que se debruçam diversas áreas das ciências sociais, as quais buscam compreender as lógicas e as metamorfoses de ambos os lados diante dessa relação conflituosa.

De um lado, concepções as quais acreditam na impossibilidade de sobrevivência do camponês dentro de uma unidade produtiva a qual caminha o modo de produção capitalista, tendo sido representada de forma marcante pelos marxistas clássicos, no inicio do século XX, e de outro, aquelas que apontam para a permanência do campesinato e de atividades ditas “não capitalistas” no cerne de sua acumulação. Isso nos demonstra a diferenciação analítica em relação à concomitância reprodutiva desses dois modelos, bem como a complexidade das disputas territoriais a partir desse embate.

A comunidade Boa Esperança, lócus da presente pesquisa, situada a aproximadamente 30 km da sede do município de Frutal (MG), extremo sul do Triângulo Mineiro, oeste do estado de Minas Gerais, passou por grandes mudanças na sua dinâmica territorial a partir da instalação de um grande projeto de investimento para exploração agroindustrial da cana-de-açúcar, a Usina Cerradão Ltda., investimento conjunto entre os grupos Queiroz de Queiroz e Pitangueiras. Foi com o agronegócio e, especificamente, com a agroindústria, que muitos camponeses da comunidade foram dificultados ou até mesmo impossibilitados de se manterem nas propriedades, o que delimitou, em grande medida, suas formas organizativas e estratégicas.

Em contrapartida, encontramos na região uma diversidade de camponeses que tem na terra seu sustento e sua morada, a *terra de trabalho*, espalhados em diversas comunidades. Vários deles acabaram sendo diretamente afetados pelo crescimento do número de usinas para produção de agrocombustíveis, principalmente nos últimos vinte anos.

Nos estudos que venho realizando na região do Triângulo Mineiro, percebo que as paisagens resultantes dos “mares de cana” não eliminaram as unidades de produção camponesa. Trata-se de um produtor que, na relação secular com o cerrado, estabeleceu sua produção dentro de um ciclo reprodutivo que se diferencia das demais lavouras comerciais (sobretudo soja e milho) as quais são, em sua grande maioria, produzidas por agentes altamente tecnificados. (SANTOS, 2009, p. 3-4).

Nesse sentido, consideramos aspecto importante do estudo o fato se propor analisar territórios que não se inserem na lógica hegemônica do capital, funcionando, como bem colocou Haesbaert (2002) como “contra-espacos” dentro da lógica hegemônica do capital. A partir desse reconhecimento, se pode buscar modelos de desenvolvimento rural diversificados e que levem em consideração a pluralidade do campo na região, composto não só pela agricultura moderna capitalista, mas por diversos povos e organizações sociais do Cerrado.

Além disso, a agricultura camponesa, como bem colocou Ianni (2016) se mostra como uma utopia para se pensar uma sociedade futura, diante dos elementos que compõem sua organização, sua dinâmica produtiva e seus modos de vida. A reciprocidade entre todos esses elementos sugere uma forma diferenciada de ações e posturas, a partir de um ponto de vista socialmente equânime e ambientalmente sustentável.

Soma-se a isso a escassa produção acadêmica sobre a reprodução camponesa no município de Frutal (MG). Apesar de encontrarmos trabalhos sobre a territorialização do agronegócio e do setor sucroenergético no município, o campesinato, por vezes, aparece como coadjuvante ou secundário nas pesquisas, o que nos levou a coletar e descrever informações novas e relevantes para o desenvolvimento rural dessa localidade.

Sendo assim, a compreensão das suas estratégias se faz necessário tanto para os interesses dos próprios camponeses e da comunidade, bem como da sociedade como um todo, pois as relações de poder estabelecidas e a forma com que se organiza a produção camponesa diante das adversidades são um espelho para vislumbrarmos o futuro.

Diante dessa complexidade de relações entre o setor agroindustrial, representado pela Usina Cerradão, e os camponeses da comunidade Boa Esperança, propusemos como objetivo geral da pesquisa compreender como os modos de vida e os territórios camponeses da comunidade Boa Esperança são afetados pela territorialização do setor sucroenergético no município de Frutal (MG), a partir de uma análise sobre os equilíbrios relativos a esse tipo de produção e as adaptações frente ao embate com o território da agroindústria.

Para responder ao objetivo geral, demitamos três específicos:

- Discutir os principais processos vinculados ao agronegócio, e, mais especificamente, ao setor sucroenergético no Brasil e no município de Frutal.
- Analisar a produção do território camponês e as especificidades para a comunidade Boa Esperança.
- Analisar as estratégias de reprodução social do campesinato na comunidade Boa Esperança através dos equilíbrios das unidades camponesas propostos por Ploeg (2016).

Acreditamos, através de tais objetivos, compreender o contexto a que estão inseridos o município de Frutal e a comunidade Boa Esperança na produção agrícola nacional, bem como as novas formas organizativas dos camponeses a partir do ano de 2006, quando foram instaladas as duas usinas sucroenergéticas no município (Usina Frutal – Grupo Bunge, e Usina Cerrado). Para chegarmos aos objetivos propostos utilizamos algumas estratégias metodológicas que serão melhor detalhadas na seção 2.

A presente dissertação está estruturada em cinco seções, sendo a primeira a introdução do trabalho. Decidimos por construir uma seção com os caminhos metodológicos da pesquisa (seção 2 – Caminhos metodológicos da pesquisa), por entendermos que são de grande importância na delimitação dos métodos e técnicas utilizados. Ainda nessa seção foram apresentadas a área da pesquisa e sua caracterização.

Na terceira seção “A trajetória do agronegócio no Brasil”, fazemos uma discussão sobre os diferentes momentos e os principais processos da agricultura capitalista no Brasil, desde a Revolução Verde, em meados da década de 1950, até a reestruturação produtiva ocorrida na década de 1990 e sua relação com o Programa Nacional do Álcool – PROÁLCOOL. Nessa seção também foi discutido os conceitos de território e os processos de Territorialização, desterritorialização e reterritorialização - TDR's, vinculados a essa relação entre capital e campesinato.

A quarta seção “O território e os equilíbrios da agricultura camponesa” abarca a discussão acerca da produção do território pelo campesinato, sua conceitualização, bem como os equilíbrios inerentes à sua reprodução. E na quinta seção, intitulada

“Equilíbrios da unidade camponesa enquanto estratégia de reprodução social na comunidade Boa Esperança” apresentamos a análise dos equilíbrios camponeses e as novas territorialidades expressas na relação conflituosa entre capital e campesinato, bem como o contexto atual que se insere a comunidade e os aspectos simbólico-culturais ainda presentes.

Por fim, tecemos nossas considerações finais sobre o trabalho, as ressignificação desses espaços frente aos novos tempos, os fatores relacionados aos equilíbrios das propriedades, a atualidade da teoria de Ploeg para a compreensão das adaptações do campesinato, na sua cultura, economia e sociedade, bem como os avanços propostos para a pesquisa.

2 – CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA: dos materiais, metodologia e caracterização da área de estudo

2.1 – A escolha do tema e o problema da pesquisa

A delimitação do tema de pesquisa se forja a partir das vivências e indagações do pesquisador acerca do mundo em que vivemos e da realidade a ser compreendida. Esse processo se inicia ainda nos primeiros contatos com o universo da pesquisa e com as áreas e abordagens as quais nos identificamos.

Porém, o amplo campo de possibilidades e os anseios podem por vezes se tornarem um complicador de tal escolha, sendo de extrema importância que o início seja dado a partir de algo que lhe interesse e dê motivação. É nesse sentido que a escolha do tema passa não somente pela nossa trajetória acadêmica, mas também pela história de vida e as percepções de cada um sobre o meio em que vive e experiencia.

Estabelecer um tema de pesquisa é, assim, demarcar um campo específico de desejos e esforços por conhecer, por entender nosso mundo e nele e sobre ele agir de maneira lúcida e consequente. Mas o tema não será verdadeiro, não será encarnação determinada e prática do desejo, se não estiver ancorado na estrutura subjetiva, corporal, do desejante. Não pode o tema ser imposição alheia. Deve ele tornar-se paixão, desejo trabalhado, construído pelo próprio pesquisador. (MARQUES, 2006, p. 94).

Para que esse processo ocorra de forma satisfatória, o pesquisador deve seguir aquilo que lhe é inspirador, que lhe salta aos olhos de maneira a instigá-lo no entendimento da realidade observada.

Marconi e Lakatos (2010) também salientam tais premissas relativas às inclinações, possibilidades, aptidões e tendências daquele que se propõe a elaborar esse tipo de trabalho. Além disso, ele chama a atenção para a exequibilidade do tema escolhido, levando em consideração as várias nuances do fazer científico, sejam elas externas, ou aquelas que por vezes independem da vontade do pesquisador, e mesmo internas, como sua formação e empenho.

A disponibilidade de tempo, o interesse, a utilidade e a determinação para prosseguir o estudo, apesar das dificuldades, e para terminá-lo devem ser levados em consideração; as qualificações pessoais, em termos de *background* da formação universitária, também são importantes.

A escolha de um assunto sobre o qual, recentemente, foram publicados estudos deve ser evitada, pois uma nova abordagem torna-se mais difícil. O tema deve ser preciso, bem determinado e específico. (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 142).

Faz-se necessário, então, um olhar panorâmico do que se propõe analisar e das condições que poderão ser enfrentadas, contando com as adversidades e as possibilidades de mudança durante o decorrer da pesquisa. O tema pode sofrer modificações e a escolha adequada pode se dar em fases posteriores a imaginada, devendo assim ser revisto frequentemente.

Após a escolha do tema, parte-se para a delimitação do problema da pesquisa, o qual suscitará perguntas acerca da realidade a ser compreendida. Nesse momento, como destacado por Gil (2014), o pesquisador sofre uma série de influências e suas indagações estarão ligadas a diversos fatores.

O pesquisador, desde a escolha do problema, recebe influência de seu meio cultural, social e econômico. A escolha do problema tem a ver com grupos, instituições, comunidades ou ideologias com que o pesquisador se relaciona. Assim, na escolha do problema de pesquisa podem ser verificadas muitas implicações, tais como relevância, oportunidade e comprometimento. (TRUJILLO FERRARI *apud* GIL, 2014, p. 34-35)

Parte desse processo é a tomada de consciência do estágio das discussões acerca dos problemas identificados, pois a relevância do problema, bem como as oportunidades destacadas pelo autor, serão dadas, em grande medida, pelas produções e análises precedentes. As dificuldades em realizar determinado estudo, bem como suas consequências e benefícios também são imprescindíveis nessa delimitação.

A relevância prática do problema está nos benefícios que podem decorrer de sua solução. Muitas pesquisas são propostas por órgãos governamentais, associações de classe, empresas, instituições educacionais ou partidos políticos, visando a utilização prática de seus resultados. Assim, o problema será relevante à medida que as respostas obtidas trouxerem consequências favoráveis a quem propôs.

Ao falar da relevância prática do problema, cabe considerá-la também do ponto de vista social. Neste sentido, várias questões podem ser formuladas: Qual a relevância do estudo para determinada sociedade? Quem se beneficiará com a resolução do problema? Quais as consequências sociais do estudo? (GIL, 2014, p. 35)

É importante ressaltar a relatividade de tais questões em razão dos valores e da concepção de quem a propõe, bem como o compromisso ético com a construção e resolução do problema de pesquisa, visto que diversas situações podem ser antidemocráticas e não estarem de acordo com tais premissas.

Delimita-se através do problema de pesquisa o recorte a ser explorado mais profundamente, através de perguntas que indagam determinada realidade. Aspectos voltados à sua valoração e identificação de fatores com o fenômeno estudado são de

grande importância nesse momento, identificando as possibilidades de ser eficazmente resolvido, bem como a capacidade de trazer novos conhecimentos, estar adequado à evolução do conhecimento científico, capacidade de conclusão válida e atendimento dos interesses pressupostos (particulares ou gerais) dentre outros. (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 144).

Escolher o tema desta dissertação nos remete aos primeiros anos de graduação em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia, onde pudemos entrar em contato com as diversas áreas dessa ciência a partir das disciplinas e laboratórios, e ser introduzido na pesquisa científica através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC, com o primeiro projeto realizado entre julho de 2012 e junho de 2013. O aprofundamento na Geografia Agrária e a observação de alguns processos ocorridos no campo, principalmente em relação à crise ambiental e social causada pelo modelo agrícola hegemônico, que em grande parte descrevem a vida de nossas gerações precedentes, bem como o contato e esclarecimento sobre formas alternativas de agricultura, foram de grande importância nesse momento.

Em razão disso, o interesse pela área só aumentou, até a conclusão dessa primeira fase como “pesquisador”: o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC², onde fizemos uma análise de como a Agroecologia estava sendo trabalhada na Geografia Agrária, analisando os artigos publicados no Encontro Nacional de Geografia Agrária – ENGA neste século, e definindo tipologias para as diferentes abordagens.

Os estudos agrários, portanto, fazem parte de nossa trajetória acadêmica e influenciaram, juntamente com algumas disciplinas como Geografia Econômica, Geografia Cultural, Geografia do Comércio, Consumo e Serviços, Geografia da Indústria e Geografia da População, os caminhos em relação à pesquisa científica.

O interesse em aprofundar os estudos sobre os impactos da modernização da agricultura no Cerrado e em comunidades rurais do Triângulo Mineiro surgiu principalmente dos contatos com essa temática no Laboratório de Geografia Agrária –

² MENDES, Heitor Nascimento. **A incorporação da Agroecologia nas pesquisas em Geografia Agrária:** Uma análise a partir do Encontro Nacional de Geografia Agrária - ENGA. 2015. 61 f. TCC (Graduação) - Curso de Geografia, Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016. Disponível em: <<http://www.lagea.ig.ufu.br/biblioteca/monografias/Monografia - Heitor Nascimento Mendes.pdf>>. Acesso em: 16 jan. 2018.

LAGEA, onde o intercâmbio de conhecimentos e as conversas informais muito nos influenciam e nos preparam, e de certa tendência em buscar compreender os processos que estiveram presentes em minha vida! A modernização agrícola brasileira e a consequente expulsão dos camponeses para as cidades a partir da segunda metade do século XX foi sofrida a duros golpes pelos meus avós, deixando reservado apenas à minha infância a vida no campo. Sempre senti que não era isso que eles queriam, assim como sinto a necessidade de tentar compreender como esse processo se opera na atualidade.

A seleção para o Programa de Pós-graduação *Strictu Sensu* em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia coincidiu com a finalização da pesquisa de TCC, o que manteve a motivação em seguir pesquisando. Apesar de esboçar um projeto que mantivesse as temáticas trabalhadas na graduação, caminhar para outra direção era inevitável em razão dos acontecimentos presenciados hoje no município de onde sou natural, Frutal (MG).

Com o projeto inicial aprovado no processo seletivo, o qual se intitulava “A territorialização do setor sucroenergético no município de Frutal (MG)”, tinha-se a intenção de compreender a reprodução desse setor a partir da atuação das duas usinas presentes no município, as transformações socioambientais decorrentes de seus modelos produtivos, e as estratégias de sobrevivência do campesinato, em parte pela vivência e observação do crescimento da cana-de-açúcar na paisagem e na vida dos moradores do campo na região, mas também pelo pouco material produzido em relação à atividade camponesa no município, algo que poderia ser inovador e contribuir para seu desenvolvimento rural e territorial.

Apesar da clareza em relação ao objeto de estudo e o recorte temporal, bem como a importância e atualidade do tema para os estudos geográficos e para a sociedade, preocupou-nos as dificuldades que poderiam ser encontradas, já que o trabalho se ancoraria nos grupos e na atividade das usinas, tendo como pano de fundo as comunidades e a população rural, o que poderia dificultar o acesso às informações e a aplicação das técnicas escolhidas, como a análise do discurso e a análise de impactos ambientais. Outro fator era a abrangência da área de estudo, a qual demandaria maior tempo e recursos para uma pesquisa de mestrado.

Sendo assim, surgiu-nos o interesse em focar nossa análise em um grupo social específico, com influência do setor nos seus modos de vida e que estivesse diretamente sujeitos à territorialização de algum dos grupos (empresas) atuantes no município. Com isso, surgiram alguns povoados e comunidades nos arredores das usinas com um grande número de camponeses que representavam a hipótese tratada anteriormente e poderiam nos oferecer respaldo para o entendimento dessa nova dinâmica territorial, bem como suas estratégias e resistências frente aos novos tempos incorporados pela agroindústria.

Nesse momento, a Comunidade Água Santa, situada a aproximadamente 25 km da sede municipal, nos ofereceu subsídios para os estudos, visto que apresentava tais elementos e nos instigava por se manter apenas em função da sua religiosidade. Vivendo tempos áureos como santuário religioso até o final do século XX, com movimentos de peregrinação que atraíam cerca de 20 mil pessoas todos os anos, a comunidade sofreu com o descaso do poder público e com a atuação do agronegócio na região, fazendo com que vários camponeses buscassem sua renda extra no comércio intermitente dos feriados religiosos, ou mesmo abandonassem a vida no campo em razão do declínio do santuário nos últimos vinte anos.

A dificuldade de contato com as famílias que já viviam nas cidades, a pequena quantidade de camponeses ainda vivendo na comunidade (cerca de 15 famílias), e uma possível mudança teórico-metodológica foram alguns dos motivos pelos quais decidimos não continuar a pesquisa nesta localidade.

Porém, a poucos quilômetros dali encontrava-se a Comunidade Boa Esperança, com um grande número de camponeses ainda vivendo exclusivamente da terra, presença de equipamentos públicos e serviços, e uma proximidade e influência ainda maior da Usina Cerradão, distante cerca de 5 km.

A partir da realização de visitas e algumas constatações, decidimos por centralizar nossa análise na reprodução e resistência da atividade camponesa em tal comunidade e em suas estratégias aos novos tempos incorporados pela Usina Cerradão (Grupos Queiroz de Queiroz e JP Andrade Agropecuária), com a intenção de constatar nesse *lócus* o que possivelmente estaria presente na análise mais abrangente proposta no início do processo seletivo.

Com o recorte espacial definido, e com a intenção destacada anteriormente, surgiram algumas questões que nortearam o desenvolvimento da pesquisa: Qual é a formação histórica da comunidade? Como os camponeses se organizam diante dos diferentes momentos e circunstâncias? Quais elementos culturais e socioeconômicos a caracterizam? De que forma a atividade da Usina Cerradão afeta a reprodução camponesa?

Sabe-se que as mudanças na dinâmica agrícola da região, principalmente aquelas voltadas ao agronegócio, levaram a consequências importantes para a comunidade Boa Esperança. Atualmente, o setor responsável por exercer maior influência nesse(s) território(s) é justamente o sucroenergético, aquele que mais cresce e cria dependência econômica no município de Frutal.

Constitui-se então um novo território, o território da agroindústria canavieira. Com ele, novas relações de domínio sobre as forças produtivas e a imposição de novos hábitos, novas identificações, novos sentimentos, novas (i)materialidades (SAQUET, 2007) que demonstram a racionalidade inerente a esse setor.

Sendo assim, quais seriam as relações entre as estratégias dos camponeses da comunidade Boa Esperança e as imposições do agronegócio canavieiro? Como foi em momentos pretéritos e quais as principais diferenças observadas hoje? Tais questões nortearam nossa pesquisa e são os principais problemas que buscamos compreender e contribuir com algumas respostas.

2.2 – A comunidade Boa Esperança como *lócus* da pesquisa

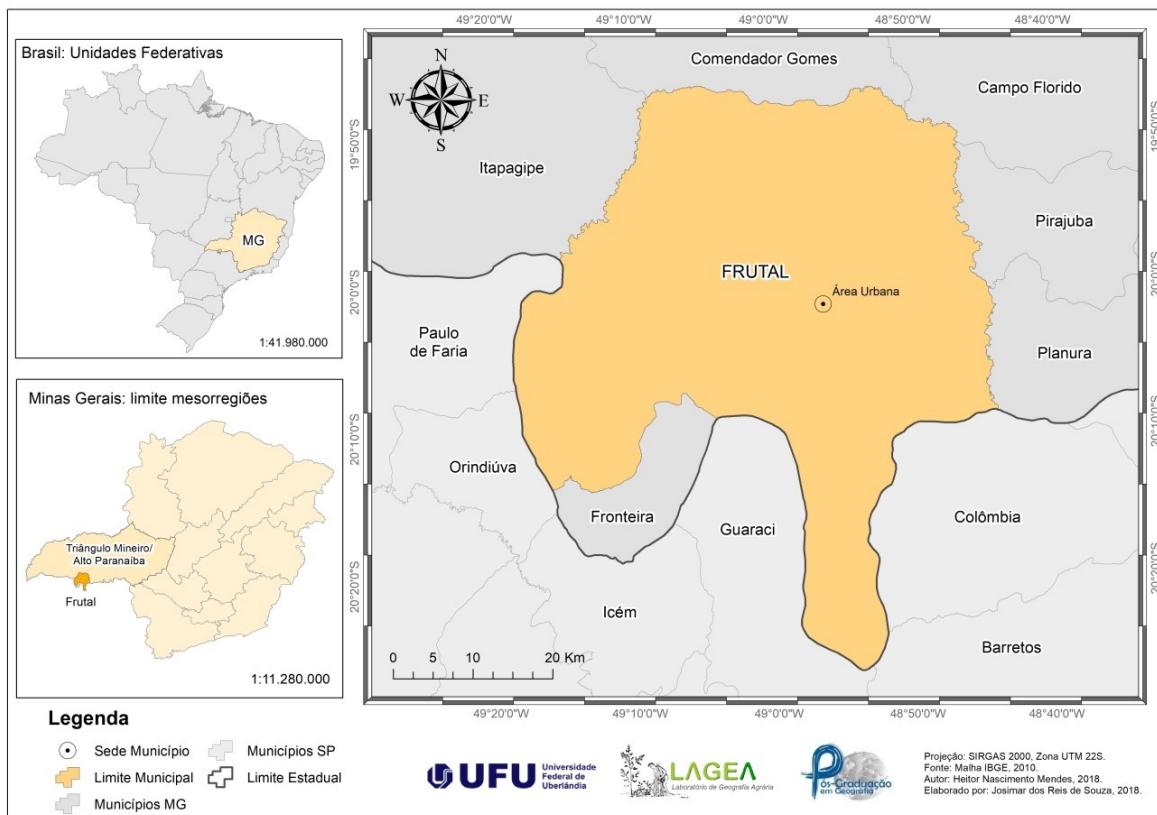
A área para realização do estudo corresponde à Comunidade Boa Esperança, localizada no município de Frutal (MG) (Mapa 01), oeste do estado de Minas Gerais. O município abrange uma área de 2.426.965 km² e tem uma população estimada de 58.295 habitantes, (IBGE – Censo, 2010), possuindo um distrito³ (Aparecida de Minas) e oito comunidades⁴ (Água Santa, Boa Esperança, Chatão, Garimpo do Bandeira, Quineira, São Mateus, Serrinha e Vila Barroso), sendo parte da Microrregião de Frutal, a qual

³ O distrito é uma subdivisão do município e possui características de área urbana.

⁴ Adota-se aqui o termo “comunidade” para um pequeno aglomerado de casas e pessoas na zona rural, juntamente com as propriedades circundantes.

abrange doze municípios: Campina Verde, Carneirinho, Comendador Gomes, Fronteira, Frutal, Itapagipe, Iturama, Limeira do Oeste, Pirajuba, Planura, São Francisco de Sales e União de Minas.

Mapa 01 – Frutal (MG) – Área de Estudo



Fonte: Base cartográfica IBGE, 2010.

De acordo com o Censo realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) no ano de 2010, cerca de oito mil pessoas deveriam ser contabilizadas como população rural do município em 2016, pouco mais de 15% do total, além de ter uma economia voltada principalmente para o setor de serviços e agropecuária, com a indústria exercendo papel menos relevante.

No que concerne os serviços, grande parte está ligado à comercialização de produtos agropecuários como sementes, defensivos e fertilizantes, maquinários, ração e suplementação animal, a exemplo de empresas como a Nutritaurus Rações e Minerais, Coterra Produtos Agrícolas, Solo Verde Produtos Agropecuários, Arakaki Máquinas dentre outros. Atividades importantes também se vinculam ao atendimento da comunidade acadêmica das duas universidades do município, a Faculdade Frutal – FAF, e a Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG, as quais, nos últimos anos,

alavancaram o comércio na zona central da cidade, com novos restaurantes, barbearias, mercados e diversificação nos serviços oferecidos por cada estabelecimento.

Em relação à agropecuária, a maior parte do Produto Interno Bruto de Frutal provém de grandes produções vinculadas ao agronegócio, como é o caso das monoculturas de laranja, soja, milho e cana-de-açúcar, além da pecuária de gado bovino de corte.

No entanto, distante dos números que são estabelecidos pelo PIB, há também a existência de uma agricultura em pequena escala que garante a sobrevivência e autonomia de grande parte da população rural do município, seja através do consumo próprio ou da comercialização. Destaca-se nessas propriedades o cultivo de hortaliças, mandioca, frutas como o mamão e banana, suinocultura e pecuária de leite.

Se remontarmos a história do município, podemos perceber que esse tipo de agricultura já fora mais presente. De acordo com relatório publicado no ano de 1959 pelo IBGE (FERREIRA, 1959), culturas como o arroz e a mandioca figuravam entre as maiores produções em 1955, e eram exercidas em grande parte por camponeses⁵, denotando uma maior diversidade produtiva naquele período. A comunidade Boa Esperança foi fundada, oficialmente, no ano de 1958.

Tabela 01 - Frutal (MG) - Produção agrícola, 1955

Culturas agrícolas	Área (ha)	Produção	
		Unidade	Quantidade
Arroz	14 000	Saco 50kg	300 000
Milho	4 150	Saco 50kg	90 000
Cana-de-açúcar	800	Tonelada	32 000
Mandioca	600	Tonelada	13 200
Feijão	444	Saco 50kg	8 000
Algodão	400	Arroba	20 000

Fonte: Enciclopédia dos municípios brasileiros, 1959
Org.: MENDES, H. N., 2017

⁵ Há mesmo uma pequena fábrica de arroz desativada a cerca de 100 metros da paróquia Nossa Senhora Aparecida, na comunidade Boa Esperança, a qual seguiria funcionando até meados da década de 1970.

A história do município inicia-se pouco mais de um século antes, acompanhando o processo de ocupação e formação territorial do Triângulo Mineiro, com a passagem dos bandeirantes em direção aos estados de Goiás e Mato Grosso. Por ser rota obrigatória para os desbravadores que seguiam nessa direção, na primeira metade do século XIX, a localidade passou a apresentar condições para formação de um povoado, principalmente em razão do abastecimento dos viajantes e daqueles que eram atraídos pelo ouro e pedras preciosas do vale do Rio Grande, com as primeiras jazidas descobertas também nesse período.

As características geológicas e topográficas explicam os anseios e a facilidade encontrada por aqueles que povoaram a região nesse momento. Com um relevo plano e ondulações suaves próximas aos vales (os quais integram o planalto da bacia sedimentar do Paraná, em uma unidade que se estende pelos estados do Paraná e São Paulo), o município de Frutal se encontra em área de peculiar atração para o avanço das tropas nesse período. Além disso, os latossolos vermelho-escuro e vermelho-amarelo encontrados na região, apresentam boas propriedades físicas, o que também motivou sua ocupação e posterior mecanização em razão das frações onde ele se encontra possuírem relevo favorável. De acordo com Souza (2012), há camadas e derrames de rochas vulcânicas que estruturam geologicamente a região e possibilitam a formação dos latossolos, sobrepostos ao domínio morfoclimático do Cerrado. O clima é definido como tropical, com invernos secos e verões chuvosos (de forma bem definida), o índice pluviométrico anual é de 427 milímetros e a temperatura média gira em torno de 25°C.

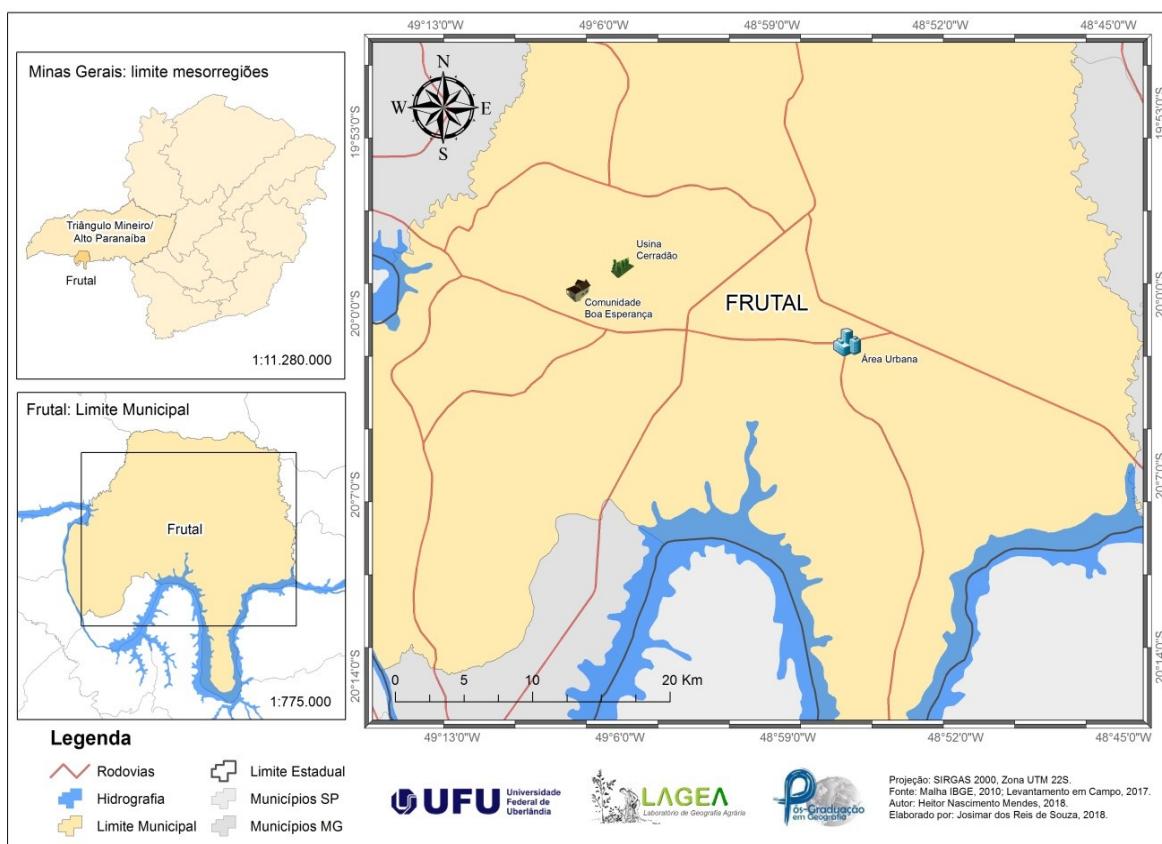
A partir da construção de uma capela destinada a Nossa Senhora do Carmo, Antônio de Paula e Silva, patrono e fundador do povoado, fixa residência no chamado Sertão da Farinha Podre no ano de 1835. Esse processo fez com que algumas atividades econômicas se desenvolvessem para abastecer os desbravadores e aqueles atraídos pela exploração aurífera, como é o caso da pecuária e da agricultura. Tal dinâmica elevaria o povoado à categoria de arraial no ano de 1850, e já no ano de 1958 à categoria de “Distrito de Paz”. Uma característica importante desse processo histórico foi ressaltada por Souza (2012).

Em razão de sua interposição entre as economias da região Centro-Oeste e de São Paulo, o município de Frutal acompanhou o dinamismo impulsionado pelo novo modelo da agricultura no país, movimento que mantém-se até os dias de hoje, provocando uma ampla reestruturação no setor agroindustrial e na agropecuária, norteados pela racionalidade da interpenetração de capitais, cada vez mais presentes na agricultura. (SOUZA, 2012, p. 81).

O entendimento dessa relação com as economias de São Paulo e do Centro-Oeste se faz necessária para compreendermos o processo de consolidação do agronegócio canavieiro no município e da reestruturação produtiva ocorrida no final do século XX, as quais serão discutidas posteriormente.

O ano de 1958, como assinalado, marca também a origem da comunidade Boa Esperança, vinculada ao latifúndio que marca a propriedade da terra no Brasil. O loteamento das terras e posterior anseio em criar uma comunidade partiram do único dono de toda a área, Odílio Fernandes, que tempos antes fez a compra de todos os terrenos. As primeiras obras realizadas pelo próprio Odílio foram o barracão e o bar Café do Ponto, ainda no ano de 1958. Hoje, os dois estabelecimentos apresentam finalidades distintas, sendo o primeiro utilizado como oficina pela Usina Cerradão, e o segundo aberto esporadicamente para realização de eventos.

Mapa 02 – Comunidade Boa Esperança e Usina Cerradão Ltda. – Área de estudo



Fonte: Base cartográfica IBGE, 2010.

Posterior à chegada dos primeiros residentes, a comunidade foi denominada de Odilândia, em alusão ao nome de seu fundador, e permaneceu assim por mais de dez anos. Algumas obras foram sendo criadas para atender os moradores da comunidade e

de fazendas vizinhas, como é o caso da Escola Rui Barbosa e a paróquia Nossa Senhora Aparecida, ambas construídas no ano de 1959.

Com a instalação da escola e da paróquia (em terrenos doados por Odílio), a comunidade passou por um processo de ascensão durante aproximadamente vinte anos. De acordo com alguns entrevistados, vários pequenos agricultores passaram a se sentir “da comunidade” naquele momento – no decorrer da década de 1960 – o que levou a uma grande aproximação de todos. Odílio Fernandes resolve então mudar o nome da comunidade para Boa esperança, em razão de seu sonho em fazê-la prosperar e crescer, algo assinalado pela chegada de vários agricultores e a instalação de equipamentos para atendimento da população (ENTREVISTA 03, 2017).

A partir da década de 1980, os efeitos da modernização e a expansão das monoculturas levam aos primeiros movimentos de êxodo dos camponeses para as cidades vizinhas. Na tabela 02 podemos observar o crescimento das produções de soja, abacaxi, laranja e a própria cana-de-açúcar, em contrapartida à diminuição das culturas de arroz e mandioca, além do feijão, que já deixara de ser produzido no município.

Tabela 02 - Frutal (MG) – Produção agrícola, 1981

Culturas agrícolas	Quantidade Produzida (T)	Área colhida (ha)
Abacaxi	14 124	689
Arroz	7 025	9 006
Cana-de-açúcar	2 920	73
Feijão	----	----
Laranja	16 6800	3 475
Mandioca	1 116	62
Milho	5 123	4 657
Soja	16 620	11 550

Fonte: Produção Agrícola Municipal (PAM), 1981

Org.: MENDES, H. N., 2017

Nos próximos vinte anos, a citricultura (laranja e abacaxi) continuaria sendo o carro-chefe do agronegócio municipal, porém, com o avanço da cana-de-açúcar nota-se uma diminuição contínua dessas lavouras, bem como das possibilidades de produção por parte do próprio campesinato. Na entrevista 01, pudemos constatar que o abacaxi

era produzido por uma grande parcela de camponeses da comunidade, algo que passou a ser dificultado em razão da comercialização dos produtos, bem como do monopólio exercido pelos grupos do setor que chegaram à região.

O caminhão passava sempre aqui. Era assim com o leite e com o abacaxi: tínhamos onde vender, pra quem vender. Com o passar do tempo eles pararam de vim, as cooperativas não mandavam mais os caminhões, os compradores deixaram de buscar, e aí muita gente desistiu. (ENTREVISTA 01, 2017)

Diante da tendência averiguada nesse momento, alguns processos foram importantes para a delimitação das estratégias dos camponeses da comunidade até os dias atuais, dos quais podemos destacar: a consolidação do agronegócio no município, a incorporação do meio técnico-científico-informacional no campo, a reestruturação produtiva na década de 1990 e o avanço do setor sucroenergético no início do século XXI. Cada um desses processos apresentam características imprescindíveis para a organização e manutenção das unidades camponesas e da comunidade, e serão discutidos de forma mais aprofundada na seção 3.

Nos anos que se seguiram, os números – oficiais – da agricultura familiar e camponesa do município de Frutal não foram tão expressivos como anos antes. Porém, isso não se deve ao seu possível desparecimento, mas sim ao caráter de improviso e adaptação das unidades camponesas, que representam forte resistência aos modelos hegemônicos, sendo interstício importante para entendermos o embate entre o território do agronegócio e do campesinato na região.

As diversas famílias camponesas que hoje vivem na comunidade Boa Esperança estabelecem diferentes estratégias para se organizarem diante da relação conflituosa com o agronegócio e, principalmente com o setor sucroenergético. Localizada a apenas 5 km de distância da área industrial da Usina Cerradão, os efeitos sobre os territórios são facilmente identificados na paisagem, nos modos de vida e nas diversas formas de estabelecerem seus equilíbrios⁶ dentro de cada unidade.

Atualmente, tais camponeses estão diretamente sujeitos à dinâmica e aos efeitos da agroindústria, e muitos acabam vendendo sua força de trabalho e “abandonam” seus modos de vida tradicionais, outros se recampesinam, outros ainda

⁶ Adota-se aqui os equilíbrios identificados e trabalhados por Ploeg (2016), os quais serão aprofundados posteriormente.

seguem para as cidades e encaram a vida no campo como um passado já distante, ainda que alimentados por uma esperança de retorno.

2.3 – O Agronegócio e o setor sucroenergético em Frutal (MG)

As lógicas exógenas às unidades camponesas, como apontado, determinam em grande medida a organização de suas propriedades, bem como as estratégias para manutenção, em níveis minimamente satisfatórios, dos equilíbrios que as compõem. Isso significa dizer que, para o caso da Boa Esperança, tais unidades estiveram historicamente (direta ou indiretamente) sujeitas à dinâmica reprodutiva do agronegócio (a partir de alguns setores específicos), e sua fundação e consolidação coincidem com a modernização e industrialização da produção agrícola na região central do Brasil.

O avanço constante da produção de *commodities* sobre áreas antes não utilizadas pelo agronegócio, e que no Brasil segue na direção norte-noroeste, representa o que Frederico (2010) chamou de *fronts*⁷ agrícolas. Por opção metodológica, utilizaremos tal denominação – *front* agrícola – àquela utilizada por autores como Graziano da Silva (1980) e Oliveira (1986), os quais fazem uso do termo “fronteira agrícola”, pois entendemos que sua acepção de movimento caracterize melhor esse avanço e ocupação da área de estudo, bem como seu contínuo processo de incorporação de novas áreas.

Em 1950 o município de Frutal contava com mais de 80% de sua população vivendo no campo, sendo majoritariamente agrícola e com uma indústria incipiente voltada principalmente para a extração mineral e a transformação e beneficiamento da produção agropecuária. Do total da população, 47, 8% ocupavam funções domésticas não remuneradas e atividades escolares docentes, com 30% exercendo atividades agrícolas (FERREIRA, 1959).

As décadas de 1960 e 1970 marcariam uma forte mudança nesse cenário em razão da ocupação do Cerrado pela agricultura moderna. Apesar de prosperar e atrair camponeses durante os primeiros vinte anos que decorreram de sua fundação, a

⁷ Acepção de movimento. Para ver mais, consultar: FREDERICO, Samuel. O novo tempo do Cerrado: expansão dos *fronts* agrícolas e controle do sistema de armazenamento de sementes. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2010.

comunidade Boa Esperança não demoraria a sentir os efeitos dessa modernização, que veio, no final da década de 1970, com o crescimento da produção e da produtividade das *commodities*. O abacaxi e a laranja ascendem vertiginosamente, porém, suas produções eram descentralizadas, sendo efetuada também por pequenos e médios produtores e comercializado no mercado regional. Posteriormente, sua produção se centralizaria em grandes propriedades, fruto do uso de insumos e de uma maior produtividade garantida àqueles que tinham acesso às novas tecnologias, bem como a logística para exportação.

Apesar da diminuição de certa diversidade produtiva, nesse momento ainda podíamos identificá-la no próprio agronegócio, com as estruturas de oligopólio e monopólio menos perceptíveis. Tínhamos as culturas de abacaxi, laranja, milho, arroz, mandioca dentre outras, dinamizando o comércio local e sendo praticadas também pelo campesinato.

Essa dinâmica estaria presente no município até o início da década de 2000, porém com contínuo avanço de fortes grupos fruticultores, como o Sucocítrico Cutrale Ltda, e a concentração da produção em grandes propriedades voltadas ao agronegócio. Na tabela 03 podemos notar o crescimento da produção de abacaxi, cana-de-açúcar (sem a presença das usinas), laranja e milho, e a diminuição constante de gêneros alimentícios como a mandioca e o arroz.

Tabela 03 - Fratal (MG) – Produção agrícola, 2002

Culturas agrícolas	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)	Quantidade produzida (T)	Valor (1000R\$)
Abacaxi	3499	3499	100 370	73 494
Arroz	195	195	391	121
Cana-de-açúcar	4 528	4 528	339 600	10 188
Laranja	9 809	9 809	196 180	65 720
Mandioca	46	46	920	138
Milho (em grão)	3 672	2 972	16 332	3 626
Soja (em grão)	6 080	180	298	54

Fonte: Produção Agrícola Municipal (PAM), 2002
Org.: MENDES, H. N., 2017

Apesar de, nesse momento, a área plantada da soja ser inferior apenas à laranja, observa-se que sua produção final, como a área colhida e o rendimento alcançado, estão abaixo de todas as outras culturas, algo que denota uma maior especialização produtiva para culturas como a laranja e a cana-de-açúcar, que nesse momento era produzida para ser revendida às usinas da região.

Podemos observar também a severa diminuição da produção de arroz e mandioca. Em relatos colhidos no campo foram citados diversos produtores e camponeses que os produziam, bem como as dificuldades enfrentadas com o passar dos anos para que se mantivessem as produções. Com o avanço do setor sucroenergético e a produção de abacaxi e laranja se concentrando nas grandes propriedades, as pequenas produções foram gradativamente perdendo espaço na área de influência direta das usinas.

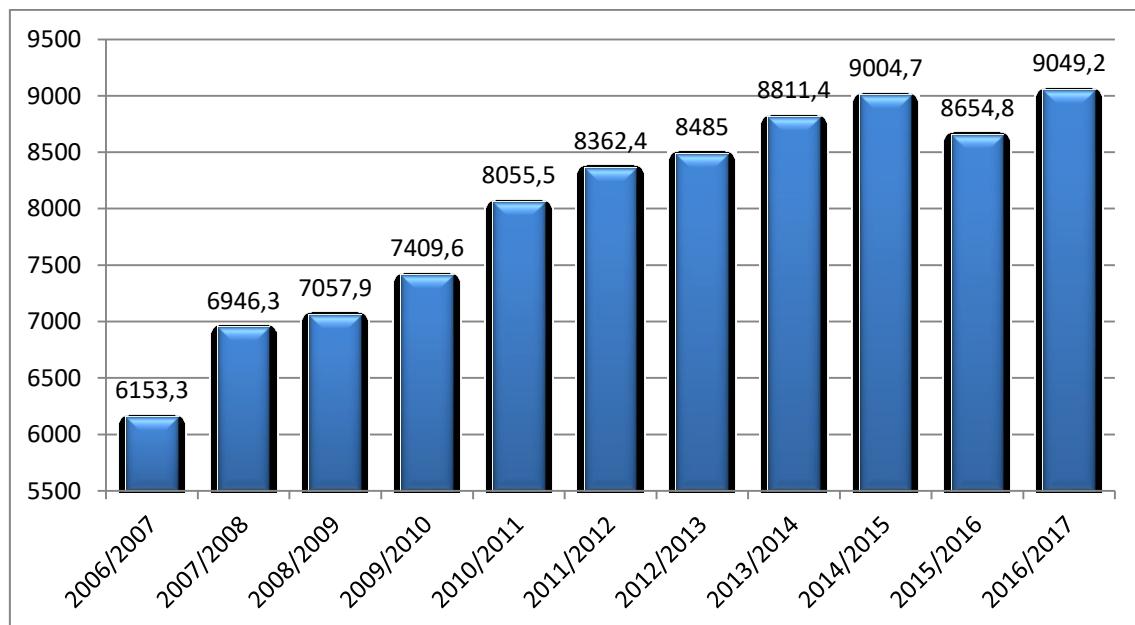
Tais culturas destacadas na tabela 03 figuram atualmente como os principais ramos de produção do agronegócio no município (PAM, 2016), principalmente a cana-de-açúcar, a laranja, o abacaxi e o milho. Dentre elas, o milho e o abacaxi ainda são produzidos (em pequena escala) por diversos camponeses da comunidade. Porém, posterior à chegada das usinas Frutal e Cerradão, ambas no ano de 2006, são cada vez menores as áreas destinadas a essas produções nas suas imediações. Prevalece nessas propriedades a produção de leite e derivados, suinocultura, hortaliças e frutas diversas.

O decorrer da década de 2000 marca uma mudança severa nesse quadro a partir da chegada de dois grandes empreendimentos sucroenergéticos no município, principalmente para aquelas comunidades e propriedades diretamente sujeitas a lógica das usinas, as quais se encontram bem próximas da planta industrial e no centro da área agrícola, sendo percebidas por vezes como “ilhas” em meio ao “mar de cana”.

O avanço do *front* canavieiro no Triângulo Mineiro representa, em grande medida, a incorporação dos cerrados do Brasil Central na produção sucroenergética nacional. Apesar das culturas da laranja, abacaxi, milho e soja ainda permanecerem, bem como uma diversa agricultura camponesa, o crescimento das usinas segue outro ritmo. Podemos observar no gráfico 01 o crescimento da área colhida da cana-de-açúcar na última década no Brasil, momento em que um grande número de usinas chega à região.

É importante ressaltar que a partir de zoneamento realizado no ano de 2009 (mapa 03), a mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba aparece como uma das áreas com maior aptidão para a produção da cana-de-açúcar no país, e é nesse período (2006-2017) que a produção nessas áreas cresce vertiginosamente, chegando ao ano de 2018 como a maior produtora de todo o estado.

Gráfico 01 – Brasil - Área colhida da cana-de-açúcar, em mil hectares, 2006/2007 a 2016/2017



Fonte: UDOP, 2017

Org.: MENDES, H. N., 2010.

No Brasil, a cana-de-açúcar é utilizada principalmente para a produção de açúcar, etanol (álcool etílico) e bioenergia, a qual é aproveitada na própria usina ou comercializada. O uso do etanol no país é prioritariamente como combustível, porém sua utilização é diversa, como na produção de bebidas alcoólicas, cosméticos, produtos de limpeza, fármacos dentre outros.

Além do esforço para fugir da sujeição que uma única matriz energética oferece, a produção de etanol foi justificada a partir de seu discurso sustentável, por se tratar de um combustível derivado da biomassa (agrocombustível) e ser, em princípio, renovável.

Anadió que el sol tiene una esperanza de vida de 11000 millones de años y que cada día la radiación solar produce en potencial de energía el equivalente a la totalidad de las reservas de petróleo de la historia. Por consiguiente, es comprensible que los países del Sur, donde el sol resulta

particularmente fuerte, y que cuentan con grandes extensiones territoriales, baja densidad de población y grandes reservas de agua, se sientan atraídos por esa solución. (HOUTART, 2009, p. 109)

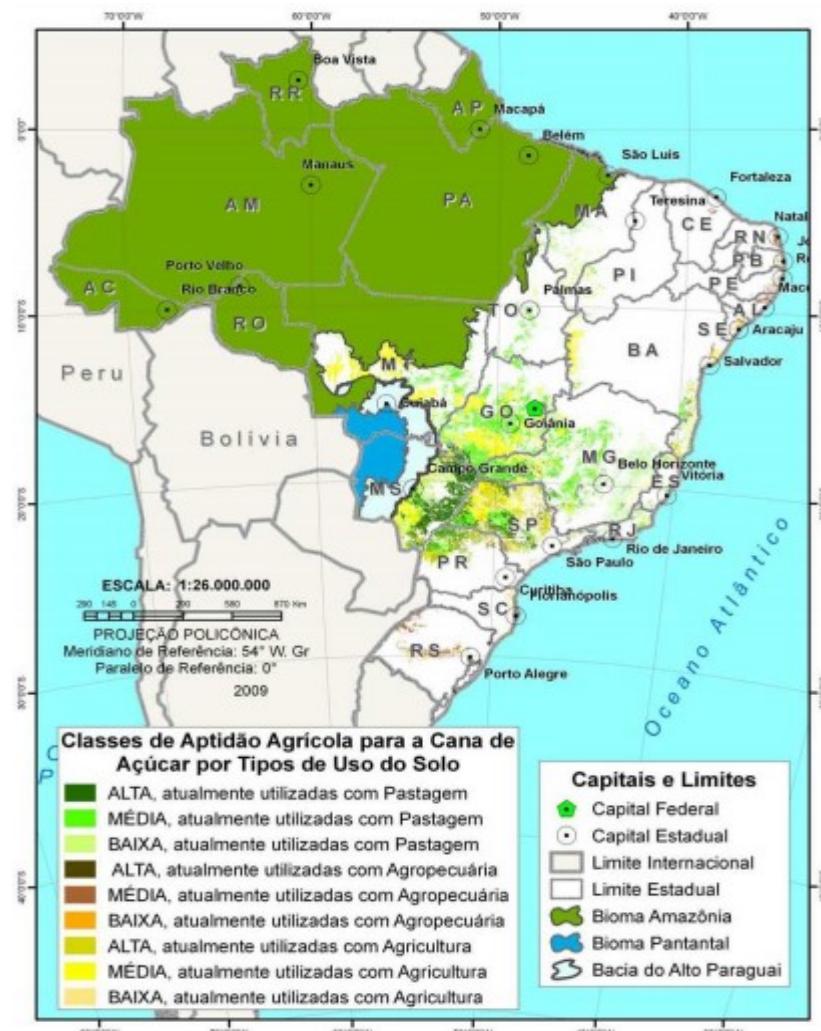
O caso do Brasil é emblemático nesse processo, visto que as justificativas expostas pelo autor estiveram presentes nos momentos de inserção dessa nova matriz no país, como no caso do Programa Nacional do Álcool – PROÁLCOOL, que será discutido de forma mais aprofundada na seção 3.

Sabe-se hoje que a produção do etanol, assim como as diversas monoculturas vinculadas ao Agronegócio, necessita de áreas extensas e uma grande quantidade de insumos químicos para acelerar o processo de maturação da cana e evitar pragas, além de relegar a uma situação preocupante grande parte da população rural sujeita a sua territorialização, colocando em xeque seu caráter sustentável e os benefícios ora a ele vinculados.

Apesar da discussão, a produção de etanol no país foi apoiada pelos governos e cresceu vertiginosamente a partir da década de 1970. Nesse momento, São Paulo e Paraná foram os estados pioneiros dessa nova fase, com posterior avanço, a partir do final da década de 1980, para as áreas de Cerrado do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, Goiás e Mato Grosso do Sul, apoiados por condições climáticas, fitofisionômicas e topográficas adequadas, logística favorável e tecnologia a serviço das melhorias que fossem necessárias.

Tais características oportunas para a cultura da cana-de-açúcar foram demonstradas no zoneamento apresentado no mapa 03, com o Cerrado apresentando, em sua maioria, média ou alta aptidão para o plantio. Apesar dos biomas da Amazônia e Pantanal não terem sido considerados e serem tratados como áreas prioritárias de preservação, o Cerrado foi mantido como espaço de preferência para essa cultura, desconsiderando as especificidades desse bioma e demonstrando como o *front canavieiro* “impôs” a necessidade de considerar essa área como propícia a seu avanço.

Mapa 03 – Brasil - Áreas com aptidão para o cultivo da Cana-de-açúcar, 2009



Fonte: Zoneamento Agroecológico da Cana-de-açúcar (ZAE), 2009.

O município de Frutal (MG), que de acordo com o zoneamento se localiza em uma área de média aptidão para o cultivo da cana-de-açúcar, conta hoje com duas usinas sucroenergéticas, a Usina Frutal, do grupo Bunge, e a Usina Cerradão Ltda., um investimento conjunto entre os grupos Queiroz de Queiroz Ltda. e a JP Andrade Agropecuária Ltda. (Grupo Pitangueiras), ambos com vasta experiência em setores vinculados ao agronegócio e à própria produção da cana-de-açúcar.

Em relação ao primeiro grupo (Bunge), são duas as principais frentes de atuação, a de alimentos e ingredientes, e a de açúcar e bioenergia, a qual entrou no mercado mundial no ano de 2006. Além desses dois ramos, o grupo atua na compra de grãos e oleaginosas de agricultores, transporte, armazenamento e venda de matérias-primas aos clientes finais nos mercados domésticos e de exportação, bem como no processamento de oleaginosas para a produção de farelos e óleo vegetal puro. Mesmo

adentrando no setor sucroenergético há pouco tempo (2006), a empresa já figura entre as líderes no processamento de cana no Brasil e opera oito usinas em todo o país, produzindo aproximadamente 21 milhões de toneladas desse produto ao ano (BUNGE, 2017).

A Usina Cerradão Ltda. é operada pela Agrícola Cerradão, criada e controlada pelas empresas destacadas anteriormente. A materialização do empreendimento iniciou-se com a própria constituição da usina no ano de 2006, porém os dois grupos possuíam históricos diferenciados em relação à produção e aos setores de atuação.

O Queiroz de Queiroz Ltda. trilhou sua trajetória a partir da pecuária de corte, sendo um dos maiores produtores de gado bovino com essa finalidade na região. A pouca experiência no plantio da cana-de-açúcar provinha da produção dessa matéria prima para as usinas do Triângulo Mineiro, e foi somente com a consolidação do empreendimento em Frutal que o grupo passou a investir acentuadamente no ramo, a partir do ano de 2006.

O grupo associado (Pitangueiras - JP Andrade Agropecuária Ltda.) diferentemente do Queiroz de Queiroz, tem seu histórico diretamente vinculado a cana-de-açúcar. Com experiência na produção de aguardente, e posteriormente álcool, açúcar e bioenergia, o grupo seguiu o crescimento das usinas em São Paulo, durante as décadas de 1970, 1980 e 1990, chegando ao início da década de 2000 consolidado e com anseio em adentrar as áreas propícias do Triângulo Mineiro. Como veremos, a empresa é um exemplo de como os investimentos no interior de São Paulo foram um propulsor para a chegada das usinas nessa região.

Destacaremos no subitem seguinte algumas das características de atuação dos dois grupos que compõem a Agrícola Cerradão, responsável pela gestão da usina homônima no município de Frutal.

2.4 – Os Grupos Queiroz de Queiroz e JP Andrade Agropecuária em Frutal (MG)

Uma das principais influências para a reprodução social dos camponeses na comunidade Boa Esperança, e para grande parte da produção em pequena escala, é justamente o processo de avanço do *front* canavieiro em direção às áreas de Cerrado do Brasil Central. Esse processo ocorreu primeiramente no interior dos estados do Paraná e São Paulo (décadas de 1970/1980), o qual a ocupação de áreas com relevo e clima próximos aos encontrados no Cerrado mineiro, goiano e sul mato-grossense, facilitaram a instalação das usinas.

A ocupação dessas áreas se deu em função da constituição do Complexo Agroindustrial canavieiro da região Centro-sul do país, motivado por alguns fatores como a perda de monopólio dos senhores-de-engenho nordestinos e a dificuldade de inserção de maquinários na produção, como demonstrado por Campos (2014).

Nesse contexto, a região Centro-Sul começou a receber suas primeiras unidades de produção e áreas de cultura da cana-de-açúcar. Dentre elas, estavam unidades oriundas do Nordeste – algumas filiais de empreendimentos tradicionais do Nordeste que viram um potencial de desenvolvimento na região, expandindo seu capital. Essa expansão deu-se não apenas devido ao descrédito dos produtores nordestinos, mas também devido às constantes secas que motivaram o envolvimento de novas áreas, e até mesmo a transferência de algumas unidades para o Centro-Sul. (CAMPOS, 2014, p. 37).

A demanda por etanol foi motivada a partir de uma conjuntura de crise mundial (Choque do petróleo), que fez com se retomasse a discussão sobre a produção e o consumo de uma nova matriz energética alternativa ao combustível fóssil. O Complexo Agroindustrial canavieiro representa a consolidação da dependência entre diversas indústrias agrárias. Para Müller (1989), tais complexos são

[...] uma forma de unificação das relações interdepartamentais com os ciclos econômicos e as esferas da produção, distribuição e consumo, relações essas associadas às atividades agrárias. Vale dizer que o complexo agroindustrial é considerado como uma unidade analítica da acumulação de capital no país. (MÜLLER, 1989, p. 23)

Esse processo ocorreu no âmbito da criação do Programa Nacional do Álcool - PROÁLCOOL (1975 – 1985), que incentivava o uso e o crescimento da produção de etanol no país. Esse período é marcado pela forte participação do Estado brasileiro no setor, conjuntura que mudaria na década seguinte (1990), com seu distanciamento e uma progressiva liberalização e auto regulação por parte de associações estaduais e municipais de produtores.

A partir da efetivação do complexo e sucesso do PROÁLCOOL, o Brasil passa por uma fase de estagnação econômica (1985 – 1995), o que leva a um período de escassez dos recursos públicos para subsidiar a produção do etanol, juntamente com uma baixa no preço do barril de petróleo, havendo uma retomada do uso da gasolina. Nesse momento ocorre

[...] uma queda nos índices de produção de etanol e corte dos subsídios, o que chamamos de desregulamentação do setor, devido aos baixos preços pagos pelos produtos, o que não relaciona com a demanda pelo combustível por parte dos consumidores, que ainda era estimulada e subsidiada pelo Estado. Vale ressaltar que a ausência de recursos se dava apenas ao setor sendo que o uso do álcool combustível ainda era incentivado pelo Estado. (CAMPOS, 2014, p. 46).

Com a desregulamentação e o fim dos subsídios para a produção, diversos agentes vinculados ao setor se unem através de organizações para buscar melhores condições frente a esse momento. O caso da União da Agroindústria Canavieira de São Paulo – UNICA é emblemático nesse processo.

Os anos que se seguiram (1990 – 1998) foram de redefinição da produção do álcool combustível e do PROÁLCOOL, com o Estado passando a criar entidades de regulação a fim de fiscalizar suas atividades, a partir de uma tentativa mal sucedida de atribuição de cotas de exportação pelo próprio setor. Nesse momento há uma forte desregulamentação a partir da ausência da intervenção estatal, seguindo o liberalismo econômico do governo Fernando Henrique Cardoso.

Tal conjuntura possibilita um pequeno aumento da produção no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, porém, seria a partir dos anos 2000 que ela seria alavancada. Como destacado, alguns grupos que chegaram na região efetivaram sua atuação no setor a partir da gestão de empresas do ramo nos dois estados pioneiros da produção sucroenergética no Centro-Sul (Paraná e São Paulo), a exemplo do JP Andrade Agropecuária Ltda. (Grupo Pitangueiras, de Ribeirão Preto), que passou a vislumbrar possibilidades de investimento e crescimento econômico também na região do Triângulo Mineiro, como constatado por Souza (2012).

Com a possibilidade de aumento da utilização do etanol, intensificada no ano de 2006, os usineiros da região de Ribeirão Preto entraram na corrida por investimentos na expansão de seus domínios rumo às áreas no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, nos estados de Goiás e Mato Grosso do Sul. Neste contexto, vários grupos procuraram o empresário Adalberto Queiroz para instalar uma usina no município de Frutal, de maneira que cada grupo (sócio) representaria 50% das ações da empresa (SOUZA, 2012, p. 97).

Esse processo de fusão de capitais ocorrido entre o grupo do empresário citado anteriormente, o Queiroz de Queiroz Ltda., e o da Família Andrade, no município de Frutal, representa o avanço dos investimentos do interior paulista em direção ao Triângulo Mineiro. A autora ainda salienta.

A territorialização do agronegócio canavieiro em Frutal decorreu devido a uma combinação de condicionantes históricos, de estruturação de serviços, da oferta de mão-deobra qualificada, potencializada pela presença da FAF (cursos: Administração, Nutrição, Pedagogia e Serviço Social) e da UEMG (cursos: Administração, Ciências e Tecnologia de Laticínios, Comunicação Social, Tecnologia em Produção Sucroalcooleira, Direito, Geografia e Sistema de Informação).

Ainda assim, um dos fatores mais relevantes para a configuração deste cenário consiste na possibilidade de utilização de terras agricultáveis no município e a sua proximidade com o estado de São Paulo, principal produtor de cana do país. Isso porque, mediante aos alardes midiáticos sobre o risco da escassez do combustível fóssil, a iniciativa dos empresários e grupos paulistas foi a de direcionar investimentos, estendendo as fronteiras da cana para o município. (SOUZA, 2012, p. 86).

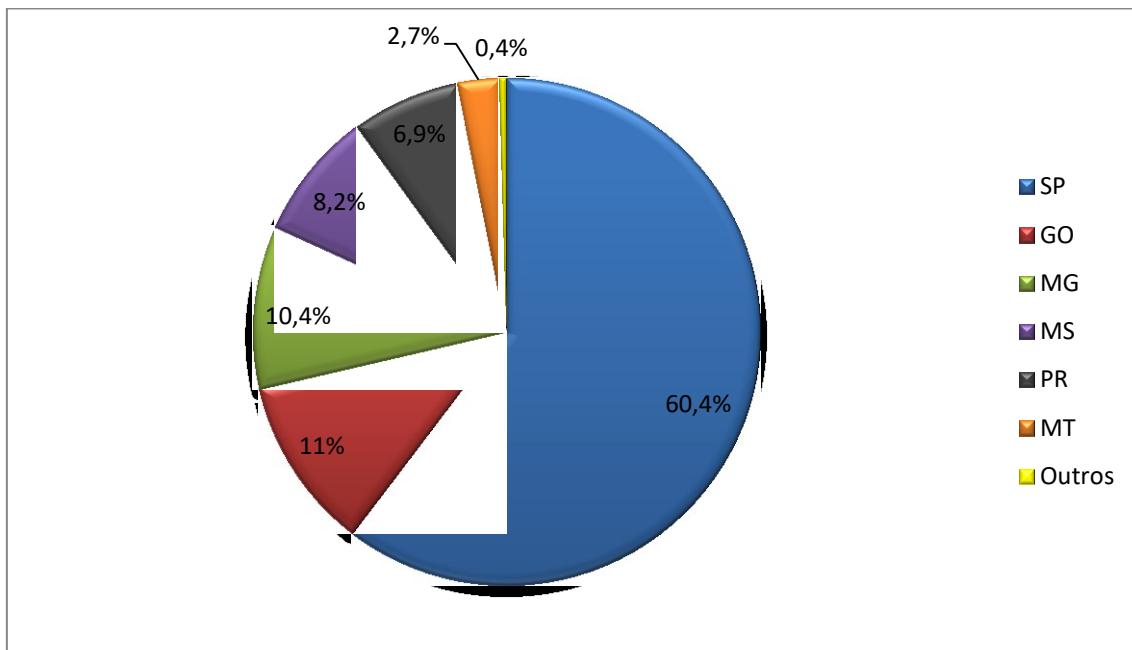
A aproximação e negociação se deram entre fortes representantes da elite agrária regional. A Família Queiroz, mesmo sem tradição no setor sucroenergético, atuava em diversas atividades como a plantação de grãos e da própria cana-de-açúcar para abastecimento das usinas da região. Porém, é na pecuária que o grupo se destaca.

No caso da família Queiroz, a estrutura de confinamento para o gado, em Frutal, comporta a engorda de 17 mil animais. Há, ainda, outros 4,2 mil bovinos confinados em uma fazenda arrendada no município de Riolândia (SP). O rebanho total inclui mais 30 mil animais mestiços, mas com base nelore, que dividem o espaço com a cana em oito fazendas. Para dar conta do projeto de intensificação, essa estrutura e a sua gestão vêm sendo sistematicamente modernizadas. (DINHEIRO RURAL, 2017).

De acordo com o Gerente de Produção Agrícola da Usina Cerradão, um dos propósitos da atuação do grupo no setor sucroenergético foi também o sonho da Família Queiroz em fixar suas futuras gerações no município de Frutal, o que inevitavelmente levaria ao investimento na cana-de-açúcar. A experiência no setor sucroenergético então foi substituída pela disponibilidade de terras do grupo e aspectos naturais atrativos, aliados a políticas de apoio do governo federal para ampliação da produção canavieira a partir da década de 2000 (SOUZA, 2012), além do interesse cosmopolita dos Queiroz.

Apesar do estado de São Paulo ainda concentrar a maior produção de cana-de-açúcar do Centro-Sul, podemos observar no Gráfico 02 como outros estados da região, como Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso do Sul, já detém parte significativa do total produzido.

Gráfico 02 - Brasil Centro-Sul - Produção da cana-de-açúcar, em pontos percentuais, 2016/2017



Fonte: UDOP, 2017

Org.: MENDES, H. N., 2017.

O Triângulo Mineiro concentrou, no ano de 2016, as cinco maiores produções de cana-de-açúcar do estado (em quantidade produzida), sendo elas: Uberaba, Frutal, Conceição das Alagoas, Campo Florido e Santa Vitória. Juntos, os cinco municípios chegaram ao ano de 2016 com a marca de 20.880.198 toneladas de cana produzidas (IBGE, 2016), cerca de 30% da produção total do estado, com perspectivas de aumento para os próximos anos. Para se ter uma ideia, apenas a Usina Cerradão tem mais de 37.000 ha de área plantada no município de Frutal (MG), e uma perspectiva de chegar aos 60.000 ha até o ano de 2019. (ENTREVISTA 03, 2017).

Nesse sentido, a efetivação do projeto em Frutal alavancou os negócios dos grupos, visto que a disponibilidade de terras e capital por parte do Queiroz de Queiroz, e a experiência na produção da cana-de-açúcar pela JP Andrade Agropecuária, contribuíram de forma significativa para o crescimento econômico da região, colocando o município como um dos maiores produtores dessa *commoditie* no estado de Minas Gerais.

Todavia, os índices de crescimento econômico não levam em consideração os efeitos socioespaciais intrínsecos à dinâmica do setor. A modernização da produção, como a mecanização do plantio e da colheita, geram impactos negativos aos territórios

camponeses, diferenciando-se no tempo, com a constituição de verticalidades (SANTOS, 2001) que seguem uma lógica exógena às localidades as quais estão inseridas, e no espaço, com a produção em larga escala e a utilização de grandes extensões de terras, tendo como pressuposto uma crescente exploração dos recursos humanos e naturais, e como fim máximo, o lucro.

Sendo assim, podemos destacar como necessidades básicas da territorialização das usinas: uma intensa modernização da produção e a consequente demanda por mão-de-obra especializada, demanda por terras e uma crescente concentração fundiária a partir dos arrendamentos e compras. Com isso, as pequenas propriedades, comunidades e povoados que se encontram nos arredores da área já utilizada pelas usinas, também estão diretamente sujeitos ao avanço do plantio, como é o caso da comunidade Garimpo do Bandeira e dos diversos povoados que existem no município, que apesar de estarem afastados da área industrial das usinas, tem na incorporação contínua de novas áreas o principal fator de interferência nos seus equilíbrios e na sua reprodução social.

Para melhor compreender esse panorama, utilizaremos os pressupostos da pesquisa qualitativa em Geografia, buscando descrever e analisar essa nova dinâmica do agronegócio no município, levada a cabo a partir do setor sucroenergético, e os possíveis impactos para a agricultura camponesa. Assim, faremos uso de algumas técnicas de pesquisa que consideramos importantes para abranger tal realidade, com vistas a apreender o atual cenário, bem como as tendências expressas no embate entre os territórios do capital e do campesinato.

2.5 – A pesquisa qualitativa: caminhos metodológicos e técnicas de pesquisa

A escolha dos métodos em uma pesquisa se faz no sentido de buscar as melhores formas para a resolução dos problemas e cumprir os objetivos propostos. Visto que a realidade não pode ser compreendida em sua totalidade e sem um direcionamento das ações, busca-se a compreensão de parte dela a partir de conhecimentos intelectuais e técnicos que auxiliem nesse processo.

De acordo com Marconi e Lakatos (2010), “o método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite

alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros – traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista”. (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 65). Nesse sentido, o método delinea o pensamento e estabelece os mecanismos e instrumentos que acompanharão o pesquisador durante toda a pesquisa.

A posição metodológica do pesquisador está vinculada tanto às suas visões de mundo, ou seja, como ele percebe a realidade ao seu redor e as referências para sua compreensão e entendimento: o método de interpretação, como também as técnicas que serão utilizadas para o cumprimento das etapas da pesquisa: o método de pesquisa. Ambos representam a estrutura de qualquer conhecimento científico e são necessários para a confiabilidade e eficácia de sua construção.

Em relação ao método de interpretação, Moraes e Costa (1984) salientam que

ele

[...] diz respeito à concepção de mundo do pesquisador, sua visão da realidade, da ciência, do movimento etc. É a sistematização das formas de ver o real, a representação lógica e racional do entendimento que se tem do mundo e da vida. O método de interpretação refere-se, assim, a posturas filosóficas, ao posicionamento quanto às questões da lógica e, por que não dizer, à ideologia e à posição política do cientista. (MORAES; COSTA, 1984, p. 27).

Já o método de pesquisa, como dito, relaciona-se mais a operacionalização da pesquisa, ao objeto de estudo e as formas de obtenção dos dados, das informações etc. Portanto, não está diretamente ligado às posturas político-ideológicas do pesquisador, mesmo que alguns métodos de interpretação possam requerer determinadas técnicas para determinados tipos de trabalho.

O método de pesquisa refere-se ao conjunto de técnicas utilizadas em determinado estudo. [...] Pode-se dizer que a utilização de um método de pesquisa não implica diretamente posicionamentos políticos ou concepções existenciais do pesquisador, resultando muito mais das demandas do objeto tratado e dos recursos técnicos de que dispõe. [...] De todo modo, a opção por uma metodologia de pesquisa, não define, *a priori*, os resultados interpretativos do trabalho executado. Estudos orientados por diferentes métodos de interpretação podem fazer uso da mesma metodologia de pesquisa. (MORAES; COSTA, p. 27-28).

O desenvolvimento de métodos com enfoque qualitativo nas Ciências Sociais remonta, inevitavelmente, aos momentos de desamparo do fazer científico em relação aos fatos e relações os quais não poderiam ser analisados a partir de quantificações,

exigindo uma abordagem diferenciada e que levassem em conta aspectos subjetivos e o compartilhamento com as vidas, os fatos e os locais pesquisados.

Alguns momentos foram importantes para o desenvolvimento desse enfoque, como demonstrado por Chizzotti (2003). Assumindo limites para sua determinação, como o confinamento de processos em datas específicas, ele aponta cinco marcos que fizeram parte da consolidação da pesquisa qualitativa no decorrer do século XX. O primeiro seria aquele com raízes no romantismo e no idealismo, ainda no final do século XIX, o qual reivindicava uma metodologia que pudesse compreender o processo evolutivo das sociedades europeias ocidentais e sua diferenciação para as demais, como as sociedades colonizadas e/ou primitivas.

Alguns estudos empenharam-se em descrever as precárias condições do mundo de vida dos trabalhadores urbanos e rurais, na era da industrialização, recorrendo a registros e documentação das adversas condições de vida dos operários, e produzindo monografias sobre os operários europeus franceses (Le play, 1806-1892), as condições dos trabalhadores ingleses (Engels 1845/1982), levantamentos estatísticos e descritivos dos pobres londrinos (Booth, cf, Webb, 1926) e os estudos ilustrativos da pobreza. Na apresentação de suas buscas, apropriavam-se das novas questões teóricas e metodológicas mostradas pelo mundo dramático da vida desses personagens. As descrições das mazelas de vida ignoradas ou exploradas constituíam denúncias candentes das condições vividas e preconizavam urgentes ações saneadoras das adversidades reveladas. (CHIZZOTTI, 2003, p. 224).

Destacam-se também as influências desse novo modelo nos estudos bi-naturais e espaço-temporais da evolução humana (biociências). A descrição e observação das evidências atuais remontavam o passado, o que poderia ser uma saída diante da falta de referências formais sobre o assunto.

Outro marco importante para o autor data do início do século XX, com o desenvolvimento da Antropologia como ciência autônoma e sua busca por estudar grupos humanos, sua ligação com o lugar onde vivem, suas práticas e sua coesão. Neste mesmo período, o historicismo alemão, a partir das “ciências do espírito”, e o desenvolvimento de uma metodologia das ciências histórico-culturais, o nacionalismo e a recuperação dos costumes e práticas populares, a consolidação de novas disciplinas científicas como a História, a Antropologia, a Sociologia e a Educação, a Etnografia de Malinowsky e suas descrições científicas que buscavam enquadrar seus relatos nos critérios científicos são alguns importantes acontecimentos desse período, ainda sobre a hegemonia das pesquisas experimentais. (CHIZZOTTI, 2003).

A partir desse momento a pesquisa qualitativa tem seu viés de análise delineado, mostrando sua intenção em explorar um campo antes renegado pelo que se enquadrava como ciência, trabalhando com os valores, as crenças, as representações, os hábitos, as atitudes e as opiniões dos sujeitos, aprofundando-se dos fenômenos de forma intensa. (MINAYO, 1993).

A fase áurea da pesquisa qualitativa acontece no pós II Guerra até meados da década de 1970, onde ela se consolida como modelo de pesquisa. Alguns conceitos são elaborados e reelaborados, e novas concepções e práticas derivadas de métodos como a fenomenologia, a hermenêutica e o marxismo ganham força nos estudos sobre cultura, grupos e as relações dos sujeitos com o outro e a sociedade. (CHIZZOTTI, 2003). É importante destacar aqui o embate entre as concepções quantitativas e qualitativas e como esse processo foi importante para a expansão da pesquisa científica entre as décadas de 1950 e 1960, além da corrida promovida pela Guerra Fria.

A pesquisa científica, neste período, expande-se graças aos recursos crescentes dos fundos públicos e se torna um programa político dos países desenvolvidos, principalmente diante da competição produzida no período da guerra fria, após o lançamento do Sputnik, em 1957, e a disputa entre Estados Unidos e União Soviética, pela supremacia científica mundial. Cram-se institutos e centros de pesquisa, reunindo pesquisadores em torno de programas de pesquisa, áreas de conhecimento ou temas específicos, gerando um incremento grande da pesquisa científica. (CHIZZOTTI, 2003. p. 229)

O quarto marco proposto pelo autor remonta às décadas de 1970 e 1980, marcados pela expansão dos investimentos e recursos destinados à pesquisa, a era dos “pós” promovendo uma verdadeira transdisciplinaridade entre as ciências humanas e sociais, e novos temas passíveis de crítica como a crise ambiental, o patriarcado, a ética, os direitos humanos dentre outros abrem ainda mais espaço para os métodos qualitativos.

Da década de 1990 em diante observa-se o fim do regime socialista e a ascensão do capitalismo. A globalização econômica e a informação possibilitam um maior conhecimento sobre a realidade antes distante, e o discurso dos “fins” ganha força (“fim das fronteiras”, “fim das ideologias”), juntamente com a crítica em relação ao sofrimento do outro e as desigualdades agora facilmente observáveis. Outro ponto importante é a propensão das pesquisas em reconhecer uma pluralidade cultural, “abandono da autoridade única do pesquisador para reconhecer a polivocalidade dos participantes.” (CHIZZOTTI, 2003, p. 230)

A pesquisa qualitativa busca uma maior aproximação com a realidade e o contexto social dos indivíduos, através de um contato direto na coleta dos dados e na relação que se estabelece entre pesquisador e os sujeitos. Vê-se que ela se diferencia dos métodos quantitativos, pois não se estabelecem representações numéricas com o que é pesquisado, e sim de intensidade, de qualificação das ações e do espaço o qual se debruça a análise. O que importa aqui é o estudo do fenômeno e de sua realidade, necessitando de um verdadeiro exercício de “suspensão” do conhecimento anterior do pesquisador a partir do contato com seu objeto.

O que se busca e se quer responder está expresso nos modos de vida e fazem parte da percepção e experiência de cada individuo em cada ambiente, destacando-se assim a descrição e análise em detrimento da explicação e da construção de modelos e padrões.

Para cumprimento dos objetivos propostos, a presente pesquisa se divide em três etapas principais: exploração, descrição e análise. A primeira etapa constitui o reconhecimento do fenômeno ou processo a ser pesquisado, uma maior aproximação com o problema e a compreensão do estágio das discussões relacionadas, principalmente através das referências sobre o tema e a região. Como nossas vivências de infância e juventude se deram na localidade pesquisada, essa etapa se mostrou importante para a busca de vínculos com aquilo que era estudado e discutido e o que está sendo observado no município com o passar dos anos.

A etapa descriptiva se deu através do levantamento das características que compõem o objeto de estudo. Para isso, foram feitos levantamentos e observações em campo, tais como entrevistas e registros fotográficos. E a terceira etapa constitui a análise daquilo que foi colhido e apresentado nas etapas anteriores, a fim de compreender a realidade através de um olhar crítico e que vá além das aparências.

Para o cumprimento da etapa exploratória, realizou-se pesquisa bibliográfica (teórica), no intuito de subsidiar as observações ligadas ao problema da pesquisa, ou ao que se propôs descobrir. Na descriptiva foram realizadas pesquisas documental e de campo, onde foi finalizado o processo de levantamento e coleta de dados e informações acerca do tema e do problema de pesquisa.

A pesquisa bibliográfica está direcionada à compreensão teórica sobre o tema e o objeto de pesquisa, adentrando no debate acerca dos processos e fenômenos a serem estudados e compreendidos. Além de respaldo e compreensão, esse momento é importante para delinearmos a atualidade da discussão e o papel da Geografia e dos conceitos utilizados na análise.

Essa fase se dá principalmente a partir de um material já construído, e por isso, o pesquisador deve-se atentar às fontes dos dados coletados ou processados, visto que muitas vezes são informações equivocadas e podem reduzir a confiabilidade da pesquisa. (GIL, 2014, p. 50-51).

Ainda de acordo com este autor,

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Essa vantagem se torna particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço. Por exemplo, seria impossível a um pesquisador percorrer todo o território brasileiro em busca de dados sobre a população ou renda *per capita*; todavia, se tem à sua disposição uma bibliografia adequada, não terá maiores obstáculos para contar com as informações requeridas. A pesquisa bibliográfica também é indispensável nos estudos históricos. Em muitas situações não há outra maneira de conhecer os fatos passados senão com base em dados secundários. (GIL, 2014, p. 50).

Sendo assim, o entendimento dos macroprocessos e da aproximação com a maior escala, são imprescindíveis de pesquisa teórica, visto que, como destacado pelo autor, as realidades distantes ou a busca por fragmentos que respaldem as hipóteses e promovam uma maior compreensão do problema e do tema estudado, são possibilitados, inevitavelmente, por esse tipo de pesquisa.

Para Marconi e Lakatos (2010), a referente pesquisa se estabelece a partir de uma diversidade de fontes secundárias, porém, ela não se configura uma mera repetição do que já foi dito ou escrito, e sim propicia novas abordagens sob um novo enfoque, chegando a novas conclusões e dando sequência ao debate. Para ele, a pesquisa bibliográfica

[...] abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação oral: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma

forma, quer publicadas, quer gravadas. (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 183)

Essa fase, portanto, se mostra imprescindível para a parte exploratória e descritiva da pesquisa científica, inclusive à metodologia, que se baseia em diferentes métodos e técnicas em constante reafirmação e que necessitam de demonstração acerca dos melhores caminhos a se percorrer para o cumprimento dos objetivos.

Entendemos que o aporte teórico deve ser construído durante todo o decorrer da pesquisa, sendo possível em diversos momentos o surgimento de novas referências que subsidiem algo que só pode ser constatado na pesquisa de campo ou documental. A pesquisa bibliográfica não se finaliza e deve ser revista durante todas as etapas.

A presente pesquisa se propôs a compreender o processo de avanço do *front* agrícola canavieiro no Triângulo Mineiro e a reorganização das unidades camponesas sujeitas a essa dinâmica, principalmente a partir da década de 2000. Para isso, estamos realizando levantamento sobre a Revolução Verde e a modernização da agricultura e suas consequências a médio e longo prazo, se destacando nesse momento autores como: Oliveira (1986) Graziano da Silva (1980, 1996); Elias (2003); Moreira (1990) e Frederico (2010);

Outro processo importante e que está intimamente ligado à industrialização e modernização da agricultura no Brasil foi a implementação do meio técnico-científico-informacional no campo e a Reestruturação Produtiva ocorrida na década de 1990. Aqui se destacam Frederico (2010); Houtart (2009), Müller (1989), Santos (1996, 2001), Moraes (2000, 2002), os quais têm contribuições importantes sobre o emprego de tecnologia, ciência e informação no campo e a constituição do Complexo Agroindustrial do Centro-sul a partir dessa reestruturação.

A agricultura camponesa foi discutida através de autores clássicos (CHAYANOV, 1966, 1991; KAUTSKY, 1986; LENIN, 1980) e contemporâneos (MARTINS 1982; OLIVEIRA, 1996; PLOEG, 2006, 2016; TEDESCO, 1999; PAULINO, 2010; FERNANDES, 2007; ABRAMOVAY, 1992; LAMARCHE, 1993) e as questões voltadas à delimitação do rural e as ruralidades através de Wanderley (2009); Schneider (2006, 2014), Carneiro (2012), Marques (2004), Sabourin (2011) e outros, os quais têm pensado o campesinato através de diferentes perspectivas, fazendo-se necessário uma melhor compreensão dessas diferentes abordagens.

Realizou-se levantamento bibliográfico em artigos de periódicos, revistas especializadas, documentos, monografias, dissertações, teses e *sites* fazendo uso de fontes primárias e secundárias, para melhor compreender a realidade local e as especificidades do Triângulo Mineiro e do município de Frutal (MG), principalmente aquelas voltadas à agricultura camponesa e à territorialização do setor sucroenergético na região.

Em todos esses processos, os movimentos de territorialização-deterritorialização e reterritorialização – TDR's, a formação dos territórios e da multiterritorialidade inerente à apropriação do espaço e as relações de poder presentes nessa dinâmica, em todos esses processos verifica-se disputas por legitimidade e maior autonomia e força. Sendo assim, consultamos as obras de Haesbaert (2002, 2007); Saquet (2007, 2009); Sposito (2009), Santos (1997, 2000); Raffestin (2007, 2009); Brandão (2007), para balizarmos o que entendemos por território e pela constituição de territorialidades concomitantes.

Os conceitos trabalhados, portanto, estão relacionados a diferentes temas da Geografia e, mais especificamente, da Geografia Agrária. Destacam-se nessa pesquisa os conceitos de território e territorialidades, rural e ruralidades, campesinato e agronegócio, além de conceituações acerca dos processos ocorridos no campo, sendo eles: modernização e industrialização da agricultura, complexo agroindustrial e reestruturação produtiva.

Foi realizada também, como parte do levantamento de dados para exploração e descrição, a pesquisa documental, a qual sua fonte está restrita a documentos, escritos ou não. Dentre eles podemos destacar documentos de arquivos públicos, arquivos particulares, fontes estatísticas etc. Para o caso de tais documentações indiretas, Marconi e Lakatos (2010) chamam a atenção para o fato de que

Toda pesquisa implica o levantamento de dados de variadas fontes, quaisquer que sejam os métodos ou técnicas empregadas. Esse material-fonte geral é útil não só por trazer conhecimentos que servem de *background* ao campo de interesse, como também para evitar possíveis duplicações e/ou esforços desnecessários; pode, ainda, sugerir problemas e hipóteses e orientar para outras fontes de coleta. É a fase da pesquisa realizada com intuito de recolher informações prévias sobre o campo de interesse. (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 174)

Observa-se que a pesquisa documental se assemelha a pesquisa bibliográfica, diferindo apenas na natureza das fontes, as quais ainda não receberam tratamento analítico e se constituem de primeira mão.

Efetuou-se essa pesquisa para a caracterização da área e o levantamento de dados acerca da realidade da comunidade Boa Esperança e do município de Frutal. Para isso, foram utilizados dados do Sistema de Informação Geográfica – SIG, do Sistema IBGE de Recuperação Automática– SIDRA, e do próprio IBGE (censos agropecuários e dados do município), além de dados sobre a estrutura fundiária no Laboratório de Geografia Agrária – LAGEA. Dados sobre as propriedades (produção, arrendamentos, compras, mão-de-obra, informações sobre a usina) no Instituto Mineiro de Agropecuária– IMA, na Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais – EMATER-MG, na prefeitura de Frutal, através da Secretaria de Meio Ambiente e Secretaria de Agricultura (incentivos ao setor sucroenergético, apoio à agricultura familiar, políticas públicas), iconografia e materiais como fotografias, vídeos, imagens, artefatos dentre outros.

A análise direta das unidades camponesas foram delimitadas a partir de alguns parâmetros vinculados aos equilíbrios identificados por Ploeg (2016) e à critérios relacionados aos roteiros de entrevistas, os quais serão descritos nos subitens seguintes.

2.6 – Parâmetros de análise das unidades camponesas

Pautaremos nossa análise das unidades camponesas e da sua relação com a agroindústria canavieira na comunidade Boa Esperança, a partir do nível micro, pois entendemos a individualidade de cada unidade, bem como as relações entre elas (através da reciprocidade), além de uma campesinidade inerente aos territórios sujeitos à mesma dinâmica capitalista no campo, expressam de forma satisfatória e orgânica os processos e condições macro, além de serem o núcleo reprodutivo, de luta e das mudanças relativas ao campesinato.

Nesse sentido, a análise das unidades funcionaria, de acordo com Ploeg (2016), como um filtro para identificarmos e interpretarmos tais condições econômicas e sociais

dos territórios camponeses, onde os efeitos macro de fato acontecem e são estabelecidos. Portanto, o nível micro seria

[...] o lugar onde as tendências, previsões, relações de preço, mudanças nas políticas agrárias ou qualquer outra causa macro são ativamente interpretadas e transformadas pelos agricultores (e outros sujeitos) em atitude, criando assim os efeitos macro que de fato ocorrem. É como um processo de filtragem, com estímulos (preços, políticas etc.) do nível macro sendo sempre mediados por e por meio dos sujeitos agindo no nível micro. Sem compreender a lógica desses sujeitos não é possível entender ou prever os efeitos ou resultados desses estímulos macro. (PLOEG, 2016, p. 29-30).

Os equilíbrios compilados por Ploeg (2016) são um avanço daqueles identificados e trabalhados por Chayanov no início do século XX. Para este autor, existiriam dois equilíbrios básicos das unidades camponesas ora analisadas: o trabalho-consumo, voltado para as relações de demanda de consumo e da força de trabalho existente na esfera familiar, e a utilidade-penosidade, relacionado aos esforços para aumentar a produção e, por consequência, a renda familiar (utilidade), e as adversidades inerentes ao processo de trabalho (penosidade).

Para além desses dois equilíbrios, Ploeg identifica outros cinco, abrindo espaço para uma análise mais abrangente, visto que abarca diferentes esferas da vida dos camponeses e de suas relações com a produção, com os recursos, com a natureza dentre outros, além de ser uma opção metodológica para a análise das especificidades dos territórios camponeses em diversas partes do globo.

Como se pode observar no quadro 01, há equilíbrios relativos ao próprio núcleo familiar, ao seu prolongamento (para que se produz, de onde provém os recursos, grau de dependência dentre outros), bem como nas interferências dos processos que ocorrem “fora” da propriedade, e que podem (re)organizar a unidade e a reprodução da família (relação com a natureza, reciprocidade, impactos ambientais). É importante atentarmos para interdependência de todos os equilíbrios, que para fins de análise serão trabalhados separadamente.

Quadro 01 - Equilíbrios e parâmetros de avaliação das unidades campesinas

Equilíbrio	Parâmetros de avaliação
Trabalho-consumo	Esfera familiar; Relação entre as demandas de consumo da família e a força de trabalho existente dentro da mesma; Produção total e consumo para suprir todas as necessidades da família;
Utilidade e penosidade	Esfera do trabalhador individual; Utilidade como esforços extras necessários para aumentar a produção total (renda total) e penosidade associada às adversidades (longas jornadas de trabalho, trabalhar sob condições extremas etc.); Natureza agradável ou extenuante do trabalho rural; Relações com o crescimento da produção (útil ou penoso?)
Pessoas e natureza	Conexão entre agricultura e ecologia; Coprodução entre o social e o natural; Pessoas e natureza combinadas na prática da agricultura; Interações e transformações contínuas; maleabilidade dos recursos naturais e desenvolvimento de uma agricultura endógena; coprodução realçando as habilidades; reconhecimento dos domínios social e natural.
Produção e reprodução	Recursos internos; Constante reprodução dos recursos utilizados; Renovação de capital e menor dispêndio de energia.
Recursos internos e externos	Recursos externos; Escolha entre “fazer” e “comprar”; Maior ou menor dependência do mercado; Grau de mercantilização; Grau em que a propriedade está conectada ao mercado; Relação entre recursos (internos ou externos) e penosidade.
Autonomia e dependência	Instituições sociais que cercam a produção e distribuição de riqueza; Relações de classe e mecanismos de extração de excedente; Luta por autonomia dentro de um contexto que imponha dependência e privação.
Escala e intensidade	Número de objetos de trabalho (unidades de terras, animais etc.) e produção por objeto de trabalho; Heterogeneidade; Estilos de agricultura.

Fonte: PLOEG, Jan Douwe van Der. **Camponeses e a arte da agricultura:** Um manifesto chayanoviano. São Paulo; Porto Alegre: Unesp, Ufrgs, 2016.

Tais equilíbrios guiaram nossa análise acerca das estratégias camponesas na comunidade Boa Esperança, que neste caso são estabelecidos a partir da relação com a agroindústria canavieira e com as diversas instituições que influenciam sua dinâmica, as quais interferem de forma significativa na organização das propriedades, nos seus problemas e potenciais. Cada um deles será melhor discutido na seção 4.

Buscamos abranger nas entrevistas, questões pertinentes aos equilíbrios, assim como nas técnicas utilizadas na pesquisa de campo (diário de campo e história oral) e em toda observação direta das unidades camponesas, visto que alguns desses equilíbrios podem ser subjetivos e estarem vinculados à dinâmica interna de cada unidade, além da heterogeneidade e da gama de possibilidades em relação a eles. Nesse sentido, buscou-se compreender melhor indicadores como: (a) **formas de obtenção da terra**, (b) **alocação do trabalho familiar**, (c) **tempo na comunidade**, (d) **utilização da terra**, (e) **autonomia**, (f) **serviços oferecidos**, (g) **perspectivas de permanência na comunidade**, (h) **manutenção das tradições**, dentre outros.

Tal pesquisa – de campo – compreende uma das etapas mais complexas do trabalho, visto que o pesquisador deve entrar em contato direto com seu objeto e sujeitos da pesquisa, e a partir deles buscar compreender e analisar a realidade, ou parte dela. Diante das várias formas de se fazer campo e as várias técnicas utilizadas para melhor apreender tal realidade, destacam-se, para os pressupostos dessa pesquisa, algumas que apontam para uma maior eficácia no cumprimento dos objetivos.

2.7 – A pesquisa de campo: técnicas e procedimentos, processos e sujeitos

A pesquisa de campo constitui parte essencial para a pesquisa qualitativa em Geografia, sendo através dela que o pesquisador entra em contato com os fatos e os fenômenos em sua ocorrência, auxiliando também no levantamento de dados e informações, bem como “adentrando” no universo de pesquisa.

O campo, para a Geografia, se estabelece na paisagem, em qualquer paisagem, por meio da observação e de diversas técnicas de pesquisas, onde se busca desvendar o que essa paisagem explicita, através de roteiros descritivos que corroborem para a análise do fenômeno. É o momento de confrontar a teoria com a realidade.

Em relação a isso, é importante ressaltar a necessidade de realização de uma pesquisa bibliográfica prévia, a qual oferecerá referências e respaldo para a “ida ao campo” e uma melhor abordagem acerca dos processos a serem analisados e compreendidos.

As fases da pesquisa de campo requerem, em primeiro lugar, a realização de uma pesquisa bibliográfica sobre o tema em questão. Ela servirá, como primeiro passo, para se saber em que estado se encontra atualmente o problema, que trabalhos já foram realizados a respeito e quais são as opiniões reinantes sobre o assunto. Como segundo passo, permitirá que se estabeleça um modelo teórico inicial de referência, da mesma forma que auxiliará na determinação das variáveis e elaboração do plano geral da pesquisa.

Em segundo lugar, de acordo com a natureza da pesquisa, deve-se determinar as técnicas que serão empregadas na coleta de dados e na determinação da amostra, que deverá ser representativa e suficiente para apoiar as conclusões. Por último, antes de que se realize a coleta de dados é preciso estabelecer tanto as técnicas de registro como as técnicas que serão utilizadas em sua análise posterior. (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 186)

Essa principal aproximação com a realidade estudada, deve então ser pensada a partir interação entre teoria e prática, e não sendo apenas a partir da empiria. Como destacado, as técnicas para a realização da coleta de dados, bem como o registro seus registros e a forma como serão analisados, se faz de grande importância para uma maior coerência aos objetivos e eficácia na obtenção dessas informações.

Uma das funções mais importantes dos trabalhos de campo é transformar as palavras, os conceitos em experiências, em acontecimentos reais para a concretização dos conteúdos. Dessa forma, por meio da observação e realização de entrevistas, questionários, os pesquisadores e estudantes irão apreendendo a realidade. (MARAFFON, 2009, p. 388)

Sendo assim, algumas vantagens na coleta de dados podem ser adquiridas a partir da pesquisa de campo, como é o caso do acúmulo de informações sobre os fenômenos e suas inter-relações com outros, bem como a facilidade na obtenção de uma amostragem, a qual está localizada em determinada população ou classe de fenômenos. É importante ressaltar também as possíveis desvantagens em relação à obtenção desses dados em campo, como o pequeno grau de controle sobre as situações e os fatores externos ao pesquisador, que podem interferir nos resultados, bem como a comunicação verbal, sujeita a informações inverídicas ou com pouca clareza. (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 172).

Para a realização do campo o pesquisador deve delimitar as técnicas e as formas de registro dos dados coletados, bem como a forma como eles serão analisados. Optamos, em razão dos caminhos a serem percorridos, pelo uso da entrevista, da

história oral, do diário de campo e da observação direta intensiva, bem como registros fotográficos, entendendo ser possível uma maior eficácia nesse processo e na relação com os sujeitos da pesquisa.

Em relação à entrevista, é de grande valia à pesquisa qualitativa em razão da eficiência no aprofundamento do comportamento de determinado fenômeno e no sentido de pré-estabelecer, através de um roteiro, o direcionamento dos dados a serem fornecidos pelo entrevistado, sendo o diálogo e a fala as principais fontes de informação. Porém, existem também vantagens e desvantagens em relação a essa técnica, como nos aponta Gil (1999). Dentre as vantagens, o autor destaca a obtenção de dados referentes aos diversos aspectos da vida social, sendo eles suscetíveis a classificações, quantificações e análises, e dentre as desvantagens, podem haver influências nas opiniões do entrevistador sobre as respostas do entrevistado, incapacidade do entrevistado em responder adequadamente às perguntas ou mesmo fornecer informações falsas.

Para a melhor obtenção desses dados, o pesquisador pode optar pela utilização de diferentes tipos de entrevista, como a estruturada, a semiestruturada, a não estruturada, as entrevistas focais, a entrevista projetiva, o painel dentre outras. Diante dos objetivos propostos optamos pela utilização de dois tipos de roteiro, o estruturado e o semiestruturado.

Em relação à entrevista estruturada, Marconi e Lakatos (2010) dizem que

É aquela que o entrevistador segue um roteiro previamente estabelecido; as perguntas feitas ao indivíduo são predeterminadas. Ela se realiza de acordo com um formulário elaborado e é efetuada de preferência com pessoas selecionadas de acordo com um plano.

O objetivo da padronização é obter, dos entrevistados, respostas às mesmas perguntas. [...] O pesquisador não é livre para adaptar suas perguntas à determinada situação, de alterar a ordem dos tópicos ou de fazer outras perguntas. (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 180)

Vê-se que esse tipo de entrevista não oferece tanta liberdade ao pesquisador (diferente do semiestruturado), estando vinculada a busca por respostas às mesmas questões por diversos sujeitos, sendo as diferenças expressas nas respostas, e não nas perguntas ou nas diferenciações durante a construção do roteiro e na realização da entrevista.

A entrevista semiestruturada, diferentemente da anterior, possibilita uma maior liberdade entre as partes, sendo estabelecida através de perguntas mais abrangentes e que abrem precedentes para informações mais gerais, ou que forcem o entrevistado a aprofundar em determinadas questões. O entrevistador estabelece um roteiro o qual delineará a conversa, porém não devem existir enquadramentos exatos em relação às perguntas e às respostas, mas sim observações e por vezes, contos, histórias que surgem a partir de um tópico ou questão abordada. Nesse tipo de entrevista

Há um roteiro de tópicos relativos ao problema que se vai estudar e o entrevistador tem liberdade de fazer perguntas que quiser: sonda razões e motivos, dá esclarecimentos, não obedecendo, a rigor, a uma estrutura formal. Para isso, são necessárias habilidades e perspicácia por parte do entrevistador. Em geral, é utilizada em estudos de situações de mudança de conduta. (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 180)

Faz-se necessário, portanto, uma relação de confiança entre o entrevistador e entrevistado, visto que esse último deverá participar da própria elaboração do conteúdo da pesquisa, a partir de relatos que podem delinear outros caminhos e outras perspectivas a serem buscadas. Isso só é possível a partir de um roteiro aberto e que ofereça liberdade entre os dois lados.

Para que as entrevistas ocorram de maneira eficiente, as formas de esclarecimento dos propósitos da entrevista, seus objetivos, relevância, importância, bem como os registros das informações coletadas são procedimentos importantes e asseguram um maior sucesso em relação ao que se buscava.

Nas entrevistas onde foi usado o roteiro semiestruturado, optamos por utilizar o próprio diário de campo para fazer anotações acerca das respostas, comportamentos, gestos, entonações etc., pois como esses roteiros foram aplicados aos primeiros entrevistados da comunidade, ou seja, foram os primeiros contatos com os sujeitos da pesquisa, acreditávamos que a conversa informal, apenas tomando notas daquilo que foi observado, ouvido e sentido nas entrevistas, os entrevistados pudessem ficar mais à vontade e pudessem, com o passar do tempo, estarem mais próximos de nós e do conteúdo analisado.

Em relação às entrevistas com roteiros estruturados, optamos pela gravação em razão do tamanho e da quantidade de perguntas e questionamentos a serem feitos, apesar de serem respostas mais fechadas. O número de entrevistas foi maior e

queríamos ter isso, além de observado no diário de campo, gravado para melhor transcrever as informações e analisa-las.

Optamos por não revelar os nomes dos entrevistados, identificando-os como Entrevista 01, Entrevista 02, Entrevista 03, e assim por diante, tanto nas entrevistas semiestruturadas como nas estruturadas.

Para a realização das entrevistas, foram feitas visitas nos lugares onde se encontravam os grupos selecionados (escola, usina, propriedades rurais), feitas somente por mim, porém contei com a ajuda de minha companheira para a realização dos registros fotográficos, e do senhor Reginaldo Francisco Borges, zelador da escola, entrevistado, e que muito me auxiliou no contato com os camponeses da comunidade. Não houveram grandes dificuldades para encontrarmos em contato com eles, e todos se mostraram bastante dispostos a auxiliarem no que fosse preciso.

Para esta pesquisa, separamos os entrevistados em dois conjuntos: um integrado pelo que chamamos de “informantes-chave”, e outro pelos “camponeses-chave” da comunidade. Para o primeiro grupo, o objetivo era buscar informações acerca da história da comunidade Boa Esperança e da Usina Cerradão, para o segundo, entender as perspectivas do campesinato na comunidade a partir daqueles sujeitos que sempre viveram ali, os impactos sofridos e as estratégias de reprodução e organização dos equilíbrios da unidade camponesa diante da atividade agroindustrial.

Em relação aos “informantes-chave”, utilizamos roteiros que abordaram questões pertinentes a determinado entrevistado (representante da usina, representante da escola, representante dos moradores, representante dos ex-moradores). Para esses entrevistados foram utilizados roteiros semiestruturados, pois buscávamos um diálogo mais aberto e conversas mais informais em relação ao que estava pré-estabelecido. Nesse primeiro momento, não optamos pela gravação das entrevistas, visto que tínhamos a intenção de conhecermos o ambiente em que estava sendo realizada a entrevista (escola, usina, comunidade), havendo caminhadas pelo local, diálogos entre várias pessoas, análises de documentos.

Diante disso, para enriquecimento da análise, foram realizadas anotações acerca das atitudes e comportamentos dos entrevistados durante a realização das entrevistas, estratégia que muito contribui para uma melhor coleta e análise dos dados.

Buscamos nesse momento uma maior diversidade de informações, através de diferentes perspectivas em relação à comunidade. Sendo assim, não estabelecemos amostragem exata ou grupos específicos para a realização das entrevistas, e sim realidades, concepções diferentes e percepções por vezes conflitantes em relação à realidade.

Foram realizadas 04 entrevistas, onde, em cada uma delas, havia ao menos duas pessoas se dialogando ou expressando suas opiniões acerca dos temas tratados. Decidimos, deixando claro para eles, que usariámos preferencialmente a nomenclatura Entrevista 01, Entrevista 02, Entrevista 03 e Entrevista 04, para melhor abranger todo o diálogo entre as várias pessoas participantes e o que foi discutido e apresentado por elas.

Foram utilizados três roteiros semiestruturados (APÊNDICE A, B e C), e após a realização das mesmas fizemos a transcrição, análise e interpretação dos relatos.

O primeiro roteiro foi utilizado nas entrevistas 01 e 02, a qual a primeira foi feita com dois moradores da comunidade, e a segunda com dois camponeses e seus filhos, os quais todos residiram por muito tempo na comunidade e hoje moram na cidade de Frutal. Foi estabelecido um diálogo muito franco entre eles, com lembranças, indagações, anseios e dificuldades, instigados a partir de um roteiro aberto e que possibilitou uma maior abrangência dos relatos. Foram coletadas informações factuais (gênero, idade, tempo na comunidade, renda, religião, trabalho, relação com os camponeses) e opinativas (crenças, valores, opiniões acerca da usina), buscando remontar aspectos históricos e compará-los com a realidade atual.

A entrevista 03 foi realizada na Usina Cerradão, onde buscamos compreender aspectos voltados a dinâmica produtiva da usina (área cultivada da cana, perspectivas para os próximos anos, níveis de especialização, propriedades arrendadas ou compradas dentre outros). Foi com grande dificuldade que conseguimos realizar essa entrevista, visto que o contato e o acesso aos representantes estiveram cobertos de empecilhos. As respostas foram bem objetivas e oferecidas com certo “mau-gosto”, algo que acabou nos oferecendo maior respaldo na análise!

Já a quarta e última entrevista foi realizada na Escola Municipal Odílio Fernandes, com diretores e professores da educação básica do município de Frutal (MG). Dentre as informações buscadas estavam a quantidade e o perfil dos alunos, as condições da escola, as influências do empreendimento usineiro para a escola e a

comunidade, o apoio do poder público, a relação com a usina e os proprietários dentre outros.

Não houveram muitas dificuldades no contato com os entrevistados desse grupo, apesar de ter sido a primeira aproximação entre os sujeitos e o pesquisador. Foi a partir da escola, onde pudemos conversar com a diretoria e os professores, que conhecemos alguns moradores, como é o caso do senhor Reginaldo (entrevista 01), hoje zelador da escola e residente na comunidade a mais de 50 anos. Os “ex-campões” entrevistados residem na cidade de Frutal, o que facilitou o acesso a partir de uma das netas deles, uma grande amiga.

Com todos os entrevistados buscaram-se nomes e contatos de pequenos agricultores da comunidade para compor o outro grupo de entrevistados: os “campões-chave” da comunidade ou das propriedades circunvizinhas, que ainda residem e mantém suas atividades agrícolas.

Buscou-se realizar nessas entrevistas, como destacado anteriormente, roteiro estruturado (APÊNDICE D) abarcando diversos fatores acerca da propriedade, família e equilíbrios das unidades camponesas, os quais estão descritos no quadro 02.

Quadro 02 – Variáveis do roteiro estruturado abarcando diversos fatores acerca da propriedade, família e equilíbrios das unidades camponesas na Comunidade Boa Esperança.

Fatores	Parâmetros de avaliação
Camponês e propriedade	Composição familiar; onde residem; onde trabalham; forma de aquisição da propriedade; tamanho da propriedade; tempo na comunidade; formas de renda.
Produção	Produtos cultivados; produtos para autoconsumo e comercializados; redes de comercialização; quantidade produzida; renda aproximada.
Comercialização de produtos	Compra dos produtos; rotina de comercialização; valores alcançados; meios de transporte; acesso à informação; problemas com a comercialização.
Força de trabalho	Tipos de mão-de-obra; diferentes atividades produtivas e força de trabalho; trabalho assalariado; venda da força de trabalho.

Fatores	Parâmetros de avaliação
Associativismo	Relação com vizinhos; conflitos; auto-denominação; mutirões.
Organização política	Membro de associação, sindicato ou cooperativa; participação em movimentos sociais;
Aspectos culturais	Eventos culturais; manutenção de festas tradicionais; sentido das atividades; relações comunitárias.
Chegada da Usina	Atividades de lazer; religiosidade; mudanças a partir da chegada da usina; serviços oferecidos pela usina; venda de força de trabalho para a usina; permanência na comunidade.
Agroindústria	Opinião sobre a chegada da usina (benefícios, dificuldades); influência da área de cultivo da cana-de-açúcar; qualidade ambiental; utilização das terras pela usina (compra e arrendamentos).

Org.: Mendes (2017).

Fizemos entrevistas em cerca de 20 propriedades, e para os objetivos da pesquisa consideramos ser uma quantidade satisfatória, visto que buscamos aqueles agricultores os quais tinham vivido a maior parte ou toda ela na comunidade. Nas entrevistas com os camponeses, foram utilizados instrumentos como gravador, para termos acesso às informações de forma integral em momentos posteriores, e o diário de campo, onde realizamos anotações acerca da propriedade e das informações pertinentes à história de cada família, seus sentimentos e reações acerca do que era abordado.

Além da entrevista, as outras técnicas utilizadas foram muito importantes durante todo o decorrer da pesquisa de campo. A história oral, denominada também de história de vida ou relato de vida, é um instrumento importante na obtenção de dados e informações acerca da realidade estudada, pois os aspectos culturais podem se refletir nas falas e ações dos sujeitos.

Essa técnica é bastante utilizada para remontarmos aspectos históricos os quais são resgatados na memória de pessoas que tiveram uma ligação histórica com a realidade a ser compreendida. “A história oral possibilita o registro de coisas que se fixaram na memória das pessoas, reinterpretando o passado e/ou revelando fatos desconhecidos” (MARCONI; LAKATOS, 2007, p.40).

Na realização da história oral, tivemos a preocupação de buscarmos representantes com diferentes perspectivas, como já foi esclarecido, algo bastante

enriquecedor, pois cada ação, seja do morador que vive na comunidade a mais de cinquenta anos, seja do representante da usina, se expressa não somente pelas palavras, mas através de um arcabouço intelectual que se remonta a cada instante, remetendo a dizeres do passado, a condições precedentes, a comparações com a realidade observada hoje, enfim, a memória os emociona, os impacta, os empolgam, dependendo do assunto tratado e da relação que se estabelece com ele.

Teve-se a pretensão de fazer uso da história oral a cada instante que estivermos no campo, e não somente através das entrevistas. Entendemos que a história oral está expressa em todas as relações estabelecidas entre os sujeitos. Estarmos em um bar da comunidade, cercado de motoristas que trabalham na usina, e o dono de tal estabelecimento ser filho de um camponês que viveu na comunidade durante toda sua vida, são verdadeiras experiências científicas. Um diálogo entre esses dois sujeitos pode nos revelar mais coisas que uma entrevista em um quarto dos fundos.

Nesse sentido, o uso de um instrumento adequado para anotações acerca de todo o universo observado se faz necessário. A compreensão dos receios, angústias, medos, alegrias, emoções acerca de determinado assunto, podem ser fonte de informações riquíssimas para a análise da condição da comunidade. Estamos fazendo, assim, o uso do diário de campo como principal forma de registo de dados, seja nas entrevistas, seja nas observações.

A liberdade possibilitada pelo diário de campo abre caminho para representações variadas, sejam elas artísticas (desenhos, poemas, escritos soltos), sejam elas relacionadas a uma dinâmica mais concisa, como no caso de uma anotação sobre o plantio da cana ou questões técnicas.

Para Venâncio e Pessôa (2009), o diário de campo tem especificidades importantes em relação às outras técnicas.

Por mais que os gravadores, as câmeras fotográficas, os questionários e os roteiros de entrevistas sejam técnicas indispensáveis, não conseguem registrar as emoções momentâneas, tanto por parte do pesquisador quanto por parte dos entrevistados, nem tampouco conseguem registrar a nossa percepção da paisagem e a organização dos espaços de vivência dos moradores. É, pois, essa a importância de o pesquisador ter sempre em mãos um diário para fazer registros. (VENÂNCIO; PESSÔA, 2009, p. 318-319).

A percepção das diferentes partes que compõem a pesquisa é então esboçada de forma livre no diário de campo, oferecendo amplo campo de análises a partir dos registros feitos em tal instrumento.

Uma das principais fontes para esses registros provém de uma observação apurada do meio analisado. Essa técnica, em verdade, deve ser utilizada desde a formulação do problema de pesquisa, perpassando as três etapas a qual se constituem tal atividade (exploração, descrição e análise). Porém, na fase de coleta de dados, a observação se sobressai, pois é ela que conduzirá melhor a análise e possibilitará ver além das aparências.

É, todavia, na fase de coleta de dados que o seu papel se torna mais evidente. A observação é sempre utilizada nessa etapa, conjugada a outras técnicas ou utilizada de forma exclusiva. Por ser utilizada, exclusivamente, para a obtenção de dados em muitas pesquisas, e por estar presente também em outros momentos da pesquisa, a observação chega mesmo a ser considerada como método de investigação. (GIL, 2014, p. 100).

Vê-se a importância da observação para a pesquisa qualitativa, pois através do uso dos sentidos (visão, audição, olfato) podemos perceber os fatos diretamente, diminuindo as subjetividades e as questões de interpretação. Em relação à suas desvantagens, destaca-se a presença do investigador, a qual pode provocar “alterações no comportamento dos observados, destruindo a espontaneidade dos mesmos e produzindo resultados pouco confiáveis”. (GIL, 2014, p. 100-101).

Além da observação e das anotações no diário de campo, realizamos registros fotográficos de vários aspectos do cotidiano da comunidade Boa Esperança, entendendo ser esse um instrumento fundamental para registro visual e posterior análise, a qual necessita de uma maior apuração, como no caso de contextualização, relações paisagísticas e etc.

A ida ao campo foi facilitada por ser do município de Frutal e já conhecer alguns moradores e ex-moradores da comunidade Boa Esperança, bem como os funcionários da escola. Como minha mãe é servidora pública há 15 anos pela Prefeitura de Frutal, o conhecimento de todos os professores e diretores da escola possibilitou uma maior tranquilidade nas relações estabelecidas com eles e com todo o restante dos entrevistados. Todos ficaram bastante empolgados com a realização da pesquisa na comunidade e se prontificaram a ajudar em tudo que fosse preciso.

Descrito o caminho metodológico da pesquisa, será apresentada na seção três uma discussão sobre os processos que marcam a constituição do agronegócio do município, com vistas ao entendimento da ocupação do Cerrado pela atividade agroindustrial, voltada principalmente ao setor sucroenergético e a opção pelo etanol e os agrocombustíveis.

3 – A TRAJETÓRIA DO AGRONEGÓCIO NO BRASIL

3.1 – Da modernização agrícola ao meio técnico-científico-informacional

A partir da segunda metade do século XX, os rumos tomados pelo Estado brasileiro mantiveram a estrutura fundiária concentrada existente no país desde sua invasão. As elites agrárias e os governos não resolveram os problemas de distribuição de terra e acesso à renda por determinada parcela da sociedade, e contribuíram de forma significativa para a consolidação do que se convencionou chamar de a industrialização e modernização – conservadora – da agricultura no país.

Esse movimento, que anos mais tarde possibilitou a introdução de técnicas avançadas no campo, através da incorporação de ciência, tecnologia e informação no processo produtivo, tem suas raízes no pós II Guerra e na difusão do modelo da Revolução Verde. O atual estágio de desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro está intrinsecamente ligado aos processos ocorridos nesse período, que acabou por levar a produção no campo a uma condição subordinada em relação à indústria e ao modo de produção capitalista, em um processo de internalização da atividade agrícola que tinha como pano de fundo os rumos intencionados pelos países de capitalismo avançado.

Os principais pilares dessa modernização evidenciam seu caráter conservador, e doloroso, como destacado por Graziano da Silva (1980). Conservador, porque mantém as relações econômicas e a estrutura fundiária que a precedeu, e doloroso, pois relega a parte significativa da população do campo uma condição de vida subalterna, por vezes miserável.

Ao assumir gradativamente o comando da produção agrícola em diversos setores, a indústria capitalista conservou (e agravou) a extrema concentração de terras do Brasil. Alguns dos benefícios econômicos se vinculam ao aumento da oferta de matéria-prima e a conexão com circuito global da economia.

- a) Um aumento na oferta de matérias-primas e alimentos para o mercado interno sem comprometer o setor exportador que gerava divisas para o processo de industrialização, via substituição das importações;
- b) A agricultura se conectou ao circuito global da economia não apenas como compradora de bens de consumo industriais, como também houve o que podemos chamar de uma verdadeira “industrialização da agricultura”, na medida em que esta passou a demandar quantidades crescentes de insumos e

máquinas geradas pelo próprio setor industrial. (GRAZIANO DA SILVA, 1980, p. 30-31).

Portanto, por conta da infinidade de produtos químicos e tecnologia empregada, a produção por hectare aumentou, rompeu barreiras naturais que impossibilitavam tal crescimento produtivo e transformou de vez os sistemas agrícolas. A partir de então a agricultura se globalizou, recebendo produtos da indústria (inseticidas, fertilizantes, maquinários e etc.) e aumentando a oferta de matéria-prima. O combate às pragas, a correção dos solos e o uso de máquinas como tratores e colheitadeiras, garantiram o lucro dos grandes capitais “dentro e fora da porteira”.

Com o pretexto de que faltariam alimentos caso não houvesse uma mudança drástica na forma de produzir, com a elevação da produção sendo possível apenas com o uso dos produtos vindos da indústria, a Revolução Verde acabou por introduzir pacotes que tirariam a necessidade do produtor de se adequar ao ritmo da natureza, podendo fazer uso de técnicas e produtos que relegassem as condições naturais a segundo plano no processo, exigindo uma mão-de-obra cada vez menor e garantindo matéria-prima em abundância após a colheita.

Nesse momento, a agricultura passou a ter as funções de suprir a crescente industrialização, com os recursos necessários à sua instalação, e de alimentar a crescente população urbana. Ela deixa de ser voltada exclusivamente para o mercado externo e passa a contribuir de forma mais significativa para o mercado interno. Para promover o aumento da produção e da produtividade agrícola, a partir de meados da década de 1960, o Estado, por meio de suas instituições de pesquisa e em cooperação com empresas multinacionais, reestruturou, mesmo que de forma seletiva, o sistema técnico agrícola brasileiro, por meio da implantação do paradigma da Revolução Verde. Este foi proposto e implementado por vetores externos como instituições dos EUA e multilaterais (Fundação Ford, Fundação Rockefeller, Banco Mundial e USAID), com a cooperação de instituições criadas em várias partes do mundo. No Brasil, a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), criada em 1973, foi a principal difusora dos novos sistemas técnicos agrícolas. O caso do café é emblemático: o governo federal pagou para remover os cafezais considerados anti-econômicos e concedeu crédito fácil para a compra de culturas substitutivas, desde que fossem as culturas de grande consumo de fertilizantes e agrotóxicos desenvolvidas pelo Instituto Agronômico de Campinas (IAC), em parceria com grandes empresas multinacionais. (FREDERICO, 2010, p. 31)

As mudanças advindas dessa transição trouxeram consigo a necessidade de implantação de uma indústria pesada no país, como a de maquinários e insumos, que abasteceria a agricultura de forma a modernizar os processos produtivos. A importância do Estado brasileiro nesse processo se evidencia a partir da década de 1960, onde uma série de políticas agrícolas de incentivo a aquisição de produtos nacionais buscava

reforçar um mercado consumidor interno que ainda vivia no campo, em propriedades não condizentes com as necessidades da revolução em curso, sendo “praticamente autossuficientes, ou seja, não conectadas à economia como um todo. Daí o diagnóstico de uma estrutura agrária feudal ou com restos do feudalismo” (GRAZIANO DA SILVA, 1980, p. 30).

A atuação do Estado brasileiro, portanto, buscou garantir a partir da década de 1960, que o país se industrializasse e modernizasse sua agricultura, de modo a conectá-las e tornar a segunda um ramo da primeira. Os anseios do regime militar corroboraram para tal situação, como destacado por Frederico (2010).

O momento de expansão e modernização da agricultura coincide com os anseios do governo militar, instaurado durante aquele período, e sintetizados nos objetivos principais do primeiro PND (Plano Nacional de Desenvolvimento): a) promover o desenvolvimento tecnológico (comunicação, militar, nuclear e computação); b) aproveitar os recursos naturais (exploração das matérias-primas); c) integrar o território (objetivos geopolíticos e econômicos). (FREDERICO, 2010, p. 33).

A difusão de tecnologia e informação nos processos produtivos foi continuamente transformando a agricultura nacional. Com o passar dos anos, denotou-se a difusão do que se convencionou chamar de meio técnico-científico-informacional no campo brasileiro. O aparato científico e técnico auxiliou na adaptação de solos e de ambientes menos propícios a determinadas culturas, no aprimoramento da produção e seu consequente aumento, bem como na garantia de maiores lucros para os diversos setores que compõem a produção, à jusante e à montante.

A informação possibilitou a comunicação entre esses diversos setores, interligando a produção e a inserindo no circuito global da economia. A cognoscibilidade do planeta e do “tempo do outro” (SANTOS, 2001) permitiu que as verticalidades se exacerbassem, e a divisão territorial do trabalho se transformasse. Abria-se espaço para a constituição de uma agricultura altamente moderna, conectada e que possibilitava um trabalho contínuo em diversas partes do globo.

Esse processo denota, portanto

[...] a difusão do meio técnico-científico no campo brasileiro, por meio da disseminação do pacote tecnológico da Revolução Verde, da mecanização da agricultura, da internalização da indústria de insumos agrícolas, do financiamento estatal e da especialização do trabalhador agrícola. (FREDERICO, 2010, p.32)

Como destacado, o avanço técnico impossibilitou que um grande número de camponeses continuassem a produzir, em razão do nível de especialização agora exigido, havendo assim uma liberação do campesinato dos campos para a indústria urbana, transformando-os em trabalhadores assalariados e garantindo mão-de-obra para o chamado “chão de fábrica”. O êxodo da população rural brasileira para os centros urbanos é marcante nesse momento.

Pautados no que Santos (2001) colocou como a unicidade da técnica, levada a cabo a partir das tecnologias de informação, o meio técnico-científico-informacional possibilitou maior compatibilidade entre as empresas dos diferentes ramos da produção agrícola. Elias (2003) demonstra que o estreitamento de relações entre a produção agrícola e o restante da economia constitui importante fator quando se quer distinguir a agricultura contemporânea daquela existente antes da revolução tecnológica, pois foi justamente em razão dessa aproximação que a agricultura se subordinou aos ditames do grande capital.

Com a introdução de ciência, tecnologia e informação na agropecuária, processou-se uma contínua renovação das suas forças produtivas, que passaram a responder com velocidade às necessidades colocadas pelos agentes econômicos hegemônicos do setor, refletindo no aumento da produção e da produtividade, assim como na sua inter-relação crescente com as demais atividades econômicas. (ELIAS, 2003, p. 54).

É diante dessa conjuntura que o Cerrado brasileiro passa também a fazer parte dos planos dos governos subsequentes à incorporação do modelo da Revolução Verde. A partir das inovações técnicas esse bioma foi fortemente afetado pela modernização e o avanço do *front* agrícola em direção ao Centro-oeste. A partir do uso de tecnologias avançadas e informação, (meio técnico-científico-informacional), os solos são “corrigidos” e o *front* agrícola adentra as áreas do Brasil Central, direcionado pelo Agronegócio e as monoculturas para exportação.

A presença dos novos sistemas técnicos no território promoveu um aumento vertiginoso da área e da arena de produção agrícola [...]. O principal evento que demonstra essa ampliação foi a expansão da agricultura moderna em direção ao Cerrado. Nesta região, a difusão dos sistemas técnicos modernos se deu de forma acelerada e com uma maior perfeição, porque a constituição técnica pretérita era pouco significativa. As verticalidades se implantaram de forma proeminente, sem sofrer quase nenhum tipo de resistência que pudesse barrá-las ou transformá-las. (FREDERICO, 2010, p. 33).

Após um período de crescimento desse modelo nos países de economia periférica (América Latina, África e parte da Ásia), onde ele foi empregado com mais facilidade, algumas consequências como a crise do petróleo e a crise ambiental e social dela resultante, fazem suscitar debates acerca do modelo imposto e da necessidade de repensar suas diretrizes e bases.

Como se pode observar, a conexão entre as diversas empresas agrárias a partir das tecnologias da informação levou a um processo contínuo e acelerado de aproximação, fusão e consequente interdependência empresarial que marcou o desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro nos últimos sessenta anos. Daí podermos falar da constituição dos chamados Complexos Agroindustriais (CAI), processo importante para compreendermos o atual momento da agricultura nacional.

3.2 – A formação do Complexo Agroindustrial do Centro-sul e o Programa Nacional do Álcool – PROÁLCOOL

A partir da industrialização da agricultura e da sua consequente modernização, se tornou possível uma articulação entre as empresas do mesmo setor ou até de setores diferentes da produção do agronegócio no Brasil. Esse processo primeiramente deu origem ao que se convencionou chamar de Complexos Rurais, e que mais tarde foi substituído pelo termo Complexo Agroindustrial – CAI.

No complexo rural o que o determinava era a divisão do trabalho e a detenção de todos os bens (insumos, máquinas e equipamentos) concentrados em um único lugar, no caso uma fazenda, para a produção de determinado produto. O trabalho livre pode ser considerado como desencadeante da crise do complexo rural e a mudança para o complexo agroindustrial. Nesse sentido, temos o início da passagem do “complexo rural” para os “complexos agroindustriais”. (CAMPOS, 2014, p. 57).

A integração das atividades agrícolas com a indústria é, portanto a principal característica de tais complexos, que passaram a se formar anos após a modernização agrícola e que é ponto importante para diferenciar a agricultura anterior e posterior à revolução tecnológica dos anos 1950.

Diante de um cenário de crise mundial dos anos 1970/80, que antes de tudo foi uma crise energética, diversas empresas rurais se integrarem e receberem subsídios do

Estado, passando assim a se concentrarem e centralizarem capital, contribuindo em grande medida para a formação de tais complexos.

De acordo com Graziano da Silva (1996), os CAI's representam

[...] a substituição da economia natural por atividades agrícolas integradas à indústria, a intensificação da divisão do trabalho e das trocas intersetoriais, a especialização da produção agrícola e a substituição das exportações pelo consumo produtivo interno como elemento central da alocação dos recursos produtivos no setor agropecuário (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p. 1).

Portanto, essa integração se deu no âmbito técnico-produtivo, onde uma série de empresas passou a agir de forma conjunta, gerando uma maior expropriação da terra e da renda dos agricultores integrados a agroindústria. Além disso, o caráter conservador da modernização mais uma vez se evidencia, pois há o fortalecimento do latifúndio e uma maior concentração da propriedade e da produção.

Em relação à produção de combustíveis, o setor sucroalcooleiro (até esse momento o produto final eram apenas açúcar e álcool, por isso tal denominação), passou a se organizar para buscar alternativas para o combustível fóssil, aumentando a produção e se integrando de forma mais eficaz.

Nesse contexto, os agrocombustíveis aparecem como uma saída à crise do petróleo e ambiental vigente. Seu apelo sustentável, tanto pela sua fonte como pelo modelo produtivo, colocou o álcool como uma das principais alternativas na década de 1970. Seria a partir dele que os processos do setor seriam reestruturados e o capital agroindustrial ganharia força no Centro-sul do país.

Nesse momento, a efetivação de um novo *front* agrícola nacional se deu a partir de culturas (ou monoculturas) para exportação, como é o caso da cana-de-açúcar, que além do mercado externo, abasteceria também o mercado interno do etanol, criado a partir do Programa Nacional do Álcool – PROÁLCOOL, no ano de 1975, que tinha o objetivo de incentivar a produção e uso de álcool em substituição à gasolina. A cana-de-açúcar foi definida como a principal matéria-prima para a produção sucroalcooleira, pois trazia maior retorno econômico que outras culturas, e contava com a conveniência em relação ao açúcar e sua baixa no mercado internacional. Substituir a produção por álcool seria o mais rentável e oportuno no momento.

Para Houtart (2009) o etanol, assim como o agrodiesel produzido a partir de óleos vegetais, por serem agrocombustíveis da primeira geração, representaram uma oportunidade diante das crises que se aceleravam, a partir de um ideário sustentável a qual o petróleo, sendo um combustível fóssil, já não se enquadrava. Diante desse aspecto renovável, o autor esclarece

Sin embargo, esa comprobación solo toma en cuenta la combustión propiamente dicha. Ahora bien, aparte de los aspectos sociales de los que hablaremos más adelante, estamos obligados, para llegar a conclusiones realistas, a introducir el cálculo del ciclo desde la producción a la distribución de los agrocombustibles. (HOUTART, 2009, p. 109-110).

A produção dos agrocombustíveis seguiu os moldes empregados pelo agronegócio, e passaram a ser produzidos a partir de monoculturas e produção em larga escala. Como apontado por Campos (2014), tal preocupação ambiental e social estiveram presentes nos momentos de consolidação das políticas públicas de apoio à sua produção, como é o caso da proibição da queima total da cana e da mão-de-obra infantil, primeiramente no estado de São Paulo, no ano de 1977. “Os interesses comuns do complexo canavieiro, como o papel do álcool como combustível líquido, tributação, meio ambiente, cogeração de energia e abertura de mercados externos, permitiram sua estabilidade atual” (CAMPOS, 2014, p. 51).

Nesse sentido, podemos falar da conformação de um complexo produtivo canavieiro na região Centro-sul do Brasil, primeiramente a partir dos estados do Paraná e São Paulo, e posteriormente Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso do Sul, sendo a consolidação do PROÁLCOOL significativa nesse processo.

O programa surgiu a partir de discursos bem construídos sobre a sustentabilidade e a capacidade de gerar boas condições para a população rural.

O PROÁLCOOL prometia gerar efeitos de *spill over* sobre outras dimensões da vida social, notadamente nos aspectos de geração de renda e emprego. Argumentava-se que o programa era um eficiente instrumento de economia de divisas, pois promovia a substituição do petróleo importado pelo álcool. Em relação aos impactos sociais, o argumento era o de que ele geraria um volume grande de empregos diretos e indiretos, principalmente no meio rural. (GUEDES *et al.*, 2002).

Nesse sentido, o sucesso do programa está vinculado a esse apelo e ao consequente aumento da produção nos primeiros anos de implantação, incorporando terra, trabalho e capital de forma crescente. Porém, com o passar dos anos as dimensões

social e cultural da territorialização do setor foram severamente impactadas, colocando em xeque tais aspectos.

Sua primeira fase corresponde aos anos 1975-1979, momento em que o Estado investe fortemente nas destilarias anexas e no apoio aos automóveis movidos exclusivamente a álcool. As destilarias ajudaram a dinamizar a produção, juntamente com as linhas de crédito subsidiado.

Sua segunda fase corresponde ao período do Segundo choque do petróleo (1979), mais significativo em relação ao seu impacto negativo à economia mundial. Nesse período houve uma maior necessidade na produção de álcool combustível com foco maior para a produção do hidratado. Como políticas para o setor foram criados o Conselho Nacional do Álcool – CNAL e a Comissão Executiva Nacional do Álcool – CENAL como organismos para agilizar o Proálcool. Os créditos de subsídios continuaram e foi estipulada uma produção de 60 mil litros/dia para as destilarias continuarem recebendo os subsídios. (CAMPOS, 2012, p. 45).

O aumento das unidades foi evidente em diversas regiões do país, principalmente no oeste e nordeste do estado de São Paulo, com algumas unidades em Goiás e no Triângulo Mineiro.

Na década entre 1985 e 1995 o programa passa por uma estagnação, em razão principalmente do chamado “contrachoque” do petróleo e a diminuição do preço do barril, fazendo um grande número de consumidores voltarem à gasolina. Soma-se a isso um período de escassez dos recursos públicos e a posterior liberalização econômica, observada com a desregulamentação do setor na década de 1990.

Com medidas de cunho liberalizante, o Estado iniciou a década de 1990, se retirando, gradativamente, do centro das decisões acerca do setor, deixando-o nas mãos da iniciativa privada. Essa retirada do governo do controle das atividades do setor alcooleiro foi o que caracterizou seu processo de desregulamentação, ou seja, processo no qual o Estado deixou de regulamentar a produção, estoque, comercialização e preços do setor (PEREIRA, 2007, p. 59).

Nesse momento, podemos falar de uma reestruturação produtiva no setor, com o afastamento do Estado nas decisões e na criação de políticas públicas de auxílio. As mudanças na produção se relacionam ao momento de estagnação anterior, com a consequente liberalização econômica e autogestão.

A partir da década de 1970, portanto o agronegócio canavieiro levou o Brasil a uma posição de destaque na produção de agrocombustíveis, em razão da experiência adquirida nas décadas que se seguiram ao PROÁLCOOL e a expansão da produção e do

uso dessa matriz. Anos depois o programa passa por um momento de estagnação, chegando na década de 1990 buscando reestruturar a produção a partir da liberalização econômica e da autogestão do setor.

3.3 – O avanço do *front canavieiro*: o caso do Triângulo Mineiro

O Cerrado brasileiro passa a receber um grande número de agroindústrias sucroenergéticas a partir da década de 2000, em um processo que se deu de forma rápida por se tratar de uma região ainda pouco inserida na dinâmica agrícola do setor e grandes áreas ainda passíveis de investimentos.

Posterior a certo retorno do Estado no estímulo à produção sucroenergética nacional, a partir da medida provisória nº 1.662 de 28 de maio de 1998 que equiparou o preço do etanol e da gasolina com o aumento na quantidade de álcool anidro a gasolina (de 22 para 24%), a região do Triângulo Mineiro passa a receber um grande número de usinas, principalmente daqueles grupos já com experiência no estado de São Paulo.

Essa expansão é fruto da consolidação do Complexo Agroindustrial do Centro-sul e da articulação entre grandes grupos voltados ao agronegócio no Triângulo, como no caso do Queiroz de Queiroz em Frutal (MG), que detinha certa experiência na produção agrícola de grãos e da própria cana-de-açúcar, e viu nessa cultura uma oportunidade de expandir seus lucros familiares.

Outro aspecto importante para essa processo foi a modernização da agricultura e a possibilidade de melhorias técnicas em relação às áreas antes dificultadas pelas suas condições naturais, onde a adubação química e a incorporação de maquinários facilitaram o acesso às terras.

Assim, o interventionismo estratégico do Estado, visando planejar um Brasil industrializado, resultou na consolidação da agroindústria canavieira no Centro-sul, ampliando a demanda interna por açúcar e álcool, que tinham como pano de fundo o processo de urbanização do país. Estes programas, além de viabilizarem a modernização das técnicas na agricultura, facilitaram a expansão das fronteiras agrícolas para regiões como do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, que, até neste momento, abrangia como principais práticas a criação de gado de corte e cultura de grãos. Posteriormente, com a implantação dos programas de incorporação das áreas de Cerrado, a região consolidou a agricultura empresarial, tornando-se *lócus* privilegiado para investimentos do agronegócio. (SOUZA, 2012, p. 67-68).

Essa expansão e consolidação do Triângulo Mineiro na produção sucroenergética se evidencia na atualidade. O município de Frutal recebeu duas usinas nos últimos doze anos, e os efeitos para os camponeses e comunidades são evidenciados no crescimento das pequenas cidades da região, em razão da expropriação e da migração decorrente da oferta de emprego em determinados períodos do ano, bem como nos modos de vida e na reprodução social dos camponeses que ainda permanecem no campo e na qualidade ambiental, com a destruição das áreas de Cerrado em razão da expansão da área agrícola da usina.

A proximidade de uma das zonas pioneiras na produção de cana-de-açúcar no Centro-sul do Brasil (a partir da década de 1970) fez do Triângulo Mineiro palco de um grande avanço dessa monocultura. No ano de 2006 foram instaladas as duas usinas do município, a Usina Frutal (Grupo Bunge) e a Usina Cerradão (Grupo Queiroz de Queiroz e Pitangueiras) que juntas somam 61.972 ha de cana plantada, com mais de 5.000.000 de toneladas produzidas (IBGE, 2015).

Em alguns aspectos, a instalação de tais empreendimentos não demandaram grandes esforços para os grupos, visto que o município conta com uma malha viária favorável, como o entroncamento da BR-364 e BR-153, e a MG-255, bem como uma mão-de-obra não especializada para construção e manutenção de infraestrutura mínima (vias de acesso, sinalização, construção de barracões) ou para aquela utilizada em partes da produção, como a colheita.

Todo esse contexto demonstra a especificidade do Triângulo Mineiro e do município de Frutal para a produção sucroenergética nacional, que vem se especializando nessa produção. Em contrapartida, temos a diminuição de certa diversidade produtiva e os impactos diretos e indiretos para produção em pequena escala, nos seus territórios e na sua reprodução social

3.4 – A chegada do estranho: desterritorialização e multiterritorialidade na comunidade Boa Esperança/Frutal (MG)

A instalação e operação das usinas no município de Frutal data do início da década de 2000, a partir de um discurso que abarcava desenvolvimento e geração de empregos, bem como melhorias para a área rural onde operariam, como a infraestrutura das vicinais e transporte. A chegada dessas usinas acarretou grandes mudanças socioeconômicas, políticas e culturais para a região, além de esbarrar em diversas questões ambientais voltadas ao cultivo da cana a partir da monocultura e do uso de insumos químicos e maquinários na produção.

Souza (2012) demonstra como a expansão da área plantada da cana-de-açúcar no Triângulo Mineiro foi significativa entre os anos de 2000 e 2010. De acordo com ela, a área de cultivo foi triplicada, com grande expansão entre os anos de 2005 e 2006, momento em que a Usina Cerradão é instalada no município de Frutal. Se tomarmos como base a década, o crescimento foi de 74%, juntamente com a área colhida, que no ano de 2000 foi de 127 mil hectares, e em 2010 chegou a 492 mil (SOUZA, 2012, p. 70).

Esse processo foi consolidado a partir de diversos critérios de seletividade espacial para a instalação das usinas nos Cerrados do Brasil central, os quais Camelini e Castillo (2012) distinguem em três categorias: 1) Aspectos físicos, 2) Aspectos econômicos e 3) Aspectos infraestruturais políticos, os quais respondem às exigências corporativas e nos revelam as formas de organização e reprodução do setor sucroenergético na região.

Em relação à primeira categoria, se destacam a grande disponibilidade de terras agricultáveis, adequação e “correção” dos solos às necessidades das plantas e o clima e a disponibilidade hídrica, os quais levam a um relevo pouco acidentado e superação da ineficácia química dos solos do Cerrado para o cultivo da cana-de-açúcar. É importante ressaltar o papel da tecnologia e da ciência na efetivação dessa nova fronteira agrícola, como já destacado anteriormente, visto que a possibilidade de utilização de maquinários e a incorporação de química aos solos foram levadas a cabo em razão da industrialização e reestruturação dos processos produtivos, que tinham como base o tripé tecnologia-ciência-informação.

A estrutura para fornecimento de insumos e serviços, o custo da terra, que era baixo até aquele momento, e a disponibilidade de força de trabalho para o setor foram os principais aspectos econômicos identificados nesse processo. A comunidade Boa Esperança tem grande parte de seus moradores trabalhando nas usinas, uma parte migrante, outra que já vivia na comunidade. Como averiguado na pesquisa de campo, a valorização das terras da comunidade ocorreu concomitantemente à operação da Usina Cerradão, algo que é visto com bons olhos pelos proprietários e antigos moradores, pois diante da impossibilidade de se manterem, viam na venda ou arrendamento das terras uma forma de manterem sua renda e poderem trabalhar na cidade, mesmo que insatisfeitos.

O papel essencial do poder público e das relações políticas entre os grupos e as elites regionais foram de extrema importância para a consolidação desse processo. A partir de vantagens decorrentes de incentivos fiscais, legislação ambiental com poucas restrições, boa condição logística e a forte relação com outros setores e grupos voltados ao agronegócio, como o Queiroz de Queiroz em Frutal, as usinas obtiveram facilidades para adentrarem o Cerrado. O entroncamento de duas grandes rodovias que cortam o país e os financiamentos a partir de uma conjuntura de apoio ao crescimento do cultivo da cana em outras regiões para além do Nordeste brasileiro, foram emblemáticos nesse momento.

Com a instalação das usinas, o município de Frutal recebeu um grande contingente de migrantes, o que mudou a composição dos moradores da comunidade Boa Esperança. De acordo com a entrevista 04, realizada na Escola Municipal Odílio Fernandes, pode-se averiguar uma mudança no perfil dos estudantes. A escola conta hoje com 111 alunos, sendo a maioria deles provindos de outras regiões do país, principalmente do estado de Pernambuco.

Na década de 1990, principalmente entre os anos 1994/95/96, a escola chegou a receber aproximadamente 500 alunos. Acho que a diminuição da quantidade de alunos acelerou com a chegada da usina, além da abertura de novas escolas rurais e a ida de moradores e pequenos agricultores para as cidades vizinhas. Hoje a escola conta com 111 alunos, na sua maioria filhos de pequenos produtores rurais e de trabalhadores da usina, principalmente vindos de Pernambuco. Tem muito pernambucano por aqui. (Entrevista 04, agosto de 2017).

O número de migrantes, assim como seus retornos, são estabelecidos a partir do ritmo da acumulação, além de variáveis como progresso técnico, logística e custos.

Hoje a Usina Cerradão realiza 70% do seu plantio de forma mecanizada, o que levou a um grande aumento na quantidade de mudas plantadas por hectare. Tendo uma demanda por mão-de-obra cada vez menor, as perspectivas são de aprimoramento e maior utilização de tecnologia nos processos produtivos, como o sistema de controle de fertilizantes e defensivos visando uma maior economia destes insumos e uma melhor distribuição e rendimento no plantio, o qual já foi instalado na usina. (ENTREVISTA 03, 2017).

Ainda como constatado na entrevista 03, cerca de 45% da mão-de-obra da Usina Cerradão é temporária, ou seja, os fluxos migratórios relacionados a ocupações menos especializadas apresentam saltos nos períodos de safra, o que complexifica as ações governamentais e da própria usina para acolher esse contingente, bem como grandes dificuldades de constituição de laços comunitários e identitários entre aqueles “de dentro” e os “de fora”, estabelecendo novas relações sociais entre os camponeses e moradores, a partir do que Martins (1993) chamou da constituição do “outro”.

Há uma reciprocidade de consequências, o que não quer dizer equidade. Os grupos vitimados por esses programas lançam neles contradições, tensões, desafios. A partir do momento em que essa interferência se dá, ela não se efetiva apenas através da coisa física que é a barragem, o lago, [a cana] ou a rodovia. Os projetos se materializam em obras que se apresentam diante de indígenas e camponeses através de pessoas diferentes e de relações sociais novas. Mesmo velhas relações sociais são substancialmente alteradas, embora mantenham a forma exterior. Indígenas e camponeses não ficam “fora” dessas relações. São por elas envolvidos de algum modo, geralmente numa relação de alteridade. A reciprocidade do impacto se manifesta na constituição do “outro”, que passa a mediar as relações sociais para cada grupo envolvido no desencontro desse encontro. (MARTINS, 1993, p. 64-65).

A ação verticalizada de determinados agentes econômicos e os movimentos contínuos de migração levam a transformações na representatividade das populações locais, como no caso dos camponeses que estabelecem uma ligação simbólico-cultural com a comunidade Boa Esperança, e os migrantes que tem o seu território vinculado à dinâmica reprodutiva do empreendimento.

O processo de territorialização da usina leva a constituição de novos territórios, de multiterritórios (HAESBAERT, 2007), possíveis a partir de uma apropriação (i)material do espaço (SAQUET, 2007). Estabelece-se então tensões que levam a formação de novas relações de poder, de identidade e de pertencimento.

Em outra passagem de seu belíssimo texto, Martins (1993) demonstra como condições diferentes entre os sujeitos levam a um enquadramento dos grupos a partir de sua ocupação, modos de vida ou intenção diante das novas relações. Ao falar dos índios *Suruí* e seu primeiro contato com o homem branco, ele aponta

[...] O chefe indígena se adiantou para dizer “eu te amanso, branco!”, quando na verdade o branco imaginava que o estava amansando. Reconhecimento da condição antagônica do outro e, ao amansá-lo, tentativa de trazê-lo para um mesmo universo de relações – inclusão e oposição, humanização do desumano. Sociologicamente, o chefe suruí proclamou nesse ato sua condição de sujeito e não de objeto da relação. (MARTINS, 1993, p. 65)

De um lado aqueles que não se sentem pertencentes ao ambiente comunitário, de outro, aqueles que veem na chegada do “outro” um problema para a constituição de laços comuns. Em todos eles, a busca pelo acolhimento referenciado a partir do seu *selfie*, e a tentativa de manutenção de seus modos de vida. Temos como resultado a constituição de multiterritórios, e com eles os embates e tensões relacionados à representatividade de cada sujeito. Haesbaert (2007) esclarece nossa interpretação.

Mais do que de “território” unitário como estado ou condição clara e estaticamente definida, devemos priorizar assim a dinâmica combinada de múltiplos territórios ou “multiterritorialidade”, melhor expressa pelas concepções de territorialização e desterritorialização, principalmente agora que a(s) mobilidade(s) domina(m) nossas relações com o espaço. Essas dinâmicas se desdobram num *continuum* que vai do caráter mais concreto ao mais simbólico, sem que um esteja dicotomicamente separado do outro. No caso de um indivíduo e /ou grupo social mais coeso, podemos dizer que eles constroem seus (multi)territórios integrando, de alguma forma, num mesmo conjunto, sua experiência cultural, econômica e política em relação ao espaço. (HAESBAERT, 2007, p. 341).

A partir da chegada da Usina Cerradão na comunidade Boa Esperança, foi observada uma diminuição das atividades comunitárias. Muitas das festas, terços, campeonatos de futebol amador, eram realizadas pelos moradores mais antigos, como é o caso de Dona Cleonice (Entrevista 02), que se mostrava sempre disposta a manter diversas atividades, como as festas da paróquia, as quais não existem mais, grupos de oração, ajuda aos enfermos e necessitados (leilões, festas para arrecadação). Houve um distanciamento dos moradores com a comunidade, o que de acordo com ela está relacionado à chegada daqueles que “não eram de lá”, e que não mantiveram tais tradições.

Um dos processos mais degradantes e complexos, por se tratar muitas vezes de algo subjetivo, são as desterritorializações provocadas pela chegada de tais empreendimentos. No caso da comunidade Boa Esperança, elas ocorreram com maior

intensidade na década de 1980, havendo um processo de recampesinação até aproximadamente 2005. Com a chegada da usina, no ano de 2006, podemos constatar um momento único na história da comunidade, onde a mudança forçada para as cidades próximas, bem como a nova dinâmica imposta, indicam processos concomitantes de reterritorialização e desterritorialização por parte dos migrantes temporários e camponeses, esses últimos através de adaptações nas organizações internas da propriedade.

Haesbaert (2007) esclarece que, dependendo da nossa concepção sobre território, teremos definições diferentes para a desterritorialização. Para isso, entendemos o território através de uma concepção integradora das diversas partes que o compõem, para além do naturalismo (etológico), ou aquele voltado a questões político-jurídicas (fundamentos materiais do Estado), ou mesmo uma visão economicista, concebemo-lo a partir de uma visão que integre desde o aspecto material, do substrato onde esse território é representado, até as territorialidades simbólicas, culturais e psicológicas.

Sabemos das dificuldades em compreender essa “experiência total” do espaço, transformado em território a partir de uma apropriação material e simbólica a qual se constroem identidades. Diante disso, seguimos a perspectiva que

[...] ao mesmo tempo que inclui a concepção multiescalar e não exclusivista de território (territórios múltiplos e multiterritorialidade), trabalha com a ideia de território como um híbrido, seja entre o mundo material e ideal, seja entre natureza e sociedade, em suas múltiplas esferas (econômica, política e cultural). (HAESBAERT, 2007, p. 77).

A ideia de hibridez já havia sido trabalhada por Santos (1997) ao falar do espaço como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ação, através da noção de intencionalidade. Para ele, tanto para a produção do conhecimento, como para o “processo de produção e de produção das coisas, considerados como um resultado da relação entre o homem e o mundo, entre o homem e o seu entorno” (SANTOS, 1997), a intencionalidade é igualmente importante, pois

A ação é tanto mais eficaz quanto os objetos são mais adequados. Então, à intencionalidade da ação se conjuga a intencionalidade dos objetos e ambas são, hoje, dependentes da respectiva carga de ciência e técnica presentes no território. Lembramo-nos, porém, de que os resultados da ação humana não dependem unicamente da racionalidade da decisão e da execução. Há, sempre, uma quota de imponderabilidade no resultado, devida, por um lado, à

natureza humana e, por outro lado, ao caráter humano do meio. (SANTOS, 1997, p. 76)

Entendemos que essa intencionalidade reflete, por assim dizer, as territorialidades humanas, em territórios existentes concomitantemente. Podemos ter, em determinada área, técnica avançada, ciência e informação vinculada a um território que é gerido de forma vertical, através de redes (território-rede) – território do capital – e aquele território com formas ditas não-capitalistas, que resiste e se sustenta a partir dessa relação contraditória. As intencionalidades são outras, muitas delas se permitem na relação com o outro, muitas permanecem, outras se desfazem.

Os processos de desterritorialização e reterritorialização acontecem a partir da relação conflituosa entre diferentes intencionalidades expressas no espaço. As ações vinculadas a determinado território (a exemplo da usina) interferem diretamente na intencionalidade e nas ações de outros (território camponês), havendo muitas vezes a impossibilidade de manutenção ou existência daqueles territórios precedentes, ou fazendo-os permitem, adaptarem e resistirem.

Simplificando, Haesbaert (2007) aponta que a desterritorialização é o movimento pelo qual se abandona o território. Esse processo está vinculado, na maioria das vezes, a abandonos forçados, vinculados a interferências diretas e indiretas dos modelos homogeneizantes, como é o caso da agroindústria. É importante ressaltar, diante disso, que a desterritorialização pode ocorrer sem haver mobilidade, ou seja, um campônes, ao sentir que não há mais possibilidades de manter seus modos de vida, sua produção familiar, sua organização, resolve vender sua força de trabalho para o capitalista, receber os frutos improprios de seu trabalho e se manter onde está, porém sem autonomia e capacidade para o trabalho-consumo.

O curto intervalo de tempo entre a chegada e saída de muitos trabalhadores na comunidade intensificam os processos de TDR, visto o grande contingente de mão-de-obra temporária utilizada na usina. Esses trabalhadores estão em constante processo de desterritorializar-se para territorializar-se em outro lugar, acompanhando o tempo do capital.

Como sabemos através de exemplos geográficos muito concretos, não é simplesmente a velocidade do movimento que provoca ou intensifica a desterritorialização. Pode-se admitir, inclusive, não apenas uma desterritorialização na imobilidade, mas também uma territorialização na mobilidade. [...] É interessante lembrar que mesmo a figura

“desterritorializada” por excelência, o nômade, tão celebrada por Deleuze e Guatarri, ela própria, em suas trajetórias costumeiras, possui um território. (HAESBAERT, 2007, p. 129).

As pessoas que tinham qualificação conseguiram empregos melhores e mais estáveis, foram preparadas pela usina e recebem melhor remuneração. Porém, fica clara a proporção desses empregos, a qual representa pouco mais da metade dos cargos oferecidos. Grande parte desses trabalhadores acaba buscando nas cidades vizinhas melhores condições de moradia, acesso a bens e serviços como educação e saúde, e, portanto, não representam aquela parcela que poderia viver na comunidade e estabelecer um maior vínculo com a mesma.

Alguns dos impactos para os camponeses da comunidade Boa Esperança estão vinculados a esse aspecto imaterial da apropriação do território, o que os leva, muitas vezes, a uma condição de isolamento e diminuição das ligações antes existentes com a comunidade. Isso acarreta uma perda das ajudas mútuas que antes eram frequentes, como a realização de mutirões ou de auxílios diversos, bem como o distanciamento entre os membros da comunidade.

Destaca-se também a apropriação material desse território, com a destruição do Cerrado e das áreas verdes, o que ocasiona mudanças microclimáticas e a formação de ilhas de calor na área de cultivo, o convívio diário com máquinas e insumos químicos (pulverização aérea), dentre outros. Destacaremos no próximo item os diversos impactos ocasionados pela territorialização do setor sucroenergético, com ênfase em três momentos importantes para entendermos o atual: A modernização da agricultura, a formação do Complexo Agroindustrial canavieiro do Centro-sul e a inserção do meio técnico-científico-informacional no campo, e a ocupação do Cerrado e do Triângulo Mineiro por esse setor, principalmente a partir da década de 2000.

4 – TERRITÓRIO E OS EQUILÍBRIOS DA AGRICULTURA CAMPONESA

4.1 – Produção do território pelo campesinato

Diferentemente do agronegócio e da lógica empresarial mercantil, a qual teve forte desenvolvimento nos últimos sessenta anos no Brasil, há outro grupo de agricultores que se colocam como o contraponto das relações capitalistas no campo brasileiro: o camponês. Seus territórios são (re)produzidos a partir de uma mesma base, porém sua apropriação e representação são dados de forma quase antagônica à esse modo de produção.

Em relação ao espaço geográfico, essa base única onde esses embates ocorrem, a produção do território camponês está intrinsecamente ligada às estruturas que o integram e transformam, tais como aquelas apontadas por Santos (1997). De acordo com ele, o espaço é composto por um conjunto indissociável de sistemas de objetos (conjunto de forças produtivas) e sistemas de ações (conjunto de relações sociais), que vistos separadamente não apresentam realidade filosófica, e, portanto não são passíveis de conhecimento.

Sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma. (SANTOS, 1997, p. 52)

Nesse sentido, o espaço é então territorializado, apropriado a partir de relações de poder e de sua representação simbólico-cultural. Raffestin (2009) também chama a atenção para a precedência do espaço em relação ao território.

É fundamental entender como o espaço está em posição que antecede o território, porque este é gerado a partir do espaço, constituindo o resultado de uma ação conduzida por um ator que realiza um programa em qualquer nível. Apropriando-se concretamente ou abstratamente (por exemplo, através da representação) de um espaço, o ator o “territorializa”. (RAFFESTIN, 2009, p. 26).

O domínio exercido sobre o espaço, sua apropriação a partir de segmentos como o Estado e empresas multinacionais, conformam relações de poder expressas em territorialidades distintas daquelas anteriormente observadas. A tecnologia, por exemplo, exerce papel fundamental para as ações dos grupos capitalistas na agricultura, e levam à incorporação de novas intencionalidades a partir das modificações empregadas, condicionando a produção e os modelos subsequentes.

A apropriação do espaço associada à produção de territórios, as relações de poder e as diferentes perspectivas relacionadas a cada um, é concebida por autores como Saquet (2007, 2009), Haesbaert (2002, 2007), Raffestin (2009) e Fernandes (2009).

Como assinalado por Haesbaert (2002), ressaltamos a importância de dar-se voz aos territórios alternativos à lógica dominante e hegemônica em determinado período histórico, aquilo a que ele chamou "contra-espaços". Nesse sentido, entende-se que falamos de

[...] um espaço-território que é sempre, e ao mesmo tempo, espaço concreto, dominado, instrumento de controle e exploração, e espaço diferentemente apropriado, através do qual se produzem símbolos, identidades, enfim, uma multiplicidade de significados que operam em conjunto com funções estratégicas, variando conforme o contexto em que são construídos. Este espaço geográfico que participa ou compõe, direta ou indiretamente, nossas relações cotidianas, com seus muros, fronteiras, suas infovias, suas imagens, seus fluxo, suas "rugosidades", este é o grande universo em que, aqui e ali, tímida ou mais incisivamente, procuramos desenhar nossos "territórios alternativos". (HAESBAERT, 2002, p. 10-11)

Sendo assim, uma análise que integre todos os aspectos vinculados às relações de poder estabelecidas no espaço se faz necessária para entendermos os efeitos de sua apropriação por parte dos agentes hegemônicos, como no caso das grandes empresas multinacionais. Corroboramos com o autor ao propor uma visão do território como multiescalar e multidimensional, referindo a uma relação política e econômica, bem como cultural e simbólica. Em outra passagem, o autor aponta a diferença entre as concepções aqui assinaladas.

Sobrariam então duas possibilidades: ou admitir vários tipos de territórios que coexistiriam no mundo contemporâneo, dependendo dos fundamentos ligados ao controle e/ou apropriação do espaço, isto é, territórios políticos, econômicos e culturais, cada um deles com uma dinâmica própria, ou trabalhar com a ideia de uma nova forma de construirmos o território, se não de forma "total", pelo menos de forma articulada/conectada, ou seja, integrada. Pelo menos ao nível individual ou de grupo, precisamos de alguma forma partilhar um espaço que, no seu conjunto, integre nossa vida econômica, política e cultural. (HAESBAERT, 2007, p. 76)

Trabalharmos o território a partir da segunda perspectiva adotada pelo autor, pois é imprescindível para entendermos as dimensões da apropriação exercida pela usina sobre a atividade camponesa da comunidade Boa Esperança, visto que o caráter econômico ou político desse processo não se estabelece sem mudanças na cultura dos camponeses, nos símbolos que regem sua vida cotidiana. Cada aspecto se vincula ao

outro, conformando multiterritórios com diferentes perspectivas, mais ou menos ligados à lógica capitalista.

As diversas formas de produção e apropriação dos territórios foram também expressas por Saquet (2007), quando, ao falar da necessidade de abordarmos o território a partir de suas relações e processos, estabelece uma análise (i)material do espaço. De acordo com ele, tenta-se “construir uma abordagem (i)material do território, que também possa possibilitar a apreensão de aspectos da relação *matéria-ideia*, em unidade, destacando os fatores e processos político-econômicos.” (SAQUET, 2007, p. 122).

A abordagem deste autor está centrada na relação espaço-tempo, ou seja, não há modificações no espaço que não interfiram diretamente no tempo, e se vincula também à apropriação material e cultural-simbólica do espaço. Há, portanto, a coexistência de tempos nos múltiplos territórios.

A abordagem relacional, processual e (i)material que estou tentando construir, reconhece a unidade dos tempos histórico e coexistente, as descontinuidades e aspectos da relação sociedade-natureza. [...] Há uma combinação de territorialidades e temporalidades, de mudanças e de continuidades, no tempo e no espaço, através do trato da processualidade histórica e transescalar que denomino de articulação territorial. (SAQUET, 2007, p. 131).

As constituições dos territórios e dos tempos se articulam a partir das relações sociais estabelecidas no espaço. O aparato técnico, por vezes, é o principal responsável pelas diferenciações no tempo-espacço, e é nesse sentido que a lógica corporativa das usinas sucroenergéticas convivem com territórios alternativos à sua lógica, bem como os modificam, resultando em desterritorializações e novas territorializações a partir da sua chegada. Raffestin (2009) relata como, na agricultura, esse progresso técnico é imprescindível para a conformação dos territórios.

Hoje, os territórios transformam-se de acordo com o ritmo das novas técnicas e isso ocorre tanto na cidade como no campo. A agricultura tornou-se uma atividade como outras, sujeita a modificações velozes, cujo efeito na paisagem é considerável. As paisagens agrárias e urbanas sofrem logo a influência do terceiro estado da natureza, aquele sintético ou cibernético que começou com a química moderna na metade do século XIX e é caracterizada, hoje, pelo desenvolvimento da biotecnologia através da manipulação genética. [...] Devemos ter consciência de que a transformação da atividade humana e por consequência, dos processos de territorialização corresponde a outro modo de compreender as coisas degradadas da natureza. (RAFFESTIN, 2009, p. 24-25)

Compreendermos o território e suas expressões (territorialidades) a partir dessas perspectivas nos é imprescindível para abarcarmos em nossa análise a realidade atual da comunidade Boa Esperança e dos camponeses sujeitos à expansão da agroindústria sucroenergética. Identificam-se outros tempos, novas territorialidades e multiterritórios a partir da chegada e operação da Usina Cerradão na comunidade,

O território do capital passa então a coexistir com tempos outros, em relações que por vezes podem ser consideradas como não capitalistas, mesmo que sejam resultados da própria expansão dos empreendimentos.

O capitalismo se estabelece com a consolidação do território capitalista. Dizer que as relações sociais capitalistas produzem relações não capitalistas também é dizer que os territórios capitalistas produzem territórios não capitalistas. Esta produção ocorre de forma desigual e conflitante, gerando disputas territoriais permanentes. As disputas territoriais não se limitam à dimensão econômica. Pelo fato do território ser uma totalidade, multidimensional, as disputas territoriais se desdobram em todas as dimensões, portanto, as disputas ocorrem também no âmbito político, teórico e ideológico, o que nos possibilita compreender os territórios materiais e imateriais. (FERNANDES, 2009, p. 201).

Historicamente, a produção do território camponês se mostrou paralela ao desenvolvimento do capitalismo no campo, porém, sua permanência e suas expressões advêm justamente dessa relação, visto que o uso da terra para fins lucrativos e de acumulação levam a novas expressões e formas de manutenção de seus modos de vida e equilíbrios internos.

Como podemos observar, os territórios alternativos a esse processo, que se pretende homogêneo, sustentam grandes discussões acerca da capacidade de se manterem. Isso ocorreu de forma expressiva no início do século XX na Rússia, onde pensadores de diferentes vertentes buscaram compreender as metamorfoses empreendidas no campo daquele país a partir do desenvolvimento do capitalismo naquela região.

As concepções se vinculavam, como assinalado por Ploeg (2016) em questões fortemente inter-relacionadas, sendo que

(...) as mais importantes se debruçavam, antes de mais nada, na definição da posição de classe do campesinato – uma questão que estava nitidamente ligada a assuntos práticos, como a natureza das coalizões e o papel que partes distintas da população pode exercer em processos revolucionários. Em segundo lugar, havia extenso debate sobre a estabilidade das formas (ou “modos”) de produção do estilo camponês. Será que eles inevitavelmente se desintegrariam ou seria possível serem reproduzidos ao longo do tempo? Ou

haveria processos desiguais, porém combinados, de desaparecimento e reconstituição? Em terceiro lugar, as pessoas envolvidas na transição para o socialismo consideram a agricultura camponesa como algo a ser continuado ou transformado? (PLOEG, 2016, p. 4)

O marxismo ortodoxo, representado por autores como Kautsky (1986) e Lenin (1980), não acreditavam, naquele momento, na permanência do campesinato frente ao avanço do capital no campo, algo que poderia estar ligado especificamente ao processo em curso naquele país, ou seria observável em vários cantos do mundo, no qual a Rússia seria apenas mais um representante, guardando suas especificidades.

Essa crença no desparecimento do campesinato está vinculada ao desenvolvimento do modo de produção capitalista na agricultura. Esse processo se daria a partir da proletarização ou expropriação desses camponeses, ou mesmo uma diferenciação interna do campesinato, a qual levaria a formação de camponeses pobres, que se tornariam trabalhadores assalariados, e camponeses ricos, que se tornariam pequenos capitalistas. Essa diferenciação ocorreria em razão da modernização do campo, não havendo lugar para a pequena produção e a manutenção dos modos de vida camponês na sociedade emergente.

Fato é que o campesinato não se findou com o avanço do capital, e sim continua se reinventando, se reestruturando na relação conflituosa a qual se faz necessária em diversos aspectos. As formas ditas não capitalistas de produção integram o próprio movimento do capital, sendo este último incapaz de homogeneizar todo o espaço, de produzir sem criar desigualdades, ou de oferecer possibilidades de trabalho e renda para todas as esferas sociais.

Em contraposição às teorias e crenças de Kautsky e Lenin, Chayanov (1974) já assinalava, a partir de estudos sobre o núcleo familiar camponês, que o campesinato apresentava relações e equilíbrios internos distintos daqueles averiguados pela forma capitalista. Há grande heterogeneidade em cada unidade camponesa, as quais se mostram capazes de se adaptarem e reconstituírem-se a partir de relações distintas aos modelos “externos”.

O ponto central da perspectiva chayanoviana é observar que, embora a unidade de produção camponesa esteja condicionada e seja afetada pelo contexto capitalista em que funciona, não é diretamente governada por ele. Na verdade, é governada por um conjunto de equilíbrios. Tais equilíbrios associam a unidade camponesa, seu funcionamento e seu desenvolvimento, ao contexto capitalista mais amplo, porém de formas complexas e definitivamente distintas. Esses equilíbrios são princípios de organização.

Eles modelam e remodelam o modo como os campos são lavrados, como o gado é criado, como o trabalho de irrigação é construído e como as identidades e relações mútuas se desenrolam e se concretizam. (PLOEG, 2016, p. 9),

É justamente no âmbito dessa complexidade de equilíbrios que a heterogeneidade da agricultura camponesa se estabelece, e Chayanov pôde identificá-las e construir uma teoria oposta aos marxistas clássicos, o que levou a severos debates e influenciou uma gama de pensadores e teóricos que o procederam.

Para ele não haveria um processo de dissolução do campesinato, mas sim, a partir de seus equilíbrios internos, de reinvenção a partir das condições dadas pelo capitalismo.

A diferenciação, para Chayanov, longe de ser possibilidade de descamponização, era uma estratégia de manutenção da condição de camponês diretamente relacionada com o ciclo de desenvolvimento da família e, portanto, indispensável à compreensão da permanência camponesa. Para o autor, o que estava em curso no campo russo não era um processo de desigualdade e antagonismo de classe no seio do campesinato, numa competição própria da lógica capitalista que levaria inflexivelmente à desintegração do mundo camponês. Mas, sim, um conjunto de estratégias orientadas por uma racionalidade que partia da família para a terra, portanto, da avaliação subjetiva das necessidades do núcleo familiar. (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p. 33).

Apesar da heterogeneidade, os equilíbrios da unidade camponesa, para Chayanov, eram baseados em dois principais aspectos, os quais devem ser balanceados em cada uma dessas unidades (PLOEG, 2016). Tais equilíbrios se restringiam a capacidade organizativa da família no âmbito da propriedade, e apesar de abarcarem aspectos do exterior (mercado, recursos externos, dependência e etc.), ele os incorpora apenas a esses dois. Para fins de análise, os denominaremos de “equilíbrios estritos”, por se restringirem à própria unidade.

A relação entre trabalho e consumo, bem como entre utilidade e penosidade, perpassam todas essas unidades e estabelecem a unicidade de cada núcleo familiar camponês. Como dito por Paulino e Almeida (2010), conta mais o caráter subjetivo da família, as suas capacidades, aptidões, escolhas, enfim, as possibilidades diante de sua força de trabalho, do lazer, do consumo e etc.

O equilíbrio entre trabalho e consumo refere-se à capacidade produtiva da família, à quantidade e qualidade do trabalho empregado e as diferentes nuances das atividades exercidas na propriedade, a qual pode abranger diferentes gerações, diferentes

períodos (com maior ou menor capacidade de aferir trabalho), ou mesmo necessidades compreensíveis apenas no nível micro na unidade camponesa, tais como o lazer, quantidade necessária para abarcar o consumo total da família, escolhas, aptidões para o trabalho e etc.

Já o equilíbrio entre utilidade e penosidade se vincula aos esforços para aumentar a renda e os recursos da família, os quais são úteis para sua reprodução e para a manutenção da propriedade. Nesse sentido, as dificuldades encontradas no trabalho, a labuta diária com o gado, com as plantações, as horas no sol, na chuva e em qualquer outra intempérie que dificulte esse processo, enfim, as adversidades relativas ao trabalho, se equilibram com o que é útil para a família e a propriedade.

Ploeg (2016) propõe então uma ampliação da teoria de Chayanov, buscando identificar equilíbrios para além daqueles descritos anteriormente (trabalho-consumo e penosidade-utilidade), considerando que tais equilíbrios podem oferecer bases para a identificação das formas organizativas atuais do campesinato, atualizando o conceito e a própria teoria de Chayanov, restrita ao tempo e ao espaço de sua época.

Por um lado, a gama mais ampla de equilíbrios (...) se relaciona aos dois equilíbrios discutidos exaustivamente por Chayanov (...). Por outro lado, esse conjunto mais amplo de equilíbrios – desenvolvidos dentro da tradição conhecida como abordagem chayanoviana – nos permite lidar melhor, de forma coerente, com os problemas e potenciais enfrentados pela unidade camponesa hoje. O mesmo conjunto de equilíbrios também ajuda a explicar a considerável heterogeneidade que existe entre o campesinato, entre e dentro de países e regiões. (PLOEG, 2016, p. 59).

Para além dos equilíbrios discutidos por Chayanov, Ploeg (2016) destaca outros cinco, abrindo espaço para uma abordagem mais ampla e que não se finda com os equilíbrios já identificados. É, portanto, uma renovação dos trabalhos de Chayanov, a qual ele considera um caminho inevitável para a compreensão do campesinato no século XXI.

Apesar de Chayanov já haver discutidos diversos dos aspectos relacionados a esses equilíbrios, ele restringiu sua análise à própria unidade camponesa, aos processos de trabalho e as possibilidades de renda da família a partir de suas necessidades. Consideraremos os equilíbrios discutidos em seguida por Ploeg como “equilíbrios relacionais”, ou aqueles que de alguma forma transferem a análise para além da propriedade, à montante e à jusante.

A reciprocidade perpassará todos os equilíbrios aqui identificados e trabalhados, seja no âmbito familiar, seja nas relações com o “exterior” da propriedade, e será destacada no decorrer da descrição de cada um deles.

4.1.1 – O equilíbrio entre pessoas e natureza

Falar da agricultura é também falar da relação e da transformação mútua do homem e da natureza. Assim, os sistemas naturais são continuamente renovados a partir das práticas agrícolas, e a coprodução (produção conjunta com a natureza) seria uma das bases para a reprodução do campesinato pois precisa-se produzir, mas também viver da terra, sustentá-la, preferencialmente enriquecendo-a e aprimorando-o.

Porém, viver em contínuo equilíbrio com a natureza leva o camponês a lidar com uma série de adversidades e incertezas, adaptações que impossibilitam a existência de um comando externo à propriedade, visto que ele deve estar atento e entender tais processos, identificar as possibilidades e dificuldades, para assim poderem produzir de forma suficiente e satisfatória para sua manutenção. Nesse sentido, a coprodução

[...] exclui padronização, quantificação completa e planejamento apertado. Portanto, requer a unidade camponesa, já que esta associa o desenvolvimento bem equilibrado da coprodução às aspirações emancipatórias do campesinato. Isso se dá na escala micro da unidade camponesa estabelecendo-se solidamente uma conexão direta entre o desdobramento da coprodução e a melhoria da renda de trabalho da família. (PLOEG, 2016, p. 61).

Observa-se mais uma vez a relação direta da coprodução com a melhoria da renda familiar, ou seja, ao equilíbrio trabalho-consumo. O trabalho se dá no âmbito da natureza, com uma produção voltada para a manutenção e aperfeiçoamento dos processos naturais para melhor atender às demandas de consumo da família.

Outro ponto importante a ressaltar são as novas formas que surgem a todo o momento a partir da coprodução. Quando a natureza é remodelada e transformada, transformam-se também os elementos utilizados na produção, criando-se novas possibilidades em razão da maleabilidade dos processos naturais, o que permite o desenvolvimento de uma agricultura endógena.

Ploeg (2016) ressalta ainda o aprimoramento das habilidades dos camponeses a partir da coprodução, além de destacar a importância desse equilíbrio para a agricultura camponesa em razão da reciprocidade entre agricultor e natureza.

Tal relação definitivamente mercadológica. Tem a ver com dar e receber. Tem a ver, como tinha, com donativos que são trocados. O agricultor alimenta e cuida do bezerro, providencia seu abrigo e lhe oferece a oportunidade de crescer até se tornar uma boa vaca leiteira, então ele a alimentará, provavelmente com uma dieta cuidadosamente adaptada às suas necessidades individuais. Em troca, a vaca oferecerá ao agricultor novos, e se tudo der certo, promissores bezerros, e um rico fornecimento de leite que poderá se prolongar durante muitos anos. (PLOEG, 2016, p. 62-63).

Aqui, a reciprocidade é intrinsecamente importante para entendermos os movimentos de retorno buscados através da coprodução. O camponês sempre produz pensando no provimento futuro dos recursos por parte da natureza. Para que o “capital” o qual ele necessita seja reaproveitado na própria produção e lhe garanta sobrevivência futura, o camponês se relaciona com a natureza de forma a sustenta-la para que ela lhe seja generosa.

A partir do processo constante de degradação e transformação da natureza em mercadoria pela lógica empresarial do agronegócio, as relações de reciprocidade consequentemente se definham. Porém, são elas que ainda mantêm as unidades camponesas funcionando e garantem o abastecimento de alimentos para grande parcela da população mundial.

Elas [as relações de reciprocidade] continuam desempenhando um papel importante, entre as gerações e até entre vizinhos, mediante antigas e também renovadas formas de cooperação. A *combinação* inteligente de relações mercantis com relações de reciprocidade tornou-se, assim, estratégica. Pode até ser argumentado que o *estoque* de relações não mercantis (governadas pelo princípio da reciprocidade) é estratégico para a agricultura de hoje e especialmente para sua capacidade de sobrevivência ou de reprodução econômica. [...] Em suma: a maior parte da resiliência da agricultura de hoje reside nessa reserva de relações recíprocas escondidas. A negligência, no entanto, desse recurso estratégico pode ameaçar seriamente a própria continuidade da produção e do abastecimento de alimentos no planeta. (PLOEG in SABOURIN, 2011, p. 13).

Essa combinação estratégica entre relações mercantis e de reciprocidade também representa fator importante quando se quer analisar o equilíbrio entre as pessoas e a natureza nas unidades camponesas, bem como a permanência menos evidente da segunda em relação à primeira, visto que são elas que capacitam o camponês para a fuga da mercantilização de suas terras e de seus recursos, lhe oferecendo autonomia e maior possibilidade sobrevivência.

As nuances do equilíbrio entre pessoas e natureza se desdobram em razão da necessidade de produzir para se reproduzir, ou seja, como se produz? Em que quantidade se produz? Qual o efeito dessa produção para a manutenção daqueles elementos que serão necessários no futuro? É nesse processo que se destaca outro equilíbrio importante para as unidades camponesas, a saber, aquele relativo à sua produção e reprodução social.

4.1.2 – O equilíbrio entre produção e reprodução

A produção na unidade camponesa não funciona a partir das mesmas lógicas empregadas pelo capital, porém, é nesse equilíbrio que os fatores externos são mais facilmente identificáveis, pois as pressões exercidas por eles, bem como sua combinação com estímulos internos, podem impossibilitar a reprodução futura dos camponeses.

As preocupações com a energia gasta para exercer determinada atividade, a forma com que se irão arar os pastos, ordenhar o gado, cultivar as hortaliças no quintal, produzir mandiocas para a venda nos mercados regionais e etc., bem como uma mudança no preço do produto no mercado, uma degradação dos ecossistemas circundantes, tudo isso importa para uma maior eficácia na manutenção desse equilíbrio.

Além das pressões externas, a combinação entre esses fatores e aqueles elementos internos também podem gerar desequilíbrios e ameaçarem sua reprodução. Podem haver melhorias nas condições de produção, porém para que isso se reproduza a longo prazo, faz-se necessário o acompanhamento das condições elementares à sua (re)produção.

Um dos exemplos são as políticas de crédito dos bancos agrários, que concediam créditos para atividades produtivas (ainda que não fosse suficiente, na maioria dos casos), porém se abstinha de oferecer qualquer tipo de auxílio às atividades reprodutivas (como a manutenção de cercas) baseados no argumento de que essas atividades são “improdutivas”. Ainda que verdadeira, essa visão é extremamente limitada e demonstra pouco entendimento quanto à importância de manter o equilíbrio entre produção e reprodução.(PLOEG, 2016, p. 69).

Como se pode observar, tanto o Estado como, mais recentemente, as agroindústrias, podem apresentar formas de atenuação de problemas, ou mesmo de

auxílio para os camponeses, porém sua reprodução necessita de uma maior manutenção dos recursos disponíveis. As mitigações oferecidas pelas usinas sucroenergéticas, por exemplo, para atenuar os efeitos socioespaciais das localidades onde atuam, são um exemplo da incapacidade em assegurar reprodução social aos camponeses. Elas oferecem capacidade de produção em curto prazo, mas quase nunca de reprodução dos recursos e dos meios necessários à sua manutenção e autonomia.

Nesse sentido, os recursos disponíveis na unidade camponesa, sejam eles internos ou externos, são imprescindíveis para sua reprodução. Pensar neste equilíbrio é também fazer uma relação direta com tais recursos e de onde eles provém.

4.1.3 – O equilíbrio entre recursos internos e externos

Paralelamente aos recursos produzidos e reproduzidos na própria terra (os recursos internos), toda unidade, qualquer que seja a localização, também necessita de recursos externos. Seria impossível imaginar as propriedades funcionando sem eles. No entanto, a natureza desses recursos, a sua origem e, principalmente, o modo como são adquiridos e os efeitos do método de aquisição podem ter consequências de enorme alcance. (PLOEG, 2016, p. 70).

Mais uma vez, podemos observar a correlação entre esse equilíbrio e os demais, principalmente aqueles voltados à produção e reprodução da família. A forma com que os recursos internos e externos serão organizados (como os bezerros que são criados até a idade adulta, ou aqueles que são comprados no mercado de gado) diz muito sobre a mobilização destinada ao mercado ou à própria unidade.

Esse equilíbrio, portanto, se resume na escolha entre “fazer” e “comprar” (PLOEG, 2016), existindo toda uma permutação entre os recursos de mercado e os recursos produzidos na propriedade, bem como aqueles gerados e regenerados ou comercializados. O processo de conversão dos recursos em produção, bem como a capacidade em reproduzi-los a partir de uma dinâmica renovada, se faz importante para o equilíbrio relacionado à fonte desses recursos.

Surgirá desse equilíbrio uma das principais formas de desmercantilização buscada historicamente pelo campesinato, diminuindo a dependência das unidades em relação aos recursos externos. Sendo assim, a análise desse equilíbrio busca identificar o grau de dependência da família em relação ao mercado. Como o produto do trabalho é a

única fonte de renda do camponês, “o equilíbrio entre esses dois conjuntos de transações resultará em um produto de trabalho aceitável”, sempre buscando diminuir ao máximo as despesas relacionadas aos recursos externos. (PLOEG, 2016, p.74).

Assim como as “reciprocidades escondidas” ainda mantém de forma satisfatória os modos de vida camponês, em uma conjuntura de severo abandono dessas práticas, a desmercantilização também garante, em grande medida, a autonomia e o posicionamento do camponês na sociedade capitalista.

4.1.4 – O equilíbrio entre autonomia e dependência

O grau de dependência e autonomia da propriedade camponesa é demonstrado através de todos os equilíbrios, visto que é ele que diagnosticará a propriedade e alocará o produtor nessa condição. Como estamos observando, esse equilíbrio deve considerar todas aquelas instituições que cercam a produção. A extração do excedente e a distribuição de riquezas na sociedade é importante para entendermos a condição do camponês em um ambiente que o priva de autonomia e lhe imponha dependência.

Portanto, quais as instituições (Estado, multinacionais, mercado) o levam a produzir de determinada forma? Como se dá a apropriação da riqueza e do excedente do trabalho por parte dessas instituições? Quais as taxas cobradas, os juros, as tributações, e como elas impactam na renda produzida pelo camponês? Qual o grau de expropriação do produto do trabalho e como ela é feita? Essas são algumas das perguntas abarcadas nesse equilíbrio para podermos entender a autonomia e a dependência das unidades.

O mesmo acontece quando a análise começa no nível macro, por exemplo, quando perguntamos como uma determinada formação político-econômica afeta o desenvolvimento rural. Então uma compreensão chayanoviana da unidade camponesa precisa ser incluída na análise porque os efeitos de uma formação político-econômica são mediados por produtores diretos que tentam avaliar os importantes equilíbrios dentro de suas unidades de produção de acordo com os parâmetros vigentes. (PLOEG, 2016, p. 76).

Nesse sentido, faz-se importante atentarmos para os poderes constituídos na sociedade capitalista, buscando entender qual a formação político-econômico atual e como as instituições delimitam a reprodução do campesinato.

A identificação do camponês enquanto uma classe social do modo de produção capitalista o leva a compreender melhor sua situação e sua luta diante da hegemonia

exercida por determinadas instituições. Sendo assim, questões como a participação em movimentos sociais, a sua autodenominação, enfim, sua condição na sociedade atual, é de grande importância para compreendermos como se dá esse equilíbrio nas unidades.

4.1.5 – O equilíbrio entre escala e intensidade

Esse equilíbrio se baseia no número de objetos ou instrumentos de trabalho (terra, animais etc.) e na produção por objeto de trabalho (força do trabalho). Uma especificidade da produção agrícola, como vimos na coprodução, é que os objetos de trabalho fazem parte da natureza, sendo ela central na relação entre escala e intensidade.

A centralidade da natureza afeta intensamente os processos agrícolas de trabalho e produção. Introduz variabilidade e uma certa imprevisibilidade e requer ciclos permanentes de observação, interpretação, adaptação e avaliação. (PLOEG, 2016, p. 113-114).

A força de trabalho, juntamente com os instrumentos de trabalho (ordenha, pá, foice, maquinários etc.) garantem que o processo de trabalho seja maleável a partir das condições naturais, podendo assim facilitar e aperfeiçoar o processo.

Nesse sentido, as combinações entre força de trabalho, instrumentos e objetos de trabalho garantem o aparato técnico necessário à coprodução. Existem, assim, diversas combinações entre esses três fatores, os quais serão medidas através da escala desses objetos e da intensidade do trabalho (reforçado a partir dos instrumentos).

Deve-se compreender que a alocação dos recursos para que se aumente a escala ou a intensidade é o que diferencia, em grande medida, a agricultura corporativa daquela exercida por campões e pequenos produtores.

A agricultura pode se desenvolver por meio da intensificação contínua, ou ela pode seguir um padrão diferente que diz respeito à ampliação da escala. E, claro, todos os tipos de formas intermediárias são possíveis. (PLOEG, 2016, p. 115-116).

Com visto, a relação quantitativa entre os objetos de trabalho e a força de trabalho para convertê-los em produtos finais úteis será necessária para a manutenção desse equilíbrio na unidade camponesa. “A intensificação se refere aos aumentos no rendimento e no processo pelo qual esses aumentos são alcançados”, já a escala “são os instrumentos usados, e, mais genericamente, das relações sociais de produção.” (PLOEG, 2016, p. 115).

4.1.6 – O papel da reciprocidade nas sociedades camponesas

Podemos observar como os equilíbrios estão direta ou indiretamente ligados por se tratarem de uma mesma dinâmica reprodutiva, à exemplo da relação entre as pessoas e a natureza e as possibilidades de trabalho, as relações entre dependência e autonomia e os recursos internos e externos, a escala e a intensidade da produção e a utilidade ou penosidade que se incorpora e etc. Para fins analíticos, os discutiremos nesse trabalho sempre de forma discriminada, porém, atentando para suas relações e interdependência.

Outro ponto importante são as críticas recebidas em razão do caráter “subjetivo” da abordagem chayanoviana, principalmente àquelas vinculadas aos materialistas. Em relação a essa crítica, sabe-se que não se analisa de forma estritamente subjetiva as unidades camponesas, visto que as ações e deliberações da família refletem e devem compreender a realidade material da propriedade (terra disponível, força de trabalho, renda, níveis de preço, acesso ao mercado).

A avaliação subjetiva não implica capricho e/ou desconexão das realidades materiais da vida. Pelo contrário, trata-se de levar em consideração tais realidades materiais, que muitas vezes podem ser adversas. A questão é que essas realidades materiais não impactam automaticamente – elas impactam por meio da observação ativa do agricultor, de sua interpretação e transformação em um curso de ação correspondente. (PLOEG, 2016, p. 53)

Apesar de também considerar os aspectos materiais estruturantes da unidade camponesa, a análise subjetiva se faz necessária em razão das diferenciações que essa unidade comporta em relação à empresa capitalista, como o não pagamento de salários ou a acumulação e o lucro.

Além disso, as formas como se dão os equilíbrios na unidade camponesa não são impostos de forma deliberada por agentes econômicos externos, mas sim são trabalhados internamente a cada propriedade. “Os sujeitos conhecedores e capazes coordenam os diversos equilíbrios implícitos dentro da família e da propriedade de maneira experimentada, testada e orientada para seus objetivos.” (PLOEG, 2016, p. 54-55).

Em suma, a avaliação subjetiva é intrínseca à agricultura. Talvez o cálculo marginal associado seja tabu dentro de determinadas correntes teóricas ou entre tendências políticas específicas. Mas e daí? Assim temos de ajustar as teorias ou redefinir a posição política. Não é possível pedir que os camponeses evitem fazer cálculos sofisticados e mantenham o olhar aguçado

em seus interesses e perspectivas. Essa atitude equivaleria a convidá-los para serem os bobos de sua própria corte. (PLOEG, 2016, p. 55).

A reciprocidade nas sociedades e organizações camponesas, como as comunidades e povoados, pode ser identificada como um princípio que regula, em grande medida, sua capacidade de reprodução e a garantia dos seus equilíbrios em níveis satisfatórios.

Em um prefácio esclarecedor sobre o papel da reciprocidade nas sociedades camponesas (SABOURIN, 2011), Ploeg demonstra como esse princípio perpassa as várias relações do camponês com o seu entorno e à sua vida cotidiana. Para ele, “a agricultura é, desde tempos antigos, inserida, incorporada em uma ampla gama de relações recíprocas”, as quais não se vinculam apenas com as interações entre homem e à natureza, mas também dentro da própria família camponesa (pai, mãe, filhos, avós, tios, etc.), entre as gerações (avós trabalharam para os pais, que trabalham para os filhos e assim por diante), entre os vizinhos (ajuda mútua, mutirões, trocas), as inter-relações ao nível da comunidade (proteção, reivindicações, serviços) e em nível de mercado (mercado regional, venda direta em circuitos curtos).

Apesar de estarem fortemente ameaçadas após a modernização agrícola e a liberalização e globalização, as relações de reciprocidade, de acordo com o autor, ainda é responsável por garantir a manutenção das famílias camponesas no mundo.

Elas continuam desempenhando um papel importante dentro da família, entre as gerações e até entre vizinhos, mediante antigas e também renovadas formas de cooperação. [...] Em suma: a maior parte da resiliência da agricultura de hoje reside nessa reserva de relações recíprocas escondidas. A negligência, no entanto, desse recurso estratégico pode ameaçar seriamente a própria continuidade da produção e do abastecimento de alimentos no planeta. (PLOEG in SABOURIN, 2011, p. 12).

Como destacado por Ianni (2016), essas e diversas outras premissas vinculadas ao campesinato conservam características que poderiam reorientar a sociedade como um todo, pois sua organização, baseada na reciprocidade, reveem questões as quais a própria sociedade capitalista se desvincula, visto o caráter lucrativo e de troca estabelecido com a terra.

Em essência, o seu caráter radical está no obstáculo que representa à expansão do capitalismo, na afirmação do valor de uso sobre o valor de troca, sobre a mercadoria, enquanto tal, sobre o trabalho alienado, na resistência da transformação da terra em monopólio, na afirmação de um modo de vida e trabalho que tem evidentemente uma conotação comunitária. Uma

organização em que a participação do todo é de outro tipo e em que a distribuição do produto material e espiritual é de outro tipo.

Nesse sentido, há na comunidade camponesa ou nas formas camponesas de viver e trabalhar uma sugestão ou uma metáfora do que poderia ser o modo futuro de organizar a sociedade. (IANNI, 2016, p. 65).

O território camponês, portanto, segue uma lógica que se comporta como verdadeiros “contra-espacos” (HAESBAERT, 2002) dentro mesmo do modo de produção capitalista. A interdependência entre os diversos fatores que compõem seu território, seja em relação à sua representatividade cultural (símbolos, identidades), ou mesmo sua materialidade (terra, trabalho, consumo), são considerados para que se busque um equilíbrio ótimo da unidade. Identificar os diversos fatores considerados nessa busca, bem como as adaptações diante da realidade vivenciada atualmente, se faz necessário para compreendermos a produção do território camponês, suas aspirações e a importância de sua manutenção para a realidade observada hoje no campo brasileiro.

A lógica empregada pela agroindústria sucroenergética na comunidade Boa Esperança, faz com que as unidades camponesas ali existentes se reorganizem, busquem novos equilíbrios para resistirem e se manterem, reterritorializando-se a todo o momento.

Para focarmos nossa discussão sobre a produção do território camponês e suas territorialidades, faz-se necessário o entendimento desse mundo rural contemporâneo, bem como suas expressões frente aos novos tempos, o que propomos discutir no item seguinte, refletindo sobre o rural e as ruralidades no mundo atual, o campesinato e seu caráter de resistência frente ao modelo capitalista.

4.2 – As ruralidades do mundo contemporâneo

Mas, que rural é esse que estamos falando? Onde se dão esses equilíbrios e como eles são repensados e reavaliados pelo camponês a partir de uma lógica que afeta diretamente a organização das unidades? Essas características estão diretamente vinculadas à constituição do rural brasileiro, das dinâmicas impostas pelas instituições que gerem esse espaço e do desenvolvimento rural proposto a partir da hegemonia de grandes grupos econômicos.

As definições de rural podem se diferenciar bastante em razão das características que esse espaço assume em diferentes contextos regionais ou global. As relações campo-cidade possibilitam definir o rural a partir de suas funções, e não somente através de sua localização em ambiente que não seja um aglomerado urbano. Podemos então falar de urbanidades e ruralidades, e de um relativo comanda das cidades sobre os campos, o que no Brasil se acelerou após a década de 1950 (modernização da agricultura e industrialização).

As mudanças ocorridas nos últimos sessenta anos no campo brasileiro nos fazem perceber o caráter mutável de suas relações e da importância da agricultura para a economia capitalista (acumulação e concentração de riqueza), com a valorização dos recursos e da tendência a um circuito cada vez mais fechado de produção de *commodities* (Complexos Agroindustriais).

Sobre esses aspectos, Wanderley (2009) salienta que

[...] a dinâmica das sociedades modernas, constituídas com o desenvolvimento do capitalismo, está centrada, fundamentalmente, na importância que nelas assumem os processos de industrialização e de urbanização. Dois olhares se debruçaram sobre estes processos. Um primeiro que percebeu neles o desaparecimento completo das sociedades rurais/campesinas; a agricultura se tornaria, neste caso, um mero campo de aplicação do capital, à semelhança de qualquer outro setor passível de investimento; sob esta ótica, assistir-se-ia à progressiva decomposição do campesinato e à constituição das classes sociais do capitalismo no campo; o camponês teria se tornado um agricultor – referido, não mais a um modo de vida, mas a uma profissão específica – e um cidadão como qualquer outro. (WANDERLEY, 2009, p. 205).

A partir desse ponto de vista, o camponês, com o desenvolvimento do capitalismo no campo, estaria fadado ao desaparecimento, se tornando, assim, meros trabalhadores de uma profissão que se daria nos espaços rurais. Observa-se que o mundo rural, para essa corrente, segue a mesma tendência do próprio campesinato: o desaparecimento. O rural seria, assim, um braço da indústria urbana, que não apenas o transforma, mas sim o extingue e não o considera como um espaço de vida. Seria então a “uniformização” da sociedade, promulgando o fim de certos grupos ou espaços. (WANDERLEY, 2009, p. 205).

Porém, há outro olhar sobre esses mesmos processos, o qual o presente trabalho se filia e propõe discutir o rural contemporâneo.

Sob esta outra perspectiva, as profundas transformações resultantes dos processos sociais mais globais – a urbanização, a industrialização, a modernização da agricultura – não se traduziram por nenhuma “uniformização” da sociedade. [...] A modernização, em seu sentido mais amplo, redefine, sem anular, as questões referentes à relação campo/cidade, ao lugar do agricultor na sociedade, à importância social, cultural e política da sociedade local, etc. (WANDERLEY, 2009, p. 205).

Consideramos assim uma constante e persistente autonomia relativa dos sujeitos do campo, das localidades onde esses processos avançam com grande força. O rural, assim, seria um espaço múltiplo, com uma crescente e resistente diferenciação cultural, nos modos de vida e de trabalho. As mudanças estão ocorrendo, porém, não completamente.

Nesse sentido, o rural não se enquadra numa zona de fronteira geográfica, sem especificidades e apenas necessária em relação à produção urbano-industrial. Pelo contrário. Por se constituírem como “contra-espacos” em várias de suas expressões, dentro da lógica hegemônica capitalista, as alternativas e a busca por outra racionalidade se faz presente em seu cotidiano, e suas estratégias resultam em uma gama extremamente variada de reprodução social. Os sinônimos a ele vinculados, como atraso e periférico ao urbano, são substituídos por outras perspectivas.

A pesquisa deve se interrogar sobre os sentidos que os atores sociais atribuem a determinados comportamentos, passando a encarar o “rural” a partir de dentro, percebendo a ruralidade como um fenômeno cultural historicamente forjado. (CARNEIRO, 2012, p. 34).

As expressões territoriais daqueles sujeitos do campo, seja através da vida em comunidade, da fuga do mercado capitalista, das ajudas mútuas, da reciprocidade em relação à natureza, aos familiares, aos vizinhos e às gerações futuras, são o que podemos considerar como ruralidades. Elas se diferenciam no tempo e no espaço, inerentes aos equilíbrios camponeses, pois

O personagem principal desse mundo rural é o camponês, cuja atividade e o modo de vida constituem o núcleo central da sociedade assim constituída. Outros atores sociais, como os artesãos e toda a gama de “mediadores” convivem com os camponeses, assegurando, através de uma certa divisão social do trabalho, a reprodução da autonomia relativa da coletividade local. Uns e outros tem como referência identitária a própria comunidade rural. Assim, tradicionalmente, a agricultura constituiá o elemento configurador central do espaço rural e os agricultores, mesmo habituados a conviver com outros indivíduos e categorias sociais, sempre foram percebidos como o esteio econômico, social e cultural do meio rural. (WANDERLEY, 2009, p. 207).

Percebemos que as ruralidades contemporâneas, ou os modos de viver e pensar o rural, são constantemente revistas em razão do modelo predominante e das visões que se buscam implantar em relação ao rural. Na atualidade, vemos certa “romantização” do camponês ou da vida no campo, onde a agricultura se distancia cada vez mais de sua vida, ficando ela a cargo das empresas capitalistas.

O que se sabe é que essa não é a verdadeira expressão do rural brasileiro, que apesar de estar fortemente subordinado à lógica corporativa do *agrobusiness*, principalmente a partir da industrialização da agricultura e da constituição dos Complexos Agroindustriais, a multiterritorialidade dos camponeses os colocam como atores principais e agricultores responsáveis por abastecer grande parte da população mundial.

Sendo assim, consideramos as ruralidades contemporâneas como resultado de um embate constante entre a agricultura camponesa e a agricultura capitalista, a qual uma delimita a outra, resiste à outra, e de onde emergem novas expressões inerentes a esse conflito. Em alguns sentidos, vemos a “vitória” de uma sobre a outra, o sucesso na imposição de uma lógica que garanta o poder político e econômico de seus representantes.

Com as relações campo-cidade se mostrando cada vez menos específicas, e aqueles processos antes presentes apenas nos aglomerados urbanos, hoje adentrando o campo e transformando as relações sociais, políticas e culturais entre os povos que ali vivem, essas imposições se tornam cada vez menos perceptíveis. Por vezes, não se define com clareza o papel do rural e do urbano na sociedade moderna, ou como são compostos, por quem, e onde se inserem na economia atual.

Faz-se necessário o olhar atento à dinâmica da agricultura moderna, que incorpora uma nova racionalidade e transmutam as visões de progresso, de desenvolvimento e do próprio rural. A definição de rural e as opções metodológicas para sua análise vão de acordo com tais premissas.

Por toda parte estamos envolvidos com novos termos entre a terra e o trabalho, novos conflitos, ou o aguçar dos velhos conflitos entre antigos e novos personagens rurais ou “no campo”. Uma racionalidade centrada no lucro, na competência especializada e na competição legitimada como uma forma quase única de realização do “progresso”, quebra o que resta ainda de visões e vivências tradicionais de tempo-espacô rural, e de modos de vida a

que se aferram ainda os índios e os camponeses. (BRANDÃO, 2009, p. 34-35).

Diante dessa perspectiva, não é de se surpreender o fato de as cidades desempenharem papel fundamental para o “progresso”. É ali que se instalaram as principais indústrias, os principais fornecedores de insumos, de matérias-primas, empresas de logística e fornecedoras de serviços, enfim, a cidade seria o centro, onde se concentra e se gerencia a produção, cabendo ao rural seguir os ditames da economia urbana.

Como opção metodológica, falaremos de manifestações do “rural” e do “urbano” que não se delimitam apenas ao espaço em que estão inseridos, mas sim à lógica e aos modos de vida característicos dos territórios constituídos nas cidades ou no campo.

Nesse contexto, as categorias rural e urbano não designam espaço ou propriedades empiricamente observadas, mas representações sociais. Assim, chegamos à desnaturalização das referências empíricas que sustentam essa dualidade, tornando possível reconhecer experiências e relações sociais tidas como rurais, mas que se manifestam em espaços considerados urbanos. Nesses mesmos termos, o rural pode ser, em alguns contextos, expressão da tradição, da autenticidade das relações interpessoais, do simples, do atraso, como também pode, através de uma reelaboração simbólica por parte dos atores sociais, conter ícones da modernidade e ser expressão de uma modernização que se realiza em espaços tipicamente urbanos. (CARNEIRO, 2012, p. 41).

Para tanto, podemos falar então de ruralidades no urbano e de urbanidades no rural. Se o que caracteriza as sociedades rurais são sua identidade, sua representação, sua forma de lidar com a natureza e suas relações sociais típicas, não poderíamos dizer que, mesmo vivendo na cidade, um camponês não conserva seu estilo de vida e um modo de ser “rural”? Sobre essa visão, Carneiro (2012) salienta que

Já que as culturas podem ser exercidas em diferentes territórios a partir da comunicação e da mobilidade, é possível falar da expressão de identidades urbanas em espaços tidos como rurais e vice-versa. Em outras palavras, a desterritorialização da cultura nos permite pensar a ruralidade como um espaço onde o urbano também se constitui em elemento definidor da identidade de atores coletivos. (CARNEIRO, 2012, p. 47).

Portanto, não trabalharemos com a perspectiva de culturas ou modos de vida rurais e urbanos estanques, “puros”. Eles não são acabados e se reproduzem em ambientes diferentes daqueles a que foram construídos, se permutando a partir do contato com “o outro”.

Consideremos os camponeses que viveram na comunidade Boa Esperança durante toda a vida. Alguns deles foram forçados a se mudarem para as cidades próximas, porém ainda sendo sujeitos do mundo rural, camponeses acima de tudo. Apesar de viverem e estarem sujeitos a uma mudança severa nas suas representações e símbolos culturais, e já estarem mudando de vez os seus modos de vida, para ele e para suas futuras gerações, a condição de camponês o coloca para além de um mero morador citadino. Suas ruralidades ainda são expressas sempre que entram em contato com algo tipicamente urbano. Os simbolismos e as relações interpessoais são um bom exemplo desse processo.

O processo inverso, como no caso da agroindústria canavieira abarcar grande parte dos moradores da comunidade, especializando-os para o trabalho na usina (podendo falar, assim, de uma urbanidade no rural), percebe-se que se mantém, acima de tudo, uma possibilidade, ainda que remota, de retorno ao “trabalho na roça”. A ação vertical da usina na comunidade não garante a mudança nos anseios, nas aptidões, nos valores e na perspectiva de trabalho e renda do camponês.

A partir do entendimento desse rural, e de como o concebemos em nossa análise, partiremos então para a compreensão das formas de resistência camponesa frente às imposições oriundas desse “novo rural brasileiro”, conceitualizando-o e caracterizando as ruralidades inerentes a sua reprodução.

4.3 – A resistência camponesa e suas ruralidades

Campesinato é o conjunto de famílias camponesas existentes em um território. As famílias camponesas existem em territórios, isto é, no contexto de relações sociais que se expressam em regras de uso (instituições) das disponibilidades naturais (biomas e ecossistemas) e culturais (capacidades difusas internalizadas nas pessoas e aparatos infraestruturais tangíveis e intangíveis) de um dado espaço geográfico politicamente delimitado. (COSTA; CARVALHO, 2016, p. 23).

Delimitar o que é campesinato (ou camponês) perpassa pela capacidade de aferirmos seu território à representação material e simbólica do espaço, pois é a partir dela que seus modos de vida se estabelecem. Podemos falar então de múltiplos territórios camponeses, os quais se entrelaçam a partir de um único objetivo: sua reprodução enquanto classe, mesmo que de forma “involuntária”.

Os aspectos voltados ao campesinato, portanto, expressam, de variadas formas, suas identidades rurais, as ruralidades intrínsecas às suas perspectivas e aspirações. De acordo com Moreira (2005)

A possibilidade de existência de uma identidade requer a existência de outras identidades, tal é essa contingência do relacional. O uno requer o diverso, o indivíduo só existe na relação social. A identidade rural requer a existência do não-rural. Nesse sentido, as ruralidades só podem existir e serem pensadas a partir de suas relações com algo que a cultura significa como não-rural. Esses processos são ao mesmo tempo produtores de auto-conhecimentos e de mútuo reconhecimento e como processos sociais carregam as assimetrias de poder dos contextos sociais em que são produzidos. (MOREIRA, 2005, p. 19).

Podemos pensar, assim, em diversos polos capazes de desenvolver identidades, e que por vezes consideram inferiores outras expressões culturais e sociais. Na entrevista 03, realizada na Usina Cerradão, podemos observar a forma com que esse vetor identitário é empreendido no território.

Não podemos ser contra o progresso. Se não tiver o rico quem vai produzir? Tem que ter o rico. Veja as estradas para a comunidade, veja as pavimentações. Não tem mais poeira, não tem barro. Pergunte lá na comunidade quem é contra esse progresso, quem é contra a melhoria das condições pra eles. (Entrevista 03, Agosto de 2017)

A modernidade aferiu importância demasiada à lógica industrial e urbana, o que resultou em concepções de rural pré-conceituosas, para as quais as ruralidades ou identidades rurais estariam em oposição aos sentidos atribuídos ao urbano, sendo ele “atrasado, tradicional, rústico, selvagem, incivilizado, resistente a mudanças e etc.” (MOREIRA, 2005, p. 19).

Para Wanderley (2009), o principal representante do rural subalternizado é o camponês, o qual tem na comunidade a centralidade de suas relações e o estabelecimento de vínculos representativos.

O personagem principal desse mundo rural é o camponês, cuja atividade e o modo de vida constituem o núcleo central da sociedade assim constituída. Outros atores sociais, como os artesãos e toda a gama de “mediadores” convivem com os camponeses, assegurando, através de uma certa divisão social do trabalho, a reprodução da autonomia relativa da coletividade local. Uns e outros tem como referência identitária a própria comunidade rural. Assim tradicionalmente, a agricultura constituía o elemento configurador central do espaço rural e os agricultores, mesmo habituados a conviver com outros indivíduos e categorias sociais, sempre foram percebidos como o esteio econômico, social e cultural do meio rural. (WANDERLEY, 2009, p. 207).

Com as mudanças empregadas pela agroindústria, essa agricultura deixou de constituir o chamado “esteio” do meio rural. As relações verticalizadas no espaço reconfiguram o território a partir de demandas exteriores ao local e tal identificação com a agricultura, para grande parte da população rural, já não existe mais.

Porém, a efêmera manutenção de identidades rurais (em localidades sujeitas à reprodução do capital) faz com que o campesinato se reestruture, mas não perca sua identificação, como concebido por alguns autores que serão discutidos posteriormente. Para melhor entender essa relação e o conceito de camponês o qual adotamos, Marques (2004, 2016), Ploeg (2006, 2016), Costa e Carvalho (2016), Wanderley (2001, 2009), Shanin (2008, 1979), Paulino e Almeida (2010), Wortmann (1990, 2004) e Tedesco (1999) dentre outros, nos oferecem contribuições importantes nesse momento.

Para Marques (2004), o campesinato é estruturado a partir de relações de solidariedade, e é nesse sentido que ela demonstra a ordem moral o qual ele é estabelecido, a partir de elementos basilares que estão presentes durante toda sua reprodução.

Entende-se modo de vida camponês como um conjunto de práticas e valores que remetem a uma ordem moral que tem como valores nucleantes a família, o trabalho e a terra. Trata-se de um modo de vida tradicional, constituído a partir de relações pessoais e imediatas, estruturadas em torno da família e vínculos de solidariedade, informados pela linguagem de parentesco, tendo como unidade social básica a comunidade. (MARQUES, 2004, p. 145).

A família constitui o aparato para a reprodução social do camponês, visto que é a partir dela que seus equilíbrios internos se forjam. O balanço trabalho-consumo é dado a partir da capacidade de cada membro em aferir trabalho, e o consumo dentro da unidade camponesa delimita os ciclos produtivos.

Essas especificidades levam a identificação do chamado *ethos* camponês, que de acordo com Brandão (2004) é justamente o “modo de ser que se traduz numa ética de reciprocidade entre pessoas e a natureza, pessoas que são do mesmo ciclo do cosmo e essas pessoas e o mundo dos outros” (BRANDÃO, 2004, p. 129).. Ainda em relação a esse autor, ele aponta que essa campesinidade não seria caracterizada apenas por essa ética e identidade, mas também por uma cumplicidade e afetividade.

As bases do campesinato estão vinculadas a solidez das relações pessoais entre os membros comunitários, entre os camponeses. Isso leva a configuração de aspectos de

classe, de interesses comuns entre tais membros como forma de enraizamento e representação diante do desenvolvimento homogeneizante do capital e a alienação do trabalho.

O território camponês é o lugar da realização de um presente não ausente, onde a mediação das abstrações é relativizada, dando vez a uma inserção mais imediata das pessoas no munda da vida. É o lugar da apropriação, do uso e da realização do trabalho não alienado. O reconhecimento do direito de controle do território para as comunidades que nele habitam é um passo fundamental no sentido de assegurar a possibilidade de reprodução de suas condições de vida e, com isso, caminharmos na direção de uma sociedade mais justa. (MARQUES, 2004, p. 155).

Porém, esses territórios se apresentam, por vezes, em conflito a partir da territorialização de diferentes agentes econômicos, sendo ameaçada a perspectiva expressa pela autora. Dentre os principais desafios do campesinato no século XXI, está justamente sua capacidade de territorializar-se diante do contexto em que ele está inserido, a saber: o meio técnico-científico-informacional e a supremacia técnica das atividades agroexportadoras, os quais o agronegócio é o principal representante. As mudanças estruturais oriundas da modernização agrícola e dos Complexos Agroindustriais forçaram novos arranjos na atividade camponesa, e sua resistência se baseia, hoje, em grande parte pela delimitação do seu território diante do avanço de monoculturas como a soja, o milho ou a cana-de-açúcar.

O camponês, enquanto unidade familiar de produção e de consumo, assim como o campesinato, enquanto classe social em construção, enfrentam desafios fundamentais para garantir a sua reprodução social numa formação social sob a dominação do modo de produção capitalista: o camponês, para a afirmação da sua autonomia relativa perante as diversas frações do capital; campesinato, para a construção de uma identidade social que lhe permita constituir-se como classe social e, portanto, como sujeito social na afirmação de seus interesses de classe. Ambas, a afirmação da autonomia relativa camponesa como a construção do campesinato como classe social se inter-relacionam numa dinâmica social marcada por relações de poder em disputa. (COSTA; CARVALHO, 2016, p. 28)

Nesse sentido, a sobrevivência camponesa e sua autonomia passam inevitavelmente pela condição ameaçadora a qual o capital agroindustrial incide sobre seus territórios. Tal condição, por vezes delimita sua capacidade de existência diante da relação com o capital, responsável por expulsar um grande número de camponeses do campo em meados do século XX, mas que salienta sua importância a partir da necessidade de produção de mercadorias, por exemplo, para abastecimento de mercados regionais. No próprio desenvolvimento do capitalismo no campo, identifica-se a impossibilidade de supressão da atividade camponesa.

Ploeg (2006) saliente a importância da coprodução para o funcionamento adequada da economia camponesa, sendo essa uma “interação mútua entre homem e natureza viva e, de forma geral, entre o social e o material. Na coprodução, e através dela, o social e o material são mutuamente transformados”. (PLOEG, 2006, p. 22). De acordo com ele, ela se articula de forma específica com o mercado, sendo uma parte vendida para os mercados regionais, outra consumida diretamente pela família camponesa, e ainda uma terceira parte que alimentará o próximo ciclo de produção.

Para ele

Esta luta pela autonomia, que o campesinato compartilha com muitas outras categorias sociais, articula-se, no caso específico do campesinato, como processo contínuo de construção, aperfeiçoamento, ampliação e defesa de uma base de recursos autocontrolada, sendo a terra e a natureza viva (cultivos, animais, luz solar, água) suas partes essenciais.

Com esses recursos (que não se restringem apenas aos recursos naturais, mas que incluem um amplo leque de recursos sociais, como, por exemplo, conhecimento local, redes sociais, instituições específicas), os camponeses se inserem na co-produção. [...] Um certo distanciamento em relação ao mercado é frequentemente um pré-requisito para um funcionamento econômico adequado.(PLOEG, 2006, p. 20-21).

A agricultura camponesa, apesar de se vincular ao mercado em alguns aspectos, se estabelece e configura a partir de uma lógica outra, ligada ao núcleo familiar e à produção, muitas vezes, para o auto consumo. O território camponês, assim, resiste às mazelas do livre mercado, porém sua produção se faz necessária ao abastecimento daqueles mercados onde a produção capitalista não está diretamente vinculada, visto que ela, majoritariamente, produz *commodities*.

Essa pequena aproximação com o mercado capitalista levou alguns autores a entenderem que o campesinato, visto aqui como modo de vida tradicional, se metamorfoseou, distinguiu-se daquele anterior ao avanço do mercado capitalista e, portanto, não é mais visto como tal.

Lamarche (1993, 1998) e Abramovay (1992) são autores que defendem o uso do conceito de agricultura familiar em detrimento de camponês. Para abarcar essa nova realidade, o segundo propõe

[...] um novo paradigma para se compreender o desenvolvimento do capitalismo na agricultura, que tem na agricultura familiar um de seus mais importantes fundamentos. Para ele (1992, p. 127), o agricultor familiar moderno corresponde a uma profissão, diferentemente do campesinato, que constitui um modo de vida. Enquanto este último apresenta como traço básico a integração parcial a mercados incompletos, o primeiro representa um tipo de produção familiar totalmente integrada ao mercado, sem apresentar

qualquer conflito ou contradição em relação ao desenvolvimento capitalista. O autor salienta ainda a natureza empresarial, o dinamismo técnico e a capacidade de inovação como traços da forma contemporânea de produção familiar. (MARQUES, 2016, p. 43).

Nem a integração parcial, nem o dinamismo técnico, ou mesmo a capacidade de inovação nos leva a crer na dissolução do campesinato e sua transformação em agricultura familiar. Entendemos ser esse o mesmo sentido empregado pelos marxistas clássicos no desenvolvimento do capitalismo na Rússia, visto que não vislumbraram, assim como Abramovay, a capacidade de renovação nata à classe camponesa. Quando tem-se trabalho assalariado e uma natureza minimamente empresarial, podemos considerar modificações que são consistentes à sua teoria, porém, a categorização de todos os camponeses em um leque de agricultores familiares nos parece uma recorrência a mesma generalização empreendida pelos marxistas do início do século XX.

De outro lado, Lamarche (1998) reitera a categoria de produtor rural e agricultor familiar moderno a essa nova roupagem do camponês.

Na classificação elaborada por este autor, a categoria agricultura familiar moderna se diferencia da agricultura camponesa pela diminuição do papel da família na produção. A agricultura camponesa aparece em sua classificação como equivalente à produção de subsistência, apesar de o autor reconhecer que uma análise mais profunda revelaria as diferenças existentes entre produção camponesa e produção de subsistência. (MARQUES, 2016, p. 47).

Observa-se como soa um tanto contraditória essa abordagem a qual aloca o campesinato à produção de subsistência, visto que, em momentos posteriores, o próprio autor assume a diferença entre camponês e esse tipo de agricultura. Entendemos que apesar das metamorfoses relacionadas ao mercado e ao núcleo familiar, os modos de vida e a relação com a terra, com o trabalho e com o território se mantém.

Não concordamos com as perspectivas expostas por tais autores, pois a base familiar e os modos de vida não se expressam apenas na sua relação com o mercado capitalista, mas sim a partir das relações comunitárias, seus valores e sua ética comum, algo que agricultores familiares podem não expressar no mesmo sentido.

Diante disso, entendemos que o campesinato se estabelece também na luta pelos seus direitos e manutenção dos seus modos de vida e expressões a partir da relação com o outro – indústria capitalista - do contato, da disputa. Na comunidade Boa Esperança, ao contrário do que foi expresso na entrevista 03, o “progresso” não foi

benéfico para os camponeses, e as dificuldades são cada dia mais presentes mesmo com as vias pavimentadas e a “urbanização” do meio rural daquela localidade.

Diante das considerações expressas até aqui, apresentaremos na seção seguinte a condição atual da agricultura capitalista e camponesa na comunidade, a primeira representada majoritariamente pela agroindústria canavieira (Usina Cerradão), e a segunda por pequenos produtores que tem como base de reprodução a família e o trabalho na terra, para a terra, com a terra.

Descreveremos a avanço do setor sucroenergético nos últimos anos, bem como os equilíbrios das unidades camponesas frente a esse processo, através dos parâmetros descritos na seção 2.

5 – EQUILÍBRIOS DA UNIDADE CAMPONESA ENQUANTO ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL NA COMUNIDADE BOA ESPERANÇA

5.1 – Contextualizando a comunidade Boa Esperança

Ao analisarmos a atual conjuntura da produção agrícola na comunidade Boa Esperança, notamos que as tendências averiguadas no início do se confirmaram em diversos pontos. Com o setor sucroenergético crescendo vertiginosamente, e a posterior instalação da Usina Cerradão no ano de 2006, presenciamos uma severa mudança no panorama da produção agrícola da comunidade, tanto aquela vinculada ao agronegócio, como também nas propriedades campesinas.

Em relação ao município de Frutal, das produções voltadas ao agronegócio, a sucroenergética foi a que mais cresceu e hoje domina os índices da produção de *commodities*. Ao compararmos os números dessa produção nos últimos anos, observaremos o crescimento da produção e da área de abrangência das lavouras de cana-de-açúcar em relação às outras culturas.

O quadro 06 demonstra como no ano posterior a instalação das usinas em Frutal (2007), o cultivo da cana-de-açúcar já demonstrava forte crescimento em relação aos anos anteriores, porém a soja ainda ocupava maior área.

Tabela 04 – Frutal (MG) – Produção agrícola, 2007

Culturas agrícolas	Área colhida (ha)	Quantidade produzida
Abacaxi	1 600	48 000 (1000 frutos)
Cana-de-açúcar	10 128	810 240 (t)
Laranja	6 500	130 000 (t)
Milho	5 500	33 000 (t)
Soja	26 000	78 000 (t)

Fonte: Produção Agrícola Municipal (PAM), 2007
Org.: MENDES, H. N., 2018

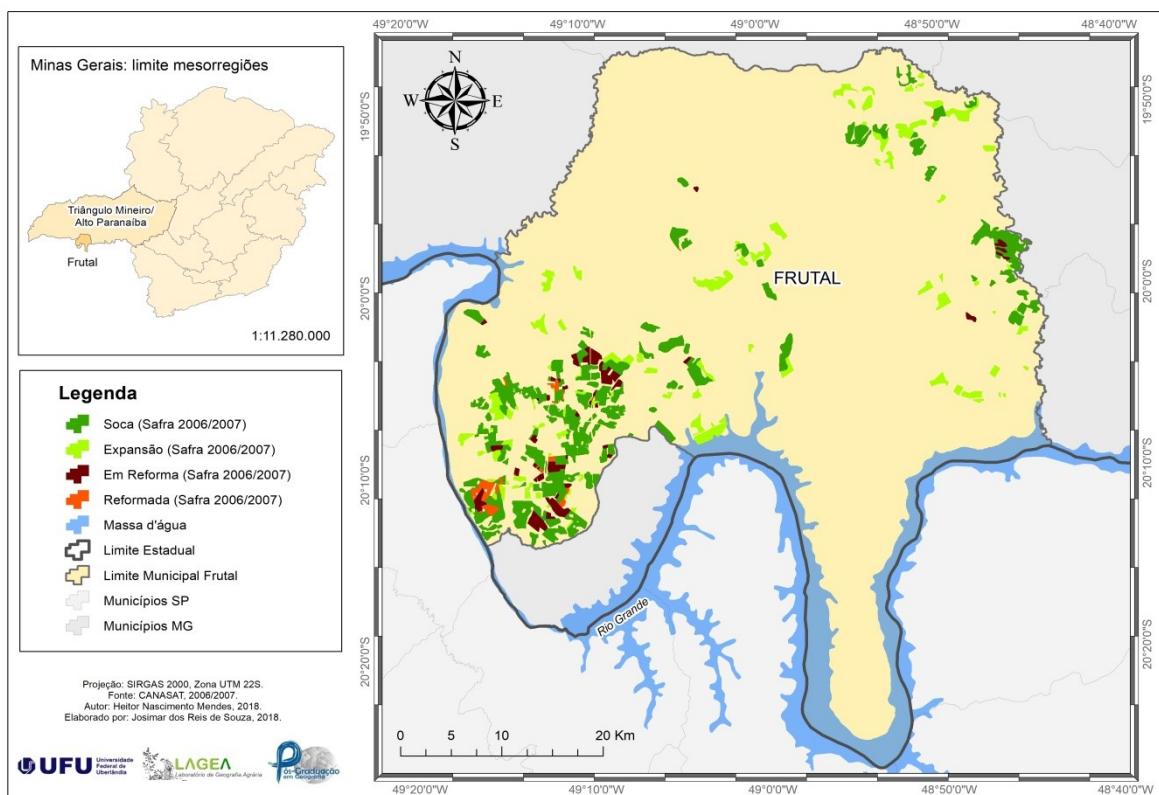
Nesse ano, a área cultivada de cana-de-açúcar no município já ultrapassava os 10.000 hectares, produzindo cerca de 810 mil toneladas (PAM, 2007). Nesse momento as duas usinas ainda não haviam entrado em operação, porém o processo de obtenção de terras e implantação da infraestrutura necessária à suas operações já se iniciara. O

cultivo era feito majoritariamente pelas usinas dos municípios limítrofes e por produtores que a revendiam em tais unidades, como é o caso do grupo Queiroz de Queiroz em Frutal.

Observa-se no mapa 04 que, no ano de 2007, as lavouras de cana-de-açúcar ocupavam majoritariamente a porção sudoeste do município, a partir dos municípios de Fronteira (MG) e Orindiúva (SP), e nordeste, a partir de Pirajuba e Campo Florido, ambos em Minas Gerais. Todos eles já contavam com a presença de uma usina, operando já há alguns anos.

Em Campo Florido, as operações da Usina Cururipe se iniciaram em 2002, sendo, portanto um empreendimento já consolidado e com expansão na obtenção de terras para além dos limites do município. Caso parecido ocorria com a Destilaria Rio Grande S.A., em Fronteira, que já operava desde o ano de 2007.

Mapa 04 – Frutal (MG) – Áreas ocupadas com lavoura de cana-de-açúcar, safra 2006/2007



Fonte: Base cartográfica IBGE, 2010.

Nota-se que as áreas em expansão das lavouras já representam parte significativa do total, porém nenhuma delas se encontra na porção noroeste do

município, local onde está instalada a Usina Cerradão (mapa 02) e onde poderemos observar grande aumento nos anos seguintes. As áreas em reforma e reformada denotam áreas utilizadas há certo tempo para essa finalidade.

Na safra 2009/2010, primeiro ano de operação efetiva da usina, a área colhida já havia triplicado, chegando aos 30 mil hectares, produzindo pouco mais de 2,5 milhões de toneladas (PAM, 2010). Nesse momento se consolidava o processo de territorialização das duas usinas do município, ambas em operação desde 2009.

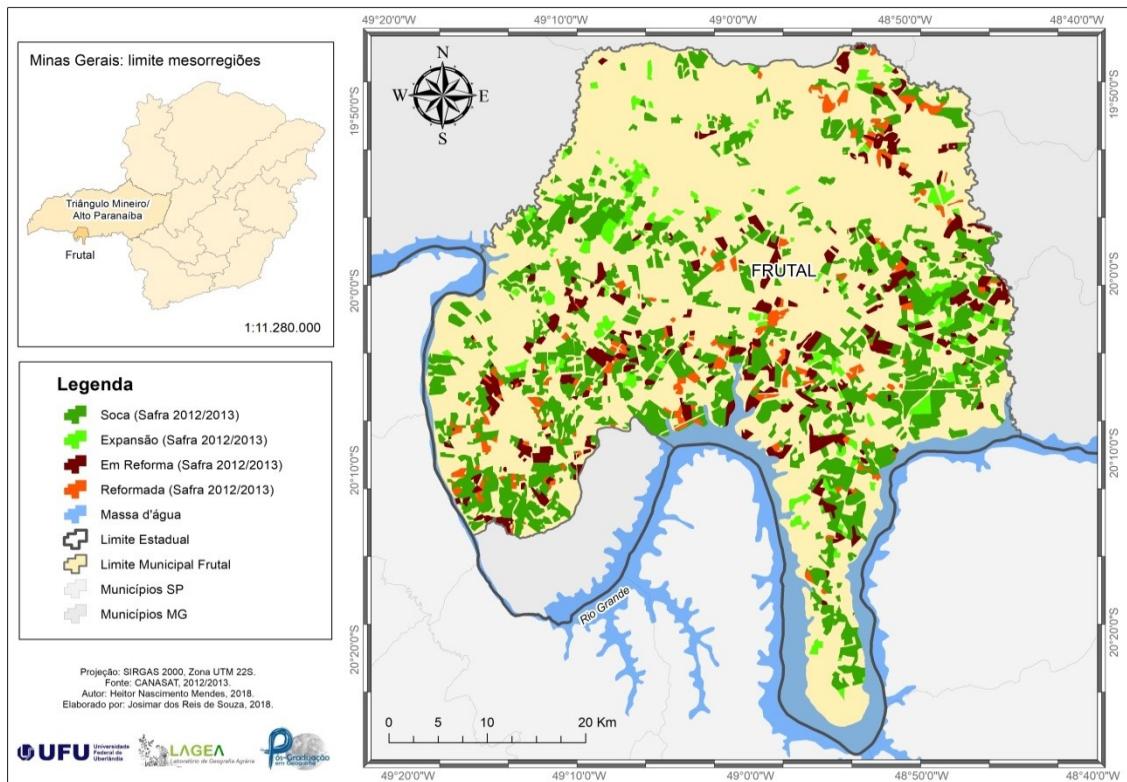
Nos anos seguintes o crescimento da produção de cana-de-açúcar e de sua produtividade foi vertiginoso. Na safra 2013/2014 a área colhida chegou a 62.140 hectares, e a quantidade produzida atingiu a marca de 5.084.800 toneladas (PAM 2014). No mapa 05 podemos notar a expansão das áreas em relação ao período de instalação das usinas.

A porção noroeste, onde se encontra a Usina Cerradão (mapa 02) apresenta áreas apenas em soca e em expansão, o que aponta para lavouras relativamente recentes, visto que um único plantio permite até seis colheitas consecutivas sem a necessidade de reforma, a depender de diversos fatores como clima, manejo ou disponibilidade hídrica.

As áreas onde se encontram as duas usinas (noroeste e sudeste do município) apresentam crescimento nas lavouras, o que denota a utilização dessas terras pelas próprias usinas, algo que não estava presente na safra 2006/2007 (mapa 04).

É importante ressaltarmos o avanço da degradação provocada pelas lavouras, visto que a aproximação aos corpos d'água, como o Rio Grande, e as áreas de vereda e de nascente, provocam grandes impactos para a população local, que muito criticam seu desparecimento e o consequente aumento da temperatura, que se soma a diminuição da vegetação nativa. Essa situação é extremamente relevante para as estratégias do campesinato e do trabalho conjunto com o meio ambiente natural que lhe é inerente, assim como de todas as populações tradicionais do Cerrado.

Mapa 05 – Frutal (MG) – Áreas ocupadas com lavoura de cana-de-açúcar, safra 2012/2013



Fonte: Base cartográfica IBGE, 2014

Foi por conta de um desses fatores naturais que a produção sucroenergética da região passou por uma crise durante as safras 2014/2015 e 2015/2016. Essa situação afetou não só as usinas do Triângulo Mineiro, mas também de diversas regiões do país, e está relacionada, entre outros motivos, ao longo período de estiagem e a diminuição da moagem na safra 2013/2014, além das alterações no preço do etanol no mercado internacional.

Nesse sentido, observamos na tabela 08 como a produção no município veio aumentando até esse momento, sofrendo leve queda nos anos posteriores. Porém, esse processo não foi representativo para a comunidade e para os camponeses, e longe de ser perceptível diante das mudanças já sentidas pelo avanço das lavouras e da territorialização da usina.

A contínua obtenção de terras e a consolidação do setor no município levaram a uma conjuntura que pouco mudou durante os anos de crise. Podemos falar, em realidade, ao agravamento da condição do camponês mesmo nesse período.

Tabela 05 – Frutal (MG) – Cana-de-açúcar – Área colhida e quantidade produzida – 2010-2016

Ano	Área colhida (ha)	Quantidade Produzida (t)
2010	30 689	2 455 120
2011	30 689	2 455 120
2012	49 000	3 825 000
2013	57 000	3 897 000
2014	62 140	5 084 800
2015	61 972	5 001 040
2016	61 972	5 001 040

Fonte: Produção Agrícola Municipal (PAM), 2018.

Org.: MENDES, H. N., 2018.

Como vimos, o cenário da produção sucroenergética aponta para uma situação totalmente nova para os camponeses da comunidade Boa Esperança. Diante das características do desenvolvimento do agronegócio no município de Frutal, que até a década de 1990 apresentava certa diversidade produtiva e abarcava, até certo ponto, a pequena produção, observamos uma (re)organização territorial que delimita de forma ainda mais marcante a reprodução do campesinato.

Nesse sentido, as estratégias são constantemente renovadas dentro de cada unidade camponesa, paralelamente a uma uniformização do campo a partir das lavouras de cana. A adaptação se faz necessária e o repertório se apresenta como diverso, com retomadas de certas estratégias, bem como a incorporação de novos elementos na produção, na cultura e em toda a organização comunitária.

Observamos nos quadros apresentados na seção 2 e nas entrevistas, que a produção de gêneros alimentícios como a mandioca, arroz, feijão, frutas e hortaliças, predominantemente produzidos por camponeses, vinham gradativamente diminuindo, em detrimento das lavouras de laranja e abacaxi, além da cana-de-açúcar, já produzida em larga escala. Concomitante a esse processo, percebemos, a partir dos relatos colhidos em campo que, mesmo a citicultura, que passara a se concentrar nas grandes propriedades, permanecia de forma desconcentrada nas pequenas propriedades durante as décadas de 1980 e 1990.

A partir da operação da usina, uma série de arrendamentos, compras e impactos diretos e indiretos do cultivo da cana passaram a ser identificados nas propriedades, e a relação do campesinato com o agronegócio toma outros contornos. Especificamente em relação à comunidade Boa Esperança, sua proximidade com a usina a faz ocupar lugar de destaque quando analisamos a interferência da produção canavieira nos territórios camponeses.

É muito perigoso morar ali. Olha, se aquela cana pega fogo eu não sei o que vai ser daquelas casas. Tá tudo cercado. Tem cana no quintal das casas. Se vem fogo com vento é perigoso não dá tempo nem de correr. E os aviões? Nossa, tinha dia que eu achava que ele cair na minha cabeça. Chegava a correr pra dentro de casa com medo. (ENTREVISTA 01, Agosto de 2017).

A angústia relatada pelo entrevistado, já residente na cidade de Frutal (MG), demonstra a realidade vivenciada hoje por grande parte dos camponeses que ainda vivem nas redondezas da Usina Cerradão. A camponesa em questão relata que dava a vida pela comunidade Boa Esperança, que tinha grande amor em realizar as festas, em ajudar os que necessitavam, enfim, em manter o espírito comunitário entre eles. As dificuldades em se manter aumentaram com os problemas de saúde do marido e o avanço da cana em seu quintal, a qual a impossibilitou de produzir seus alimentos.

O veneno mata tudo. Nada mais deu depois que começaram a passar aqui em cima. Os mamãozinhos nem crescem e já estão maduros, e se demorar muito apodrecem. As couve, os alface, tudo perdia alguns dia depois que o avião passava. Ai não dava pra ficar. O marido ficou doente, não tinha médico lá pra gente correr se precisasse, ai viemos embora. Mas eu ainda volto! Ô se volto! (ENTREVISTA 01, Agosto de 2017)

Os relatos voltados ao Ethrel⁸ são vários. Na Escola Municipal Odílio Fernandes, em uma única vez que a aeronave passou pela comunidade sem desligar o jato de veneno, foi perdido mais de 800 pés de alface, em uma horta que abastece grande parte da comunidade. O movimento na horta demonstra o aspecto comunitário ainda presente, o que de acordo com o zelador “é pra todo mundo”, e todos os dias muitas pessoas passam para pegar seu pé de couve, repolho, alface e temperos.

A residência a qual os camponeses entrevistados viviam está demonstrada na foto 01, hoje utilizada como oficina para as máquinas utilizadas na colheita da cana.

⁸ *Ethrel* é um regulador de crescimento do grupo etileno e tem como objetivo acelerar a maturação da cana e inibir o florescimento, além de proporcionar qualidade. O composto é aplicada nas lavouras através de aeronaves.

Podemos observar a proximidade com a área industrial da usina (ao fundo), e o “mar de cana” envolvendo a propriedade.

Foto 01 – Propriedade rural cercada pela cana-de-açúcar e Usina Cerradão



Fonte: Trabalho de campo na comunidade Boa Esperança – Frutal (MG), ago./2017.

Autor: GODOY, L. O. Ago./2017.

A usina Cerradão ocupa uma área cada vez maior desde sua instalação, no ano de 2006. De acordo com informações colhidas em campo, a perspectiva para os próximos três anos é de que praticamente se duplique tal área. Diversas propriedades estão passando pela mesma situação observada acima, o que dificulta e muitas vezes impossibilita, como ocorreu neste caso, a permanência na comunidade.

Na foto 02 podemos ter ideia da abrangência da área cultivada da cana hoje, juntamente com a planta industrial da usina. Aproximadamente 70.000 ha são utilizados para essa cultura atualmente, entre terras compradas e arrendadas. Para o Gerente de produção Agrícola da Usina (Entrevista 04), sobram terras e mão-de-obra na região, seja para arrendamentos ou para compra, algo que, portanto, não será um obstáculo para o avanço em outras propriedades.

Foto 02 – Parte da área cultivada da cana-de-açúcar e área industrial Usina Cerradão



Fonte: Trabalho de campo na comunidade Boa Esperança – Frutal (MG), ago./2017.

Autor: GODOY, L. O. Ago./2017

A quantidade de maquinários utilizados na produção também mudou o cotidiano da comunidade. No período seco, a poeira toma conta do ambiente, e a mínima quantidade de vegetação nativa agrava o problema, visto que o microclima na área é transformado, e as temperaturas, nitidamente, são maiores dentro do canavial.

Além do aspecto físico, os trabalhadores que constituem a mão-de-obra não especializada da usina, como no caso dos motoristas, em sua maioria são migrantes, o que transforma a percepção e a identificação dos moradores com a comunidade, visto que tais trabalhadores não estabelecem forte vínculo com a comunidade.

Em um ensaio sobre as relações entre os “estabelecidos e os outsiders”, ou os “de dentro” e os que estão de passagem, os “de fora”, Elias e Scotson (2000) demonstram como é delicado esse contato, cercado muitas vezes de pré-conceitos e relações identitárias que dificultam a aproximação entre os dois grupos. De acordo com ele, podemos observar

[...] uma clara divisão, em seu interior, entre um grupo estabelecido desde longa data e um grupo mais novo de residentes, cujos moradores eram tratados pelo primeiro como outsiders. O grupo estabelecido cerrava fileiras

contra eles e os estigmatizava, de maneira geral, como pessoas de menor valor humano. Considerava-se que lhes faltava a virtude humana superior – o carisma grupal distintivo – que o grupo dominante atribuía a si mesmo. (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 19).

É claro que Elias está demonstrando uma realidade fictícia para dar conta de sua explicação sociológica sobre a territorialização de novos grupos sociais, porém, assim como constatado pelos autores, podemos observar relações de não reciprocidade entre os grupos relacionados ao território da comunidade e da usina. Esse embate por vezes compromete a própria reprodução da comunidade, visto que muitos a veem hoje como um lugar perigoso, cheio de máquinas, de veneno, enfim, transformada pelo aspecto material e simbólico incorporados pela agroindústria.

Na foto 03 podemos observar alguns maquinários utilizados no transporte da cana. Observa-se aqui a importância da paisagem para a apreensão de aspectos sociais e territoriais, nesse caso, a redinamização das relações estabelecidas entre os moradores e os trabalhadores da usina. No bar da comunidade, por vezes se ouvia: “está chegando mais um caminhão, quem será?”. Na entrevista 01 foi apontado: “Quando chegavam os caminhões, tínhamos receio de irmos ao bar”. (DIÁRIO DE CAMPO, 2017).

Foto 03 – Tráfego de veículos no acesso entre a comunidade Boa Esperança e a Usina Cerradão



Fonte: Trabalho de campo na comunidade Boa Esperança – Frutal (MG), ago./2017.
Autor: GODOY, L. O. Ago./2017

Temos representado na foto 03 o trecho exato entre a comunidade e a usina. Em períodos secos, a quantidade de poeira é grande, e se soma ao tráfego intenso de veículos e maquinários

A poeira é demais. Na época da estiagem muita gente passa mal porque não chove por muito tempo. Eles até molham a estrada todos os dias, mas não adianta nada, se molha de manhã, depois do almoço já tá tudo seco de novo, ai a gente pede pra molhar mais, eles falam que vem mas é só um caminhão, acho que fica difícil. (ENTREVISTA 01, 2017).

Em contraponto a esse processo, no início de agosto de 2017, podemos fazer parte da festa de “São João”, realizada um tempo depois do mês de julho para que fosse comemorada juntamente com o início do semestre, pois, como constatado pela diretora, “os recursos estão escassos, mas não queremos deixar de realizar as festas. A burocracia também está dificultando a realização delas, mas ainda buscamos fazer, pelos alunos e pela comunidade” (Entrevista 03, agosto de 2017).

A foto 04 mostra diversos pais (principalmente camponeses e trabalhadores da usina) reunidos para a celebração. Houve quadrilha e danças tradicionais, comidas típicas, bingo. Podemos observar como esse tipo de atividade é importante para a manutenção das relações comunitárias antes mais presentes, mas que ainda (re)existem.

Foto 04 – Pais e familiares dos alunos na festa de “São João” – Escola Municipal Odílio Fernandes



Fonte: Trabalho de campo na comunidade Boa Esperança – Frutal (MG), ago./2017.
Autor: GODOY, L. O. Ago./2017

Apesar da permanência de algumas festividades, como àquelas vinculadas à escola e alguns terços realizados no natal e no feriado católico de Nossa Senhora Aparecida (12 de outubro), as quermesses, os torneios de futebol, ou mesmo as festas organizadas pelos próprios camponeses, praticamente deixaram de existir nos últimos anos, de acordo com os relatos colhidos nas entrevistas.

Quando adentramos as propriedades camponesas, acessamos informações importantes as quais nos apontaram para uma permanência e certo ressurgimento de estratégias produtivas as quais, nos primeiros anos da década de 2000, dados oficiais e as próprias entrevistas apontaram o contrário.

As culturas de milho e abacaxi estão presentes em várias das propriedades, algo ressaltado na entrevista 08. Uma das possibilidades encontradas por eles é justamente a tentativa de diversificar a produção, buscando novas oportunidades de renda e uma “fuga” daquelas culturas impactadas pelos métodos de plantio da cana, como algumas frutas e a pecuária de leite.

Foto 05 – Propriedade camponesa – Lavouras de abacaxi, milho e banana



Fonte: Trabalho de campo na comunidade Boa Esperança – Frutal (MG), jan./2018

Autor: GODOY, L. O. Jan./2018

Como podemos notar, a foto 05 apresenta as diferentes culturas agrícolas de uma das unidades analisadas. No primeiro plano à esquerda está o cultivo do abacaxi, no lado direito o milho, e logo mais abaixo à esquerda o cultivo de banana. Ao fundo

temos as lavouras de cana-de-açúcar, separadas da propriedade pela a área de preservação do córrego.

Em relação ao abandono de certas culturas e o investimento em outras, nos foi relatado em várias das entrevistas a impossibilidade de produzi-las em razão da intensa pulverização aérea na cana-de-açúcar. A produção do mamão está inviabilizada atualmente em razão desse processo, visto que os reguladores de crescimento e maturação da cana, aplicados na lavoura através desse processo, invadem a propriedade e afetam a produção, fazendo acelerar o amadurecimento das frutas mesmo elas não estando prontas para a colheita.

Outra produção bastante relevante para as propriedades camponesas da comunidade Boa Esperança é a mandioca. Cerca 70% dos entrevistados citaram essa produção como fonte de renda extra da família, porém alguns deles apontaram o cultivo do tubérculo como extremamente relevante diante das dificuldades enfrentadas pela pecuária de leite. Dentre os fatores que agravam essa situação estão o preço do litro de leite nas cooperativas, que não passa de 90 centavos, e principalmente a chamada “mosca-do-estábulo”, que se reproduz a partir da vinhaça⁹. O inseto impossibilita o gado de se alimentar em razão das picadas frequentes, causando diversas lesões, diminuição da produção de leite e até a morte do animal.

Nesse sentido, alternativas em relação à produção de leite são cada vez mais frequentes nas propriedades, visto que a situação se agrava. A Usina Cerradão Ltda. se compromete, em razão das diversas reclamações dos agricultores, a pulverizar as áreas afetadas, porém, a demora e as promessas não cumpridas os fazem desacreditar em tais compromissos. (DIÁRIO DE CAMPO, 2018).

A mandioca, assim como o abacaxi e o milho, é comercializada majoritariamente na rede urbana, nos municípios de Frutal e Itapagipe, este último distante cerca de 10 km da comunidade. Na foto 06 temos a produção de mandioca entremeada pela vegetação, a qual, como relatado na entrevista 13, serve como matéria orgânica e para melhoria na qualidade do produto. Além dessa produção, a propriedade em questão produz leite e alguns derivados (vendidos também na rede urbana), e o

⁹ Resíduo pastoso e malcheiroso que sobra após a destilação fracionada do caldo de cana-de-açúcar fermentado para a obtenção do etanol.

camponês tinha como renda extra o transporte escolar, realizado através de uma Kombi de propriedade da família.

É importante ressaltar que propomos fazer as entrevistas com camponeses que viveram toda a vida na comunidade, recebendo as propriedades majoritariamente por herança. Sendo assim, são famílias que tem uma relação íntima com a comunidade e todas as circunstâncias a que passou durante o avanço do agronegócio na região, e, portanto têm respaldo e conhecimento sobre o avanço do setor sucroenergético e da situação atual a que passa a comunidade e a pequena produção.

Foto 06 – Propriedade camponesa – Lavoura de mandioca



Fonte: Trabalho de campo na comunidade Boa Esperança – Frutal (MG), jan./2018

Autor: GODOY, L. O. Jan./2018

A partir dessa conjuntura, discutiremos a seguir os equilíbrios relativos à reprodução social e econômica daqueles camponeses que “viveram da terra” durante todo o período de avanço da cana-de-açúcar na comunidade (2006-2018), conforme estabelecidos por Ploeg (2016)¹⁰, atentando para o aspecto histórico do agronegócio na região, bem como da comunidade e da sua relação com a produção das *commodities*.

¹⁰ Para mais detalhes sobre os equilíbrios, consultar subitem 4.1: “A produção do território pelo campesinato”.

Consideramos que a busca do camponês por relativa autonomia em relação ao agronegócio canavieiro e, até certo ponto, ao Estado, se dá através das formas organizativas de suas propriedades. A partir do nível micro, procuramos traçar um panorama das potencialidades e das imposições a que estão sujeitos, bem como os elementos que os aproximem ou distanciem em seus multiterritórios.

Dividimos os equilíbrios em dois grandes grupos: os equilíbrios estritos, ou aqueles relacionados de forma mais restrita à própria dinâmica da propriedade, e os equilíbrios relativos, que recebem esse nome em razão das suas “conexões fora da porteira”, como o mercado, as forças produtivas, as políticas públicas dentre outras.

5.2 – Os equilíbrios camponeses na comunidade Boa Esperança

A análise dos equilíbrios aqui proposta terá foco na produção de dados específicos de cada unidade camponesa, buscando identificar as possíveis transformações em tais equilíbrios, bem como das estratégias frente a (re)organização territorial provocada pelo avanço do agronegócio canavieiro.

Apesar de discriminados, os equilíbrios são interdependentes e se relacionam à organização da unidade como um todo. A divisão é, portanto um recurso analítico a qual se necessita de ponderações.

5.2.1 – Equilíbrios estritos

Os equilíbrios estritos dizem respeito aos aspectos relacionados ao trabalho e ao consumo dentro mesmo da propriedade, bem como na utilidade e na penosidade dos processos produtivos e na satisfação das necessidades fisiológicas da família (se alimentar, descanso, lazer, estresse, cansaço, horas de trabalho dentre outros), antes e depois da chegada da usina.

5.2.1.1 – O equilíbrio trabalho-consumo nas unidades camponesas

A força de trabalho das propriedades analisadas é composta basicamente pelo casal camponês e seus filhos. Porém, algumas transformações estão ameaçando a reprodução dessa configuração e da própria família.

Em busca de estudos ou a trabalho, um grande número de famílias desprendem parte de sua renda para a formação dos filhos, na busca por certa estabilidade e fuga das mazelas ali enfrentadas. Para essa parcela, as novas gerações irem para a cidade é um processo natural.

Em contrapartida, a maioria das famílias ainda conta com ao menos um filho vivendo na propriedade, já mais velhos. A força de trabalho é maior e a possibilidade de manutenção da propriedade de forma produtiva se mostra mais evidente em razão dessa permanência.

Além de contarem com os filhos na agricultura e na atividade doméstica, há também a busca por renda extra nos pequenos comércios da comunidade ou nas propriedades vizinhas. Na entrevista 07 temos o exemplo de um camponês que cuida sozinho da propriedade, porém consegue manter um pequeno restaurante, o qual é conduzido pela filha mais velha, que trabalhou por um tempo na usina, mas acabou voltando para o trabalho familiar.

Outro exemplo está na entrevista 08. Nesse caso, o filho trabalha na ordenha leiteira de uma propriedade vizinha, não fazendo assim os trabalhos referentes à propriedade da família. Esse processo auxilia numa maior possibilidade de renda e consequente diminuição da penosidade (subitem 5.2.1.2) do trabalho por parte do camponês.

Em mais de 70% das propriedades ao menos um filho é trabalhador rural (na própria unidade ou em fazendas vizinhas). Aqueles que têm filhos com curso superior e vivendo na cidade (46%) ou que lá trabalham (20%) passaram por mudanças significativas recentes em relação a esse equilíbrio, bem como aqueles que dão preferência aos filhos estudarem.

A troca de favores relativa a determinado serviço prestado é utilizado em 26% das propriedades, porém, em momentos específicos, voltados principalmente à colheita

das lavouras. Essa troca é feita principalmente nas propriedades onde apenas o camponês representa a força de trabalho (como os viúvos e os que não contam com filhos para auxiliá-los). Dentre as trocas estabelecidas estão a moradia, o fornecimento de produtos alimentícios produzidos na propriedade, e em outros momentos alguma ajuda financeira, mas que não podemos considerar assalariados pois são raras as circunstâncias em que ocorrem e funcionam como um beneficiamento extra, e não pagamento direto pelos serviços prestados.

Como o grau de escolaridade dos camponeses é baixo, o trabalho na usina ficou inviável, apesar das promessas de emprego da mesma. Aqueles que ali trabalharam ou trabalham ocupam funções com menores níveis de especialização. Os camponeses mais novos apresentam níveis mais altos de escolaridade, os mais velhos em sua maioria estudaram até o Fundamental I.

Em 53% das propriedades encontramos camponeses (tanto o homem como a mulher) que tem algum outro tipo de renda suplementar, principalmente aqueles que possuem algum tipo de maquinário ou transporte próprio. Nesses casos se destacam os serviços prestados com trator e maquinários e a mão-de-obra em propriedades vizinhas, e o transporte escolar. O trabalho nas safras da cana e as vendas são outros exemplos dessa suplementação.

De acordo com relatos colhidos nas entrevistas, a necessidade de trabalho extra fora da propriedade se mostra cada vez mais necessário em razão das dificuldades enfrentadas na produção de leite. Como vimos, essa cultura é a base da grande maioria das propriedades analisadas, e os impactos relacionados à “mosca-do-estábulo”, bem como do baixo preço do leite, que não passa de R\$00,90/ litro, estão levando uma série de camponeses a adaptarem sua produção e/ou buscarem renda auxiliar fora da propriedade.

A divisão de trabalho por sexo se faz presente em todas as unidades, e na maioria delas as mulheres (e as filhas) se ocupam das atividades domésticas, e o homem (e os filhos) da agricultura e de toda a estrutura da propriedade. De forma menos marcante temos algumas camponesas trabalhando em algumas atividades na escola e no posto de saúde da comunidade.

As aptidões de cada membro da família, bem como suas necessidades de lazer e estudo são relevantes para o trabalho empreendido. As dificuldades são balanceadas para que o trabalho e o consumo sejam equilibradas dentro das especificidades da família, como o tempo passado na escola (por parte dos filhos) e as atividades recreativas e de lazer.

Esse cenário se conforma, em grande medida, em razão da preferência dos pais aos estudos dos filhos. Em todas as propriedades encontramos camponeses determinados para que façam curso superior, apesar das dificuldades futuras em manterem a propriedade. As imposições levam a família a repensar as opções oferecidas para os filhos, como o de seguirem no campo ou estudarem e se especializarem na cidade, fugindo assim da vida difícil que se encontram.

As necessidades de trabalho e consumo dentro da propriedade, portanto, são balanceadas em razão da disponibilidade de força de trabalho dentro da propriedade, de como ela é dividida e da necessidade de consumo da família, que por sua vez se vinculam às imposições dos processos ocorrentes no contexto que se inserem.

5.2.1.2 – O equilíbrio utilidade-penosidade nas unidades camponesas

O grau de penosidade e utilidade dos camponeses se relacionam diretamente ao equilíbrio discutido anteriormente, visto que o esforço para aumentar a renda da família diante de circunstâncias adversas, como a ida das novas gerações para as cidades, mudam as perspectivas do que é útil para o camponês no seu cotidiano.

O grau de penosidade se eleva em razão do aumento ou diminuição dos esforços para se ter o que é útil na propriedade, nos moldes que se encontra (quantidade de pessoas, renda necessária, quantidade de trabalho complementar dentre outros). Sendo assim, elas se vinculam diretamente à composição da força de trabalho e ao consumo exigido. Quanto menor a força de trabalho, maior a penosidade para satisfazer as necessidades da família, ou o que lhe é útil para se manter.

No caso das propriedades analisadas, o aumento da penosidade se vincula a crescente ida das novas gerações para as cidades em um contexto de readaptação das estratégias e de impacto direto das lavouras de cana no repertório dos camponeses.

Apesar da diminuição do consumo na propriedade, no momento de saída dos jovens para as cidades, por vezes se aumentam os gastos com moradia, estudo e serviços, o que tende a elevar a penosidade do camponês por um período indeterminado, a depender do tempo para formação e acesso ao mercado de trabalho por parte do filho.

Já as famílias que contam com o auxílio dos filhos no trabalho e na renda da família têm maiores possibilidades de diminuírem a penosidade dos seus membros, o tempo de trabalho de cada um, havendo maior divisão de tarefas e a possibilidade de renda extra fora da propriedade, Mesmo que outro filho tenha ido pra cidade no mesmo período, a necessidade de aumento do trabalho será suprida de forma menos penosa com três ou mais membros.

As necessidades de lazer e descanso dos camponeses é outra variável importante nesse momento. Encontramos na maioria das propriedades famílias que assumem não ter atividades de lazer, e tem no trabalho o único que se pode chamar como tal. Os passeios ficam por conta das vezes que é preciso ir à cidade, quando se pode passar um tempo em algum bar ou na casa de familiares.

[risos]...nossa lazer é esse aqui mesmo. Não tem muito tempo pra isso não meu filho, tem que trabalhar muito. De vez em quando eu vou na cidade resolver alguma coisa, ai passo na casa dos parentes, tomamos um café e conversamos, mas só mesmo. Antes a gente ia muito na comunidade, tinha festa, ir na igreja, hoje nem missa tem mais, o padre foi embora, ai vamos ficando aqui mesmo. (ENTREVISTA 06, 2018).

A diminuição das atividades de lazer foi algo marcante nas entrevistas. Vinculamos esse processo ao aumento da penosidade e do que é útil dentro da conjuntura que se inserem, como a ida dos filhos para a cidade e a necessidade de diversificação da produção. Porém, em mais de 60% das propriedades nos foi relatado que as atividades de lazer se resumem em visitar os vizinhos e parentes, e em todas elas ficou evidente que as atividades antes existentes na comunidade já não existem mais. A maioria deles participava das quermesses, dos bailes, terços e festas da escola, porém essas atividades acabaram, restando apenas a “festa de São João” realizada na escola e a qual apresentamos no subitem 5.1.

Outros 33% afirmaram que realizam algumas atividades de lazer nos arredores da propriedade, como a pesca e a caça, esta última comprometida em razão da diminuição da vegetação nativa e da expulsão dos animais. A pesca, apesar de menos frequente, ainda continua sendo realizada.

Meu filho ainda gosta muito de pescar, meu marido também gostava e ele aprendeu com ele. Eu mesmo não vou. Quando vou na cidade gosto de ir num barzinho, comer uma pizza, essas coisas eu faço, mas sempre quando tem alguma coisa pra fazer lá, se não é difícil. (ENTREVISTA 11, 2018)

Nesse sentido, poucos apresentaram aspectos vinculados à manutenção das atividades de lazer na comunidade, e um grande número apontou que não praticam nenhuma dessas atividades, ao menos que tenham que ir à cidade e aproveitam para passar um tempo em locais como pizzaria, bar, lanchonetes e etc.

O fator renda continua sendo especialmente importante nesse momento. Vê-se que esse equilíbrio abre caminho para uma análise mais integral da unidade, no que é útil para que se mantenha a família camponesa onde estejam seus membros dependentes. A partir desse momento podemos falar das relações que se estabelecem entre a unidade camponesa e seu exterior.

5.2.2 – Equilíbrios relacionais

Os equilíbrios relacionais representam as interconexões entre elementos internos e externos à propriedade, como a fonte dos recursos, grau de dependência (políticas públicas, acesso a maquinários e ferramentas necessárias), bem como a intensidade e a escala de produção. Aqui, o grau de interdependência entre todos eles fica mais evidente, e faz-se necessário um olhar panorâmico sobre as unidades e sobre a conjuntura em que estão inseridos.

5.2.2.1 – O equilíbrio entre pessoas e natureza nas unidades camponesas

Uma das principais relações de reciprocidade expressa nas unidades camponesas se vincula à coprodução, ou seja, à produção em conjunto com a natureza. Em todas as unidades analisadas se tem a preocupação constante com a manutenção dos ecossistemas naturais, não só no âmbito da produção, mas também para a qualidade de vida da família.

Nesse sentido, não há aspectos rígidos ou planejamento extremo, visto que as condições são adversas e estão ligadas ao grau de emancipação do campesinato frente ao avanço do território da usina sobre suas propriedades. Porém, podemos observar

características em comum em razão dos efeitos da cana sobre seus modos de vida, que se assemelham nas unidades analisadas.

Como já destacado, surgiram novas formas de adaptação nas propriedades a partir da sua relação com a usina, e dentre elas está a percepção do meio ambiente natural (como podemos observar no texto “Nostalgia temporal” exposto no início dessa dissertação), além das mudanças no que se produz e como se produz, posto que a degradação do Cerrado e as técnicas para o plantio da cana impossibilitam alguns tipos de produção em detrimento de outros.

Podemos averiguar a diminuição da produção de algumas frutas e de temperos diversos, pois a necessidade de um ambiente limpo e livre de agrotóxicos faz com que essa produção não ocorra. A pimenta, por exemplo, é cultivada bem mais próxima a residência, assim como algumas frutas, na busca por fugir do veneno lançado pelas aeronaves.

Eles pensam que desligando o motor a 100, 200 metros daqui vai evitar alguma coisa. O ar não se movimenta não? O que eles jogam lá não vai chegar aqui? A gente presta atenção na natureza, sabe como ela funciona. Um, dois dias depois que avião passa no horizonte, um monte de coisa amadurece, e um dia depois morrem. Só não vê quem não quer. (ENTREVISTA 07, 2018).

Podemos observar no relato a necessidade da coprodução e a importância da percepção da natureza para a produção camponesa. O repertório direcionado à coprodução, em certa medida, aprimora as habilidades dos camponeses, que se reinventam a partir da condição extrema que estão sujeitos. Porém, em mais de 80% das propriedades foi constatada uma verdadeira incapacidade de se produzir algumas culturas, fazendo mudar também o nível de dependência dos recursos externos (5.2.2.3), que agora são buscados na rede urbana, como as pimentas, temperos diversos e frutas.

A maleabilidade do solo e dos corpos d’água para determinada produção é também dificultada, visto que as nascentes estão diminuindo e a vegetação dá lugar às lavouras de cana. O intenso processo de padronização provocado pela usina leva a diminuição na maleabilidade do solo, dos corpos d’água e da vegetação nativa para a produção.

Esses dias mesmo eles desmataram uma área ali pra baixo com uma nascente linda. É muito triste porque se tira a água, tira as árvores, some tudo. Mas eles não estão preocupados com isso, o dinheiro dominou tudo isso aqui, e a

gente não se une, todo mundo reclama, mas não se une. A gente só vai ter força quando lutar junto. (ENTREVISTA 05, 2018).

Vê-se que, apesar de repertório vasto, circunstâncias impossibilitam a organização do equilíbrio em razão da forte degradação provocada pela agroindústria canavieira. Cabe ao camponês simplesmente abandonar certas culturas e aumentarem seu grau de dependência, diminuindo assim sua autonomia.

Consideramos o equilíbrio com a natureza extremamente ameaçado na comunidade Boa Esperança, pois apesar da capacidade adaptativa e do aprimoramento das habilidades, o que vemos é uma impossibilidade de produção de forma conjunta com os processos naturais em diversas culturas, delimitando assim o repertório do camponês e a diversidade da produção.

5.2.2.2 – O equilíbrio entre produção e reprodução nas unidades campesinas

Esse equilíbrio se vincula diretamente a dois anteriores (equilíbrio entre produção e reprodução e entre pessoas e natureza). A busca por reprodução social vai depender da capacidade do camponês em fazer sua produção ser um processo contínuo, ou seja, em trabalhar de forma conjunta com a terra para que ela lhe retribua as condições para a próxima etapa.

Além da própria terra e da coprodução, a (re)produção do camponês também está vinculada à continuidade daqueles recursos adquiridos fora da propriedade, como os maquinários conseguidos com mais facilidade através de associações. Apesar do acesso, a abstenção em relação ao auxílio contínuo em momentos posteriores (como a manutenção das máquinas, de cercas e etc.) podem impossibilitar, em curto prazo, que se reproduza as atividades.

Alguns auxílios relacionados à Usina Cerradão foram destacados pelos camponeses da comunidade, porém, eles eram realizados de forma pontual, não havendo um monitoramento dos problemas e um acompanhamento sistemático das condições posteriores a essa intervenção.

De vez em quando eles vem aqui pra tacar veneno nas moscas, ai fica bom por um tempo, mas logo elas já voltam, e ai acabou, demoram um, dois anos pra voltarem. Quando eles chegaram eles falaram que estavam a disposição

pra conversar com todo mundo, mas eles fazem de vez em quando, no fundo não tão preocupados. (ENTREVISTA 13, 2018).

O relato demonstra como, no âmbito da produção, algumas ações auxiliam, porém se não houver um acompanhamento sistemático tal condição simplesmente não se reproduz. As políticas relativas à pequena produção também são um bom exemplo desse processo. Em todas as propriedades ouvimos relatos sobre a atuação do governo municipal na comunidade. A principal reclamação é justamente a pontualidade das ações.

Na época da política todos eles aparecem aqui, prometem um monte de coisa, quando ganham vem perguntar um monte de coisa, a gente reclama, fala que precisa daquilo sempre, que vim uma vez ajuda, mas não resolve, mas não adianta. A gente é sozinho, o agricultor é sozinho e eles tão junto, a usina, o prefeito, tá todo mundo junto e a gente sozinho. (ENTREVISTA 09, 2018).

Produção e reprodução são assim pensadas conjuntamente na unidade camponesa. Eles têm plena consciência da necessidade de acompanhamento das políticas e da atuação da usina frente aos efeitos sobre seus territórios, mas a preferência por diretrizes que privilegiam certos aspectos em detrimento de outros são evidentes nesse equilíbrio.

Como se pode observar, a relação entre os recursos internos e externos às propriedades está diretamente vinculada à produção e reprodução das unidades camponesas. A disponibilização desses recursos e as ações paliativas da usina e do governo municipal se relacionam diretamente com esses recursos, de onde eles vêm, como são incorporados, acompanhados e até aprimorados em cada unidade.

Na comunidade Boa Esperança as duas principais fontes obrigatorias de auxílio na reprodução dos camponeses são percebidas com descaso, e apesar de ações que, em curto prazo, melhorem as condições da propriedade, para se reproduzir conta mais a capacidade de cada camponês a partir dessa ação.

A (re)produção das unidades, portanto não é pensada pela usina e, em muitos aspectos, pelo governo municipal. Em 73% das entrevistas o caráter pontual das ações foi informado como prerrogativa básica.

Como muita gente aqui depende da usina, todos tem medo de cobrar, de falar dos problemas, e se falam é porque tá atrapalhando muito gente, mas isso precisa ter mais, precisa sempre existir pra nós organizar as coisas, porque desse jeito não resolve nada, os problema volta logo. (ENTREVISTA 13, 2018).

Apesar desse equilíbrio tem um caráter fortemente subjetivo e individualizado, algumas características relacionadas aos impactos da usina, bem como de valorização da pequena produção em detrimento do agronegócio, podem ser mais gerais e terem instrumentos que abranjam um grande número de propriedades. Todas as unidades analisadas têm problemas parecidos em relação à produção e à reprodução da unidade.

Nesse sentido, o equilíbrio seguinte traz um panorama dos recursos internos e externos necessários às unidades camponesas da comunidade, demonstrando as condições que aproximam tais camponeses a partir desse equilíbrio, em razão principalmente da condição vivenciada por todos: os efeitos da produção sucroenergética na propriedade.

5.2.2.3 – O equilíbrio entre recursos internos e externos nas unidades camponesas

Como já citado, as mudanças relativas aos recursos internos e externos se vinculam diretamente às técnicas utilizadas pela usina no cultivo da cana-de-açúcar. Nos últimos anos há uma severa mudança naquilo que é ou pode ser produzido nas unidades, mudando assim a relação entre tais recursos.

Como destacado por Ploeg (2016), esse recurso se resume na escolha ou imposição entre “fazer” e “comprar”, ou aqueles que são acessados através do mercado e os que são reproduzidos na própria terra. O grau de dependência e autonomia da unidade, portanto está fortemente vinculada a capacidade de desmercantilização do camponês, buscando concentrar seus recursos na propriedade.

Dentre os recursos produzidos na própria terra, ainda se destacam as hortaliças e os pomares, que em sua maioria contam com árvores de grande porte e nativas, e os derivados do leite.

Acho que eu nem lembro tudo que tem aqui no sítio [risos]. No pomar acho que tem laranja, banana, limão, acerola, abacate, pequi, murici, corriola, manga, mamão, camu-camu, coco-da-bahia, jabuticaba, muita gueiova, cajá, jaca, dendê, palmeira imperial, baru, coqueirinho de bassoura, grumixama, lixia, caigaiteira, guapeva, mamacadela, abil, pitanga, caju, goiaba, amora, marmelada do campo, araçá, araticum. Nada disso a gente vende, só come ou doa. (ENTREVISTA 06, 2018).

Além disso, os recursos necessários à alimentação animal (a silagem é feita por 40% dos camponeses entrevistados) são majoritariamente produzidos na propriedade,

bem como os compostos para as hortas. Esses produtos são a base do que é produzido e consumido nas propriedades, porém o panorama em relação a esses dois conjuntos de transações vem mudando na comunidade

A mudança principal no equilíbrio se vincula justamente aos processos produtivos relacionados à cana. Diversos produtos que antes eram produzidos na própria terra e diminuíam a necessidade de recursos externos, hoje são comprados na rede urbana. Em diversas propriedades até o milho para as galinhas passou a ser comprado na cidade, juntamente com a carne de porco (a suinocultura também era mais presente nas propriedades, 53% dos camponeses disseram ter deixado essa cultura há pouco tempo).

Hoje a fiscalização pega muito no pé. Eles não fazem nada com a usina, com essa cana aqui desse jeito, mas nós não pode mais nem ter nosso porco, nossa galinha, que eles já vem exigindo um monte de coisa.

[...] A gente compra quase tudo na cidade hoje, o porco tá sendo por um motivo diferente, mas o resto também ficou difícil. (ENTREVISTA 10, 2018)

O grau de dependência dos recursos de mercado vem aumentando. Em mais de 90% das propriedades, ao perguntarmos “o que compram na cidade?”, nos foi respondido “quase tudo”, restando apenas as hortaliças e frutas do pomar, o leite e, onde há produção, mandioca e milho. Porém, os gêneros alimentícios básicos como arroz, feijão, verduras e carnes, assim como os temperos já não são produzidos nas propriedades.

Aumentando o número desses recursos externos e da compra desses produtos no mercado, aumenta-se o grau de dependência das unidades, diminuindo assim sua autonomia. No equilíbrio seguinte discutiremos como se dão esses dois aspectos diante do que foi verificado até aqui.

5.2.2.4 – O equilíbrio entre autonomia e dependência nas unidades camponesas

O grau de dependência e autonomia, como discutido, corresponde à situação do camponês na estrutura vigente da sociedade, sua condição dentro do modo de produção capitalista, sendo dados a partir das diversas instituições que lhe impõem algum tipo privação, bem como de sua autonomia em relação a elas.

Pensemos em uma situação adversa de crise econômica, qual seria a capacidade de manutenção da propriedade? Qual seu grau de endividamento? Ela se sustentaria por muito tempo com os recursos que tem disponível? Essas são algumas das questões que nos ajudam a pensar esse equilíbrio.

O acesso ao crédito se constitui aspecto importante na comunidade. A partir dele uma série dessas instituições se apropria do produto do trabalho camponês. Através dos juros e tributações, geram dependência durante períodos longos, e acabam influenciando diretamente em todos os equilíbrios. As associações, a prefeitura, a Usina Cerradão, a crescente dependência dos mercados da rede urbana são algumas instituições que estão cotidianamente influenciando e determinando as estratégias na comunidade.

As associações e conselhos são importantes para dar acesso a determinados recursos e auxiliar o camponês, porém devemos considerar as empresas públicas e privadas as quais estão vinculados indiretamente, disponibilizando crédito e oferecendo melhores condições para o produtor, e por conseguinte, atribuindo-lhe dependência.

Apenas um camponês entrevistado não participa de nenhuma associação ou conselho de pequenos produtores, o qual preferiu não responder o motivo. A Cooperativa Mista dos Produtores Rurais de Frutal – COFRUL tem um número maior de associados, seguido da Associação de Pequenos Produtores da Boa Esperança. Outras associações presentes são a Associação dos Micro e Pequenos produtores de Frutal, O Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – SICOOB, o Conselho de Agricultura Sustentável de Frutal, a CREDICITRUS e COOPERCITRUS.

Dentre os motivos relacionados à associação estão os benefícios relativos ao comércio dos produtos e aquisição de maquinários, além de considerarem importante as deliberações que ali ocorrem (20%).

Participo apenas da COFRUL, porque pra entregar o leite eu preciso participar. Lá eles podem facilitar alguma coisa, dá algum benefício e estamos sempre conversando com o pessoal. As votação também é importante pra nós, tem coisas importante pra gente. (ENTREVISTA 10, 2018).

Além do crédito e das associações, podemos citar também a dependência dos recursos da rede urbana, algo já salientado no subitem anterior. A necessidade cada vez

maior de gêneros alimentícios e de produtos que já não são produzidos na propriedade aumenta o grau de dependência da unidade.

Observamos uma constante diminuição da autonomia das propriedades em razão dos aspectos citados, alguns mais evidentes com a chegada da usina, outros presentes mesmo em períodos anteriores, mas que ainda comprometem a estabilidade da propriedade e a organização dos equilíbrios.

Vemos um aumento do poder econômico e político das instituições que “controlam” a produção camponesa, como as multinacionais e empresas financeiras cercando-a na sua prática cotidiana, bem como no produto de seu trabalho e em toda a dinâmica reprodutiva da unidade.

5.2.2.5 – O equilíbrio entre escala e intensidade nas unidades camponesas

Por fim, temos o equilíbrio entre o número de objetos ou instrumentos de trabalho e a força de trabalho relacionada a eles. Como podemos notar, os impactos sobre o meio ambiente natural da comunidade interferem diretamente no fator “escala”, visto que grande parte deles faz parte da natureza, provém dela, sendo ela central nessa relação.

A combinação, portanto entre força de trabalho, instrumentos e objetos garantem maior ou menor intensidade de produção. Como vimos, a situação do trabalho nas unidades não é tão alarmante, porém os instrumentos e objetos contam com situações adversas para serem produzidos ou adquiridos.

A escala das propriedades apresentam dados preocupantes em relação à forma de obtenção dos objetos e recursos, visto que a degradação ambiental provocada pela usina impacta diretamente na coprodução e na fonte mais segura de acesso a tais bens, a natureza. Em todas as unidades analisadas, os camponeses responderam que o crescimento das lavouras de cana-de-açúcar interfere de alguma forma na sua propriedade.

Em relação à intensidade, as necessidades momentâneas de aumento no rendimento familiar nos esclarecem sua redinamização. Em períodos específicos as

propriedades necessitam de um maior aproveitamento da sua força de trabalho e dos produtos que tem disponível.

Nesse sentido, as circunstâncias pelas quais passam as famílias camponesas é única em cada período, necessitando assim de um balanço impossibilitado nesse trabalho. A falta de tempo hábil para a realização desse balanço e das principais interferências na intensidade de trabalho aplicado à produção não nos permite traçar um panorama de como esse equilíbrio está se dando no intervalo de tempo proposto para análise.

Alguns pontos importantes ressaltados pelos camponeses para que lhe façam “trabalhar mais” foram o estudo dos filhos e o momento de ida pra cidade, quando determinada produção lhe rende menos que o esperado e se deve compensar em momentos posteriores, e o período de estiagem, que os fazem buscar alternativas para além daquelas já incorporadas à propriedade.

Diante da análise, teceremos a seguir alguns comentários a respeito da ressignificação da comunidade Boa Esperança e do município de Frutal no cenário atual, bem como os aspectos simbólico-culturais que (re)existem na comunidade.

5.3 – Aspectos simbólico-culturais e a reinvenção da comunidade Boa Esperança

Apesar de vários elementos que compõem os equilíbrios das propriedades analisadas estarem ameaçados em razão das transformações dos últimos anos, as estratégias dos camponeses diante das situações adversas os fazem permanecer e lutarem pela sua manutenção na comunidade.

Para além das estratégias produtivas e econômicas, alguns aspectos simbólicos e culturais são responsáveis por estabelecerem um caráter de resistência frente ao avanço da cana-de-açúcar nas propriedades. A identidade e a reciprocidade são alguns elementos que ainda permanecem, e são responsáveis por darem esperança e até certo otimismo em relação a sua reprodução.

As festividades da comunidade, que antes movimentava um grande número de camponeses e alimentava o sentimento comum entre todos, diminuíram drasticamente,

porém, ainda temos a realização de festas vinculadas à Escola Municipal Odílio Fernandes. Como percebido nas entrevistas, os camponeses fazem questão de participar dessas festas, de conversar com os moradores, com os diretores, entender as dificuldades que cada um está passando, enfim, de fomentar um sentimento que, com toda certeza, era mais presente, mas que ainda (re)existe diante das circunstâncias.

Outra representação importante desses aspectos são os terços e as rezas em dias santos. Como constatado, o terço de São João, no ano de 2015, reuniu mais de 150 pessoas em uma propriedade camponesa, um número que há muito tempo não se via. Apesar de nos últimos anos a quantidade de pessoas ter diminuído, ele continua a existir e hoje é o mais tradicional da comunidade, sendo um dos três terços ainda rezados por lá. Os outros dois são realizados nos feriados de Nossa Senhora Aparecida e no natal, em propriedades diferentes.

As missas são realizadas somente uma vez por mês, um número muito menor que há tempos atrás, porém, ainda agregam muitos camponeses, os quais se declaram majoritariamente católicos e que frequentam as missas sempre que ocorrem. Já as quermesses e festas para manutenção da paróquia já não existem mais, e quem a mantém hoje é a prefeitura de Frutal e parte daquilo que é arrecadado nos terços. De acordo com eles, sempre se pede uma quantia em dinheiro para auxiliar na manutenção da paróquia.

Os dois bares e a lanchonete que existem na comunidade também são pontos de encontro e de (re)existência entre os camponeses. Um desses camponeses (entrevista 07) toma conta da única lanchonete, e por vezes alguns camponeses e trabalhadores da usina se reúnem, há roda de viola, danças, comidas e muita interação entre todos, relembrando momentos em que isso acontecia com mais frequência, como nos foi dito de forma emocionada pelo camponês em questão.

Para além das poucas festividades e eventos que ainda acontecem na comunidade, temos um forte sentimento de reciprocidade presente em todos os camponeses. Todos fizeram questão, durante as entrevistas, de expressarem o apresso que tem por alguns camponeses, as ajudas diante de alguma adversidade, as visitas frequentes, os auxílios nas propriedades, enfim, o aspecto cultural definidor dos modos de vida camponês ainda é responsável por manter a comunidade unida.

Enfim, as dificuldades encontradas diante dos equilíbrios são algo preocupante para a manutenção das propriedades e da própria comunidade, porém, alguns elementos culturais ainda existentes são responsáveis por dar esperança, uma “boa esperança” para todos diante da atual conjuntura em que vivem. A partir deles a comunidade se reinventa, busca novas formas de estarem em contato, de reproduzirem suas relações sociais mais tradicionais e intrínsecas a seus modos de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise realizada, pudemos constatar ressignificações incorporadas ao campesinato e à comunidade Boa Esperança neste início de século. A fragilidade com que estão se dando alguns dos equilíbrios demonstra como o setor sucroenergético interfere diretamente nos modos de vida e na reprodução social dos camponeses da comunidade.

Os processos de modernização agrícola e incorporação contínua de tecnologia nos processos produtivos imprimiram uma forte transformação no território camponês. Alguns dos equilíbrios são facilmente afetados pela condição que ocupam, já outros resumem em grande medida a situação enfrentada por todos eles, como é o caso do grau de autonomia e dependência, bem como de produção e reprodução da unidade. O primeiro esclarece como a relação entre recursos internos e externos, bem entre pessoas e natureza, podem gerar graus diferenciados de dependência mercantil, e podem ser resumidos a partir de aspectos como renda, consumo e trabalho.

Já o segundo aponta que, apesar de terem acesso à alguns bens de produção, a capacidade de (re)produzir tais bens para que se continue a produzir depende de uma série de outros fatores, os quais também se vinculam aos outros equilíbrios. A interligação entre eles pode resumir, até certo ponto, a condição de cada uma das unidades ou mesmo do seu conjunto, por estarem sujeitos a processos relacionados.

A dinâmica territorial incorporada pela agroindústria transforma continuamente os territórios camponeses da comunidade Boa Esperança, e tal embate foi discutido no trabalho à luz do desenvolvimento do agronegócio no campo do município de Frutal (MG). Nota-se que as mudanças técnico-produtivas implementadas pela agricultura empresarial têm forte ligação com a reprodução dos camponeses, especificamente quando analisamos seus equilíbrios e as características das transformações a eles vinculadas.

Deve-se ressaltar a limitação da análise de alguns elementos em razão do tempo de pesquisa. Os balanços percebidos minimamente nos equilíbrios podem necessitar de um tempo maior para melhor serem apreendidos e analisados, podendo assim descrever de forma mais ajustada e em longo prazo a diversidade da produção camponesa. Porém, consideramos ter apreendido aspectos importantes em relação à

reprodução do campesinato na comunidade, trazendo elementos novos para a realidade estudada e para a região, algo ainda pouco averiguado nos estudos acadêmicos e empíricos.

Como se pôde notar, impõe-se a necessidade de continuarmos nossos estudos na comunidade Boa Esperança, bem como de comunidades da região que estão sujeitas a dinâmicas parecidas com aquela vivenciadas pelos camponeses entrevistados. A perspectiva metodológica utilizada nos oferece possibilidades para analisar o campesinato no século XXI, suas especificidades, transformações ou manutenção de seus modos de vida.

Nesse sentido, a análise dos equilíbrios camponeses a partir de Ploeg pode nos oferecer resultados mais precisos em um intervalo de tempo maior, a partir de um monitoramento do trabalho, das atividades produtivas, das transformações e das relações estabelecidas na propriedade. Alguns equilíbrios apresentados necessitam de uma análise mais aprofundada, com maiores evidências do funcionamento de cada unidade e da relação com seu exterior.

Notamos que o município de Frutal apresenta elementos para entendermos a dinâmica de unidades camponesas a partir de seu embate com o setor sucroenergético. As especificidades aqui encontradas podem levar a um avanço da própria teoria de Ploeg, bem como da compreensão dos diferentes territórios em disputa, suas características e sua organização na atual conjuntura do município e do agronegócio nacional.

São comuns diversos dos impactos e estratégias do campesinato a partir desse embate. Os equilíbrios da unidade camponesa, para além da organização, expressam, ao nível mais elementar, a constituição da comunidade e do modo de vida camponês. Através deles podemos buscar dados sobre a produção e a reprodução desse grupo, mas também entender de forma clara quais os caminhos e os anseios desse tipo de produção a partir do lugar que ocupam na sociedade capitalista moderna, e como seus multiterritórios se articulam e se reinventam no século XXI.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 15287:** informações e documentação : projetos de pesquisa: apresentação. São Paulo, 2011.

_____. **NBR 10520:** informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **NBR 14724:** informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2011.

ABRAMOVAY, R. O admirável mundo novo de Alexander Chayanov. Estudos Avançados, 1998.<https://doi.org/10.1590/S0103-40141998000100006>

BRANDÃO, Carlos. **Território e Desenvolvimento:** as múltiplas escalas entre o local e o global. 1. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. v. 1. 157p

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Sobre a tradicionalidade rural que há em nós. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros (Org.). **O campo no século XXI:** Território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Paz e Terra, 2004. Cap. 7. p. 121-131.

CAMPOS, Natália Lorena. **Redes do agronegócio canavieiro:** a territorialização do grupo Tercio Wanderley no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. 2014. 209 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina.** Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974

CHAYANOV, A. The theory of peasant Co-operatives. Columbus: Ohio State University Press, 1991 [1927].

CHIZZOTTI, Antônio. A pesquisa qualitativa em Ciências humanas e sociais: Evolução e desafios. **Revista Portuguesa de Educação**, Braga, v. 002, n. 16, p.221-236, 2003.

COSTA, Francisco de Assis; CARVALHO, Horácio Martins de. Campesinato. In: STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil 9: Interpretações sobre o camponês e o campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2016. Cap. 1. p. 23-34.

ELIAS, Denise. **Globalização e Agricultura: A região de Ribeirão Preto - SP**. São Paulo: Edusp, 2003. 400 p.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FERREIRA, Jurandyr Pires (Org.). **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1959.

FERREIRA, Ana Paula da Silva de Oliveira. **Territórios em conflito: a Comunidade Macaúba/Catalão (GO) e a territorialização da atividade mineradora**. 2012. 164 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2012

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. Cap. 9. p. 197-215.

FERNANDEZ, V. R.; BRANDÃO, Carlos . **Escalas y políticas del desarrollo regional: desafíos para América Latina**. 1. ed. Buenos Aires / Madrid: Mi-o y Dávila, 2010. v. 1. 279 p

FREDERICO, Samuel. **O novo tempo do Cerrado: Expansão dos fronts agrícolas e controle do sistema de armazenamento de grãos**. São Paulo: Annablume, 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas,

1999.

Graziano Da Silva, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Unicamp, 1996.

_____. **O que é questão agrária**. São Paulo: Brasiliense S.A., 1980

GUEDES, Sebastião Neto Ribeiro; GALLO, Zildo; MARTINS, Lúlia A. Toledo Piza. Passado, presente e futuro da agroindústria canavieira do Brasil: Uma reflexão a partir da perspectiva do desenvolvimento sustentável. In: MORAES, Márcia Azanha Ferraz Dias de; SHIKIDA, Pery Francisco Assis (Org.). **A agroindústria canavieira no Brasil: Evolução, desenvolvimento e desafios**. São Paulo: Atlas, 2002. p. 311-319.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. 3 ed. Rio de Janeiro, 2007.

HOUTART, François. **La Agroenergía**: Solución para el clima o salida de la crisis para el capital. Habana: Ruth Casa, 2009.

IANNI, Octavio. A utopia camponesa. In: STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil 9**: Interpretações sobre o camponês e o campesinato. São Paulo: Expressão Popular, 2016. Cap. 3. p. 55-70.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. Tradução de Otto Erich W. Mass. São Paulo: Nova Cultura, 1986. (Os economistas).

LAMARCHE, Hugues (Coord.). **A agricultura familiar**: comparação internacional. Tradução de A. M. N. Tijiwa. Campinas: UNICAMP, 1993. V. 1 (Coleção Repertórios).

LAMARCHE, Hugues (Coord.). **A agricultura familiar**: comparação internacional, II: do mito à realidade. Tradução de Frederic Bazin. São Paulo: UNICAMP, 1998.

LENIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. Tradução de José Paulo

Netto. São Paulo: Nova Cultural, 1980. v. 1 (Os economistas)

MARAFON, Gláucio J. O trabalho de campo como um instrumento de trabalho para o investigador em geografia agrária. In: RAMIRES, Julio C. de L.; PESSÔA, Vera L. S. (org.). **Geografia e pesquisa qualitativa:** nas trilhas da investigação. Uberlândia: Assis, 2009, p. 379-394.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. **Fundamentos de metodologia científica.** 7 ed. São Paulo. Atlas S.A, 2010.

MARQUES, Maria Inez Medeiros. A atualidade do conceito de camponês. In: STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil 9:** Interpretações sobre o camponês e o campesinato. São Paulo: Expressão Popular, 2016. Cap. 2. p. 35-53.

_____. Lugar do modo de vida tradicional na modernidade. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros (Org.). **O campo no século XXI:** Território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Paz e Terra, 2004. Cap. 9. p. 145-158.

MARQUES, Mário O. **Escrever é preciso:** o princípio da pesquisa. 5 ed. Ijuí: Unijuí, 2006.

MARTINS, José de Souza. **A chegada do estranho.** São Paulo: Hucitec, 1993.

MÉLO, Béth. **Tem boi no canavial.** 2017. Disponível em: <<http://www.dinheirural.com.br/tem-boi-no-canavial/>>. Acesso em: 18 jul. 2017.

MELLO, Maria Conceição D'incao e. **O bôia-fria:** Acumulação e miséria. 6. ed. Petrópolis: Vozes Ltda, 1975.

MINAYO, Maria Cecília de S; SANCHES, Odecio. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Cadernos de Saúde Pública,** Rio de Janeiro, v.9, n.3, p.239-262, jul/set.1993.

MORAES, Antonio Carlos R.; COSTA, Wanderlei M. da. O ponto de partida: o método. In: _____. **Geografia crítica:** a valorização do espaço. São Paulo: HUCITEC,

1984. p. 26-34.

_____. **Bases da formação territorial do Brasil.** O território colonial brasileiro no "longo" século XVI. Hucitec: São Paulo, 2000.

_____. **Território e história do Brasil.** São Paulo: AnnaBlumme & Hucitec, 2002.

MOREIRA, Roberto José. Ruralidades e globalizações: Ensaioando uma interpretação. In: MOREIRA, Roberto José (Org.). **Identidades sociais:** Ruralidades no Brasil Contemporâneo. Rio de Janeiro: Dp&a, 2005. Cap. 1. p. 15-40.

MOREIRA, Ruy. **Formação do espaço agrário brasileiro.** São Paulo: Brasiliense, 1990.

Muller, G. Complexo agroindustrial e modernização agrária. São Paulo: HUCITEC, 1989. 149 p.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 1996. 164 p.

_____, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção e agricultura.** São Paulo: Ática S.A, 1986. 88 p.

PAULINO, Eliane Tomiasi; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Terra e Território:** A questão camponesa no capitalismo. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PEREIRA, G. T. V. O setor alcooleiro: da rígida intervenção ao processo de regulamentação. 2007. 85 f. Monografia. Departamento de Ciências econômicas, UFSC/ Florianópolis, 2007.

PLOEG, Jan Douwe van Der. **Camponeses e a arte da agricultura:** Um manifesto chayanoviano. São Paulo; Porto Alegre: Unesp; Ufrgs, 2016.

_____. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, Sérgio (Org.). **A diversidade da agricultura familiar.** Porto Alegre: Ufrgs, 2006. Cap. 1. p.

13-54.

RAFFESTIN, Claude. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. Cap. 1. p. 17-35.

SABOURIN, Eric. **Sociedades e organizações camponesas:** Uma leitura através da reciprocidade. Porto Alegre: Ufrgs, 2011.

SAQUET, Marcos A. **Abordagens e concepções de território.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** técnica e tempo. Razão e emoção. 2 ed. São Paulo: HUCITEC, 1997.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. 20. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011 [2000].

SANTOS, Joelma C. dos.; PESSÔA, Vera L. S. A pesquisa de campo nos canaviais do oeste paulista: o universo dos trabalhadores entre a "sua forma de ser" e a exploração do seu "ser". In: RAMIREZ, Julio C de L.; PESSÔA, Vera L. S. (org.). **Geografia e pesquisa qualitativa:** nas trilhas da investigação. Uberlândia: Assis, 2009. p. 123-138.

SCHNEIDER, Sergio (Org.). A diversidade da agricultura familiar. Porto Alegre: Ufrgs, 2006.

SOUZA, Andrezza Gomes de. **A territorialização do agronegócio canavieiro em Frutal - MG.** 2012. 186 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil 9:** Interpretações sobre o camponês e o campesinato. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

TEDESCO, João C. **Terra, trabalho e família:** racionalidade produtiva e ethos camponês. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

VENÂNCIO, Marcelo; PESSÔA, Vera L. S. O diário de campo e a construção da pesquisa: registro das emoções dos sujeitos envolvidos e a reconstrução de suas histórias de vida e do lugar. In: RAMIREZ, Julio C. de L.; PESSÔA, Vera L. S. (org.).

Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação, Uberlândia: Assis, 2009. p. 317-336.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O mundo rural como um espaço de vida:** Reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Ufrgs, 2009.

APÊNDICES



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – UFU

Dissertação: EXPRESSÕES TERRITORIAIS CAMPONESAS DA COMUNIDADE BOA ESPERANÇA/FRUTAL (MG): os equilíbrios da unidade camponesa frente ao avanço do agronegócio canavieiro

Mestrando: Heitor Nascimento Mendes - Mestrando em Geografia/PPGeo/UFU. Bolsista CAPES/CNPQ. Membro do Laboratório de Geografia Agrária/LAGEA. heitor1001@hotmail.com/ Cel.: (34) 99168-7460

Orientador: Marcelo Cervo Chelotti - Docente do PPGeo. Membro do Laboratório de Geografia Agrária/LAGEA Universidade Federal de Uberlândia/ UFU/ MG. mcervochelotti@gmail.com/ Cel.: (34) 99166-3662

Apêndice A: Roteiro de entrevista Escola Municipal Odílio Fernandes

- 1) Nome
- 2) Reside na comunidade?
- 3) Qual sua ligação com a comunidade?
- 4) Quando foi instalada a escola?
- 5) Por quê o nome “Odílio Fernandes”?
- 6) Quantos alunos recebia? Quantos recebe?
- 7) Tem transporte para todos?
- 8) Quais os principais problemas vivenciados pela direção da escola? E pelos professores?
- 9) Como avaliam a atual gestão da prefeitura em relação à escola e a comunidade?
- 10) Qual a perspectiva dos alunos em relação a escola e a usina? (Propor atividade lúdica para que expressem sua identificação com a escola e a comunidade, bem como as mudanças em relação à chegada da usina)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – UFU

Dissertação: EXPRESSÕES TERRITORIAIS CAMPONESAS DA COMUNIDADE BOA ESPERANÇA/FRUTAL (MG): os equilíbrios da unidade camponesa frente ao avanço do agronegócio canavieiro

Mestrando: Heitor Nascimento Mendes - Mestrando em Geografia/PPGeo/UFU. Bolsista CAPES/CNPQ. Membro do Laboratório de Geografia Agrária/LAGEA. heitor1001@hotmail.com/ Cel.: (34) 99168-7460

Orientador: Marcelo Cervo Chelotti - Docente do PPGeo. Membro do Laboratório de Geografia Agrária/LAGEA Universidade Federal de Uberlândia/ UFU/ MG. mcervochelotti@gmail.com/ Cel.: (34) 99166-3662

Apêndice B: Roteiro de entrevista Usina Cerradão – Grupo Queiroz e Queiroz e Pitangueiras

- 1) Nome do entrevistado
- 2) Cargo que ocupa
- 3) Qual o destino dos produtos e as formas de comercialização?
- 4) Qual o tamanho da área explorada?
- 5) Qual o tamanho da área a ser explorada (perspectiva de expansão) nos próximos anos?
- 6) Qual a origem histórica da usina/grupo?
- 7) Quais as razões da instalação da usina na região?
- 8) Quantas propriedades rurais pertencentes ao município de Frutal foram incorporadas pela usina (compra, arrendamentos...) desde sua instalação até hoje (2006 a 2017)?
- 9) Como era/é feita as ofertas para os proprietários?
- 10) A empresa tem perspectiva de comprar novas propriedades nas comunidades rurais do município de Frutal, especialmente a Comunidade Boa Esperança, para expandir sua área de exploração?
- 11) A mão-de-obra da usina é composta por quais níveis de especialização?
- 12) Houve/há utilização de mão-de-obra de pequenos produtores da Comunidade Boa Esperança?
- 13) Qual o contingente de mão-de-obra temporária e efetiva?

14) Como é ofertada a mão-de-obra nos diferentes momentos da produção?

Caso tenha outras informações que considere relevante, fotos, vídeos ou material informacional dos grupos Queiroz de Queiroz e Pitangueiras, inserir como anexo no e-mail ou após as respostas do roteiro.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – UFU

Dissertação: EXPRESSÕES TERRITORIAIS CAMPONESAS DA COMUNIDADE BOA ESPERANÇA/FRUTAL (MG): os equilíbrios da unidade camponesa frente ao avanço do agronegócio canavieiro

Mestrando: Heitor Nascimento Mendes - Mestrando em Geografia/PPGeo/UFU. Bolsista CAPES/CNPQ. Membro do Laboratório de Geografia Agrária/LAGEA. heitor1001@hotmail.com/ Cel.: (34) 99168-7460

Orientador: Marcelo Cervo Chelotti - Docente do PPGeo. Membro do Laboratório de Geografia Agrária/LAGEA Universidade Federal de Uberlândia/ UFU/ MG. mcervochelotti@gmail.com/ Cel.: (34) 99166-3662

Apêndice C: Roteiro de entrevista informantes-chave

- 1) Nome
- 2) Idade
- 3) Ainda vive na comunidade?
- 4) Qual a ligação com a comunidade?
- 5) Há quanto tempo mora/morou ou vive/viveu a/na comunidade?
- 6) Se já não mora na comunidade, por quê saiu? Quanto tempo viveu? Como foi o processo de negociação da propriedade? Ficou satisfeito? Como era sua vida quando ainda residia na comunidade?
- 7) Por que o nome Comunidade Rural Boa Esperança?
- 8) Quais as construções mais antigas da comunidade?
- 9) Quais os serviços oferecidos à comunidade (escolas, transporte, comércio...)?
- 10) Qual era/é o tamanho médio das propriedades?
- 11) O que produziam?
- 12) O que e onde comercializam?
- 13) Como era feito o transporte?
- 14) O que compravam/compram no comércio da rede urbana?
- 15) Havia mutirões? Qual o tipo de serviço realizado? Como eram esses mutirões? E hoje eles continuam?
- 16) Quais eram/são os principais eventos religiosos da comunidade (missas, terços, cultos...)? Como são esses eventos?

- 17) Que festas eram/são realizadas na comunidade? Como elas eram?
- 18) Onde são/eram realizados os enterros?
- 19) Quais os principais problemas da comunidade podem ser destacados (falta de serviços como postos de saúde, transporte escolar dentre outros)?
- 20) Você acha que a atividade da usina afetou ou está afetando de alguma forma a vida na comunidade? De que forma?



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – UFU

Dissertação: EXPRESSÕES TERRITORIAIS CAMPONESAS DA COMUNIDADE BOA ESPERANÇA/FRUTAL (MG): os equilíbrios da unidade camponesa frente ao avanço do agronegócio canavieiro

Mestrando: Heitor Nascimento Mendes - Mestrando em Geografia/PPGeo/UFU. Bolsista CAPES/CNPQ. Membro do Laboratório de Geografia Agrária/LAGEA. heitor1001@hotmail.com/ Cel.: (34) 99168-7460

Orientador: Marcelo Cervo Chelotti - Docente do PPGeo. Membro do Laboratório de Geografia Agrária/LAGEA Universidade Federal de Uberlândia/ UFU/ MG. mcervochelotti@gmail.com/ Cel.: (34) 99166-3662

Apêndice D: Roteiro de entrevista camponeses

I – Identificação do camponês e da propriedade

- 1) Nome? Idade?
- 2) Composição da família? Tem esposa(o)? Número de filhos? Idade dos filhos?
Onde moram? Profissão dos filhos? Grau de escolaridade dos filhos?
- 3) Grau de escolaridade do produtor e da esposa(o)?
- 4) Situação do produtor? () proprietário () arrendatário () parceiro () ocupante
() outros
- 5) Quantas pessoas residem na propriedade?
- 6) De que forma adquiriu a propriedade? () herança () compra () concessão de uso () outros
- 7) Tamanho da propriedade?
- 8) Há quanto tempo está na propriedade?
- 9) A propriedade possui quintal ou horta? O que é produzido?
- 10) Possui outra forma de renda? Qual?
- 11) Quais as perspectivas para a propriedade?

II – Dados sobre a produção

- 1) Quais os produtos cultivados na propriedade? Que área ocupa cada um?
- 2) Quais os produtos cultivados para o consumo da família?

- 3) Quais os produtos cultivados para comercialização?
- 4) Onde comercializam?
- 5) Qual a quantidade produzida?
- 6) O que compravam/compram no comércio da rede urbana?
- 7) Qual é a renda aproximada da família?
- 8) Possui fonte de renda suplementar? Quais?
- 9) Possui pecuária de leite? Qual a média de litros por dia?
- 10) Faz a silagem? Qual sua importância?

III – Dados sobre a comercialização de produtos

- 1) Quem compra esses produtos? () consumidores diretos () frutarias () supermercados () feira () cooperativas () outros: qual?
- 2) Rotina de comercialização? () diariamente () semanalmente () mensalmente () anualmente
- 3) Qual o valor alcançado pelos produtos? Quais os motivos das diferenças nos preços?
- 4) Possui transporte próprio? Se não, quem faz o transporte e qual o custo?
- 5) Tem acesso a informações (preço, mercado, exigências dos consumidores, demanda...)?
- 6) Como obtém essas informações?
- 7) Existem problemas com a comercialização? Quais? Por quê?

IV – Dados sobre a força de trabalho

- 1) Quais os tipos de mão-de-obra utilizados na propriedade? () Familiar () Assalariados permanentes () assalariados temporários
- 2) Quais atividades produtivas alocam as diferentes forças de trabalho (tipo de trabalho que realizam)?
- 3) Se houverem assalariados, qual o número de pessoas? Qual a origem? Forma de pagamento? Época do ano em que trabalham?
- 4) É/são dependentes da venda da força de trabalho? Onde?

V – Dados sobre associativismo (cooperativismo) e “viver em comunidade”

- 1) Como é a relação do senhor(a) com seus vizinhos?
- 2) Existem conflitos?
- 3) Como o senhor (a) se donomina? () lavrador () camponês () pequeno produtor () agricultor familiar () outros: Qual?
- 4) Há ou já houve multirões ou algum tipo de ajuda mútua? Quando? Como eram/são realizados?

VI – Dados sobre a organização política dos produtores

- 1) Faz parte de alguma associação, sindicato ou cooperativa? Quais?
- 2) Qual a importância dessa entidade para o senhor(a) e sua família?

- 3) Participa de algum movimento social? Se positivo, qual a importância de participar do movimento? Se negativo, por que não participa?
- 4) Como o senhor(a) vê os movimento sociais? E as cooperativas?

VIII – Dados sobre os aspectos culturais

- 1) Quais as atividades de lazer da família?
- 2) Qual/quais as religiões da família?
- 3) Que eventos culturais (festas, cavalgadas, torneios esportivos, comemorações...) e/ou religiosos (missas, cultos, terços...) são realizados na comunidade? Como são esses eventos?
- 4) Com que frequência estes eventos são realizados?
- 5) Você participa desses eventos?
- 6) Qual a importância desses eventos/reuniões para o senhor(a)?

VII – Dados relativos aos momentos posteriores à chegada da Usina Cerradão

- 1) Os eventos se mantiveram nos últimos 10 anos? Quais?
- 2) Os serviços oferecidos, melhoraram ou pioraram? Quais ainda existem?
- 3) Quais os serviços oferecidos pela usina?
- 4) Vende ou vê possibilidade de venda da força de trabalho para a usina?
- 5) Como avalia as possibilidades de permanência na comunidade? Qual a relação da usina com essa resposta?

IX – Dados sobre a agroindústria

- 1) Qual sua opinião sobre as áreas utilizadas pela usina na região? Você acha que traz benefícios para a comunidade Boa Esperança ou não? Por quê?
- 2) O processo de expansão da área de cultivo da usina está de alguma forma influenciando na realização das atividades culturais da comunidade e na sua reprodução familiar? De que forma?
- 3) Os métodos e técnicas utilizados no cultivo da cana-de-açúcar pela usina afetam de alguma forma a sua produção, a qualidade dos alimentos e do meio ambiente?
- 4) Você gostaria que a usina comprasse ou utilizasse sua propriedade? Por quê?